



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR

Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação

Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania

CHRISTIANE ANDRADE REGIS TAVARES

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: O PATINHO FEIO DA ACADEMIA?

**UM ESTUDO DE CASO NO CAMPUS IX DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA
BAHIA, BARREIRAS**

SALVADOR – BA

2012

CHRISTIANE ANDRADE REGIS TAVARES

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: O PATINHO FEIO DA ACADEMIA?
UM ESTUDO DE CASO NO CAMPUS IX DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA
BAHIA, BARREIRAS**

Dissertação apresentada ao Mestrado em
Políticas Sociais e Cidadania,
Universidade Católica do Salvador, como
requisito para obtenção do Grau de
Mestre.

Orientadora Dr^a Katia Siqueira de Freitas

SALVADOR – BA

2012

UCSal. Sistema de Bibliotecas

T231 Tavares, Christiane Andrade Regis.
A Extensão Universitária: O Patinho Feio da Academia? Um estudo de caso no Campus IX da Universidade do Estado da Bahia, Barreiras/ Christiane Andrade Regis Tavares. – Salvador, 2012. 179f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Católica do Salvador. Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania.
Orientação: Profa. Dra. Katia Siqueira de Freitas.

1. Universidade 2. Extensão Universitária 3. Diálogo – Sociedade
4. Formação Acadêmica I. Título.

CDU 378.4

TERMO DE APROVAÇÃO

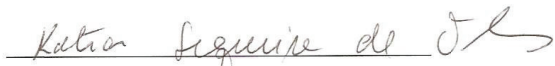
Christiane Andrade Regis Tavares

**A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: O PATINHO FEIO DA ACADEMIA? UM
ESTUDO DE CASO NO CAMPUS IX DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA,
BARREIRAS**


Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Políticas
Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 16 de maio de 2012.

Banca Examinadora:



Profa. Dra. Katia Siqueira de Freitas(orientadora)-UCSal



Profa. Dra. Inaiá Maria Moreira de Carvalho-UCSal



Prof. Dr. José Cláudio Rocha-UNEB

Àqueles que por amor, tornaram-se docentes e, àqueles que por necessidade, construíram na docência uma verdadeira história de amor.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida, fonte inesgotável de energia e luz em meu caminho.

Ao meu esposo Aldo, pelo carinho, amor, companheirismo, dedicação e incentivo na realização desse trabalho.

Aos meus pais, Carlos e Joselita pelo amor, ensinamentos e orientações.

Aos meus irmãos Ana Carla, Quelma, Cleberson e Diego pelo amor, acolhida e apoio nessa caminhada.

Aos meus sobrinhos Jonatas, Heitor e Isabela, pelos bons e agitados momentos de descontração e alegria.

À amiga e colega Liege Servo pelo carinho, diálogo, companheirismo e cumplicidade desde o início do curso. Sem seu apoio tudo seria mais difícil.

À Profª Drª Katia Siqueira de Freitas, minha orientadora, pela acolhida e incentivo, pelas observações sempre claras e objetivas, pela chegada. Conseguimos!

À Coordenadora do mestrado Ângela Maria Borges e demais professores(as) Inaiá Maria Moreira de Carvalho, Mary Garcia Castro, André Alves Portella, Maria Inês Caetano Ferreira, Denise Vitalle e Nelson Baltrusis, pelos ensinamentos, pelo diálogo e respeito nessa minha trajetória de formação.

Aos colegas do mestrado que juntos compartilhamos das angústias, vitórias e da superação de cada dificuldade enfrentada nessa caminhada.

Aos meus colegas de trabalho e à Universidade do Estado da Bahia – Campus IX – Barreiras, pelas contribuições nessa jornada e investimento em minha formação.

Sou grata por tudo!

Cada vez que o pintor se aproxima do quadro a ser pintado, acrescenta alguma coisa. Cada vez que o professor chega às turmas, também participa de uma troca de conhecimentos entre seres humanos em construção.

Hamilton Werneck

RESUMO

TAVARES, Christiane Andrade Regis. A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: O PATINHO FEIO DA ACADEMIA? UM ESTUDO DE CASO NO CAMPUS IX DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA, BARREIRAS. 179 p. DISSERTAÇÃO - Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania. Universidade Católica do Salvador – UCSAL, Salvador, 2012.

A pesquisa intitulada “A Extensão Universitária: O Patinho Feio da Academia? Um estudo de caso no Campus IX da Universidade do Estado da Bahia, Barreiras” teve como objeto de estudo a Extensão Universitária. O objetivo geral foi “compreender o funcionamento da Extensão Universitária no Campus IX da Universidade do Estado da Bahia – UNEB - Barreiras”. Os objetivos específicos foram: i) analisar, nos documentos, questionários e entrevista, os conceitos, natureza e aspectos complementares que se referem à extensão no Campus IX da UNEB – Barreiras/BA; ii) descrever o funcionamento da extensão no Campus IX da UNEB – Barreiras/BA; e iii) identificar as contribuições da extensão para a formação dos(as) acadêmicos(as) segundo a ótica do Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Extensão – NUPE do referido departamento, dos professores e alunos. O referencial teórico baseou-se em autores como Rocha (2008), Freire (1977, 2009), Gurgel (1986, 2001, 2007), Nogueira (2001), Sousa (2010) e Boaventura (2010), dentre outros, por apresentarem discussão sobre a natureza e características da Extensão Universitária situando-a em determinado contexto histórico, social, político, econômico e cultural. Estudo de Caso constituiu o percurso metodológico. As técnicas de coleta de dados foram a análise documental, o questionário e a entrevista. Os documentos analisados foram o Estatuto (2012), o Regimento Geral (2012), o Plano de Metas (2010), o Plano Plurianual (2007), o Plano Estratégico (2007) e a Política de Extensão da UNEB (2011). Os questionários foram aplicados ao coordenador do Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPE), Professores e alunos. A análise dos dados coletados deu-se de maneira interpretativa, confrontando-se o referencial teórico com os dados obtidos por meio dos documentos e dos questionários. Os resultados da análise indicaram que há, por parte dos sujeitos envolvidos, mesmo que ainda não haja unidade e unanimidade, conhecimento sobre o conceito de extensão, das formas que as ações são desenvolvidas na instituição e na sociedade, e da estrutura que conduz o processo. Contudo, os sujeitos consideraram que há poucos momentos de discussão, planejamento e avaliação das ações. A falta de comunicação prejudica o andamento dos trabalhos de extensão. A importância da extensão para a formação acadêmica foi evidenciada sob pontos de vista, opiniões e posicionamentos distintos pelos sujeitos da pesquisa.

Palavras-chave: Universidade, Extensão Universitária, Diálogo com a Sociedade, Formação Acadêmica.

ABSTRACT

TAVARES, Christiane Andrade Regis. THE UNIVERSITY EXTENSION: THE UGLY DUCKLING OF ACADEMY? A CASE STUDY IN BAHIA STATE UNIVERSITY CAMPUS IX, BARREIRAS. 179 p. DISSERTATION - MSC in Social Policies and Citizenship. Catholic University of Salvador - UCSAL, Salvador, 2012.

The research titled "The University Extension: The Ugly Duckling Academy? A case study in Bahia State University Campus IX, Barreiras" had as its object of study, the University Extension. The main aim was "to understand the functioning of the University Extension in Bahia state University Campus IX - UNEB - Barreiras". The specific goals were: i) To analyse the documents, questionnaires and interviews, concepts, nature and complementary aspects which refers to Extension in UNEB Campus IX - Barreiras/BA ii) To describe the functioning of the extension in UNEB Campus IX - Barreiras/BA, and iii) To identify the contributions of university extension to the scholars formation based on the Research and Extension department Coordinator, teachers and students. The theoretical framework was based on authors such as Rocha (2008), Freire (1977, 2009), Gurgel (1986, 2001, 2007), Nogueira (2001), Sousa (2010) and Boaventura (2010), among others, by presenting discussion on the University Extension nature and characteristics by placing it in a historical, social, political, economic and cultural context. This Case study used a methodological approach. The techniques of data collection were document analysis, questionnaire and interview. The analysed documents were the Statute (2012), the General Rules (2012), the Target Plan (2010), the pluriannual Plan (2007), the Strategic Plan (2007) and UNEB Extension Policy (2011). The questionnaires were given to the Research and Extension department coordinator, teachers and students. The collected data analysis was made by confronting the theoretical data with the documents and questionnaires result. The analysis result indicated that there is, on the part of those involved, even if there is still no unity and unanimity, knowledge about the extension concept, the ways that the actions are developed in the institution and in society, and the structure that leads the process. However, the interviewees felt that there are few discussion moments, planning and evaluation of actions. The lack of communication affects the university extension projects. The importance of university extension projects to academic training was evident in the interviewees' views, opinions and positions.

Keywords: University, University Extension, Dialogue with Society, academic training.

LISTA DE MAPA

Mapa 01: UNEB no Oeste da Bahia.....	80
---	-----------

LISTA DE ORGANOGRAMA

Organograma 01: Estrutura Organizacional da UNEB.....	81
--	-----------

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 01:** Alunos do Campus IX – UNEB – Barreiras, participantes do estudo de caso sobre Extensão Universitária..... 78
- Gráfico 02:** Professores do Campus IX- UNEB – Barreiras, participantes do estudo de caso sobre Extensão Universitária.....79
- Gráfico 03:** Quantitativo das ações de extensão do Campus IX- UNEB, desenvolvidas entre os anos de 2005 e 2010.....88
- Gráfico 04:** Opinião dos professores do Campus IX – UNEB – Barreiras, sobre a relação entre a Política de Extensão da UNEB/2011 e o Plano nacional de Extensão Universitária/2001.....96
- Gráfico 05:** Nível de conhecimento dos professores acerca da Política de Extensão da UNEB/2011..... 98
- Gráfico 06:** Participação dos professores e alunos do Campus IX – UNEB – Barreiras nas ações extensionistas promovidas pela instituição..... 106
- Gráfico 07:** Participação dos professores em eventos acadêmicos para divulgação e discussão da extensão universitária no Campus IX – UNEB –Barreiras.....121
- Gráfico 08:** Conhecimento dos professores e alunos acerca da Política de Extensão da UNEB/2011.....123
- Gráfico 09:** Opinião dos professores e alunos do Campus IX – UNEB – Barreiras referente ao conhecimento que possuem das ações desenvolvidas na instituição.128
- Gráfico 10:** Participação dos professores e alunos do Campus IX – UNEB – Barreiras acerca da participação no processo de avaliação da extensão..... 129

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Número de alunos do Campus IX, Departamento de Ciências Humanas – UNEB - Barreiras, matriculados por curso, em oferta contínua, no semestre 2011.2.....87

Tabela 02: Número de alunos do Campus IX, Departamento de Ciências Humanas – UNEB - Barreiras, matriculados por curso, em oferta temporária, no semestre 2011.2.....87

Tabela 03: Compreensão declarada dos professores e alunos da UNEB – Campus IX – Barreiras sobre os conceitos de Extensão Universitária.....100

Tabela 04: Participação dos professores e alunos do Campus IX – UNEB – Barreiras em diferentes ações extensionistas promovidas pela instituição103

Tabela 05: Opinião dos professores sobre o planejamento da extensão no Campus IX – UNEB – Barreiras.....119

Tabela 06: Declaração dos professores e alunos do Campus IX – UNEB – Barreiras sobre os canais de divulgação das ações125

Tabela 07: Dificuldades apontadas pelos alunos pesquisados do Campus IX – UNEB – Barreiras em relação à participação da extensão.....137

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Distribuição dos Departamentos da UNEB nos respectivos Territórios de Identidade do Estado da Bahia84

Quadro 02: Visão dos alunos do Campus IX – UNEB – Barreiras em relação à participação nos eventos promovidos pela instituição..... 105

Quadro 03: Compreensão declarada dos alunos do Campus IX – UNEB – Barreiras em relação às dificuldades de participação nas ações extensionistas..... 107

Quadro 04: Compreensão declarada dos professores do Campus IX – UNEB – Barreiras em relação às parcerias estabelecidas entre o Estado e a Universidade, com a finalidade de desenvolver ações extensionistas.....110

Quadro 05-A: Natureza e competência dos órgãos pertencentes à UNEB, responsáveis pela extensão.....113

Quadro 05-B: Natureza e competência da Pró-Reitoria de Extensão – PROEX – UNEB 115

Quadro 05-C: Natureza e competência dos Núcleos de Pesquisa e Extensão – NUPEs – UNEB116

Quadro 06: Compreensão declarada dos professores sobre o planejamento da extensão no Campus IX – UNEB – Barreiras117

Quadro 07: Compreensão declarada dos alunos do Campus IX – UNEB – Barreiras em relação aos canais de comunicação da extensão no âmbito da instituição..... 120

Quadro 08: Compreensão declarada dos professores pesquisados no Campus IX – UNEB – Barreiras em relação às contribuições da extensão para a formação acadêmica.....131

Quadro 09-A: Compreensão declarada dos alunos pesquisados do Campus IX –
UNEB – Barreiras em relação às contribuições da extensão para a formação
acadêmica.....134

Quadro 09-B: Compreensão declarada dos alunos pesquisados do Campus IX –
UNEB – Barreiras em relação às contribuições da extensão para a formação
acadêmica.....135

Quadro 09-C: Compreensão declarada dos alunos pesquisados do Campus IX –
UNEB – Barreiras em relação às contribuições da extensão para a formação
acadêmica.....136

LISTA DE SIGLAS

CC – Conselho de Curadores

CONSAD – Conselho de Administração

CONSEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CONSU – Conselho Universitário

CETEBA – Centro de Educação Técnica da Bahia

CESB – Centro de Ensino Superior de Barreiras

CPCs – Centros Populares de Cultura

CRUTAC – Centros Rurais de Treinamento e Ação Comunitária

CODAE – Coordenação de Atividades de Extensão

C.F./ 88 – Constituição Federal de 1988

DCH – Departamento de Ciências Humanas

EUA – Estados Unidos da América

FAMESF – Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco

FFPSA – Faculdade de Formação de Professores de Alagoinhas

FFCLC – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caetité

FFCLJ – Faculdade de filosofia Ciências e Letras de Juazeiro

ForExt – Fórum de Extensão das IES Católicas e Comunitárias Brasileiras.

FOREXP – Fórum de Extensão das IES Particulares

FORPROEX- Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas

IES – Instituição de Educação Superior

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MINTER – Ministério do Interior

MPCs – Movimentos Populares e Cultura

NUPE – Núcleo de Pesquisa e Extensão

PARFOR – Plataforma Freire

PNE – Plano Nacional de Educação

PNEU/2001 – Plano Nacional de Extensão Universitária/2001

PPA – Plano Plurianual

PROESP – Programa de Formação de Professores da Rede Estadual de Ensino

PROEXT – Programa de Extensão Universitária

RENES – Rede de Extensão Universitária

RGD – Rede de Gestão Departamental

SESEB – Superintendência de Ensino Superior da Bahia

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO I – REFERENCIAL TEÓRICO ,,,,,,.....	27
1 A UNIVERSIDADE: uma trajetória não linear.....	27
1.1 A Universidade no Brasil.....	33
1.2 Extensão Universitária: um campo que se constrói.....	41
1.3 Extensão Universitária: ainda um longo caminho.....	48
1.3.1 A institucionalização da Extensão e o Plano Nacional de Extensão Universitária/2001.....	58
1.3.2 Extensão e Formação acadêmica: o que pretendemos?.....	63
CAPÍTULO II – METODOLOGIA DA PESQUISA	67
2 Os caminhos e descaminhos da investigação	67
2.1 A Abordagem Qualitativa da Pesquisa.....	67
2.2 O Estudo de Caso.....	71
2.3 Técnicas	72
2.3.1 Análise documental.....	73
2.3.2 O questionário.....	76
2.4 Análise dos dados.....	77
2.5 Os sujeitos da pesquisa: universo e amostra.....	77
2.6 Contexto da pesquisa – A Universidade do Estado da Bahia – Campus IX – Barreiras	80
CAPÍTULO III - ANÁLISE DOS DADOS.....	90
3 Do previsto, dos olhares dos sujeitos e da realidade.....	90
3.1 Extensão: as vivências, os olhares e os entendimentos	91
3.2 Como se estrutura a extensão no Campus IX da Universidade do Estado da Bahia – Barreiras.....	111
3.3 Contribuições da extensão para a formação acadêmica	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS.	139

REFERÊNCIAS	145
ANEXO.....	151
Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa.....	151
APÊNDICE I	152
Termo de consentimento Livre e Esclarecido.....	152
APÊNDICE II.....	154
ROTEIRO DE ENTREVISTA À GERENTE DE EXTENSÃO.....	154
APÊNDICE III.....	157
QUESTIONÁRIO DO COORDENADOR DO NUPE.....	157
APÊNDICE IV.....	164
QUESTIONÁRIO DO DOCENTE.....	164
APÊNDICE V.....	172
QUESTIONÁRIO DO DISCENTE.....	172

INTRODUÇÃO

Eu não nasci pronto e vim me gastando. Eu nasci não pronto e vim me fazendo. Eu não sou inédito. Porque, para isso, o processo para eu me fazer teria que ser linear e não é.

Mário Sérgio Cortella (2009, p. 100)

A dinâmica educacional contemporânea remete a todos nós educadores ao conhecimento do processo educacional desenvolvido de maneira informal, não-formal e formal. Perceber as variações, com suas nuances, e a evolução da educação no Brasil é condição fundamental para a formação e atuação docente nas escolas brasileiras, pois contribui para um melhor entendimento dos entraves, dos avanços e do que ainda temos que enfrentar. Foi em busca desse conhecimento que iniciamos a pesquisa.

Investigar a Extensão Universitária teve como justificativa a necessidade de ampliação dos conhecimentos sobre esse objeto, pois apesar de já haver estudos sistematizados, ainda constitui campo fértil. Outro fator determinante foi resultante das vivências na extensão, inicialmente como aluna e posteriormente como docente da Universidade do Estado da Bahia – Campus IX – Barreiras, instituição *lócus* da investigação. O processo extensionista, a dinâmica de funcionamento e a diversidade de momentos e espaços de aprendizagem geraram inúmeros questionamentos, que deram origem ao presente estudo.

Os questionamentos giravam em torno do conceito da extensão, sua natureza, sua função na universidade, na formação do sujeito e na sociedade. Entender como ocorreu, como ocorre hoje e suas possíveis contribuições para a formação do sujeito são pontos que ainda merecem ser aprofundados. Assim, a investigação tomou forma e foi se configurando por meio das bases teóricas e do rigor metodológico.

Para o desenvolvimento do estudo foi necessário compreender a origem e o desenvolvimento da Educação Superior no Brasil, sua natureza, modelos e funções. O conhecimento dessas questões contribuiu para a composição do referencial teórico, necessário à compreensão da natureza, funcionamento e diversidade de ações que são possibilitadas por meio da extensão. O entendimento desse referencial possibilitou-nos reconhecer, no processo de desenvolvimento da educação brasileira, a necessidade de descobrir e redescobrir a extensão em nossa realidade, com as devidas particularidades que são inerentes ao objeto de estudo.

Estudar a Extensão Universitária requereu de início a construção do panorama referente à Educação Superior desde as tentativas de sua implantação no Brasil pelos jesuítas no período colonial, até os dias atuais.

O fato da Educação Superior Brasileira, em seu processo de desenvolvimento e consolidação, não contemplar inicialmente a extensão, despertou-nos o interesse para o aprofundamento dos estudos. Hoje, a extensão constitui, ao lado do ensino e da pesquisa, um *lócus*¹ de construção do conhecimento, de aprendizagem e diálogo com a sociedade.

Em função do processo evolutivo da educação superior e das questões referentes às funções exercidas pela Universidade, houve transformações tanto quantitativas quanto qualitativas nessa instituição. A esse respeito, Sousa (2000, p. 13) declara que

A universidade, como instituição social, tem incorporado, ao longo do tempo e em diferentes contextos, funções diversas, e são atribuídas à Universidade as funções de transmissão, de reprodução e se consubstancia na transmissão de conhecimentos. A Universidade tem, ainda, a função de socializar o saber que produz e, dessa forma, é também responsabilizada pela integração social dos indivíduos.

A visão do autor estabelece em linhas gerais a função, o papel da universidade e sua competência enquanto instituição voltada à formação do sujeito. No processo de construção do conhecimento é necessário considerar as vivências dos

¹ O termo "*lócus*", do latim *locális*, significa lugar, e nesse contexto o empregamos por entender que esse espaço não apenas estende o conhecimento acadêmico à população desprovida deste, mas um espaço em que os atores envolvidos poderão coletivamente, trocar, confrontar e construir novos conhecimentos a partir do diálogo entre saberes acadêmicos/científicos e populares.

educandos, a problematização das questões pertinentes à aprendizagem e o contexto social, além do diálogo entre os sujeitos envolvidos no processo. Na medida em que a extensão apresenta como funções a educação dos indivíduos, a construção do conhecimento científico e a socialização do saber, contribuirão tanto para as questões aqui apresentadas como para as transformações no contexto em que os sujeitos estão inseridos.

Na obra “Pela mão de Alice”, ao analisar as funções da universidade e indicar, dentre outras, o papel da extensão como meio para socialização do saber construído e o reconhecimento da atuação da universidade como a instituição responsável pela integração social do sujeito², Santos (2001) fomenta reflexões em torno da extensão de forma a considerá-la como um processo aprendente, interação universidade e sociedade, além de despertar-nos para outras questões.

O contexto da Educação Superior e o papel da Universidade subsidiaram os estudos sobre a evolução da extensão universitária na trajetória educacional brasileira. Como a extensão promovida no Brasil estava centrada administrativamente nas mãos do Estado, a participação da Universidade restringia-se a administrar financeira e pedagogicamente os projetos empreendidos em todo o território nacional.

A partir do momento em que houve uma maior participação dos estudantes nas ações extensionistas, ocorreu um envolvimento institucional mais intenso com a sociedade no sentido de conhecer de perto os problemas sociais. Dessa forma, os estudantes retornavam às salas de aula com outra visão, resultante do diálogo e da relação teórico-prática. A extensão passou a ser fortalecida ao desempenhar seu papel no processo de aprendizagem, a ser reconhecida pelos alunos, pelas Instituições de Educação Superior - IES e sociedade, até culminar com a construção do Plano Nacional de Extensão Universitária/2001, que traz o entendimento que tomamos como referência nesse trabalho.

² Quando indicamos aqui a “Universidade como responsável pela integração social do sujeito”, não estamos determinando essa instituição como única responsável por essa integração.

Em função da falta de estrutura, diretrizes e instrumentos que norteassem e subsidiassem as ações extensionistas nas universidades desde sua origem, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas brasileiras – FORPROEX iniciou em 1986, os trabalhos com o intuito de contribuir com o fortalecimento dessa atividade fim da universidade.

O objetivo do FORPROEX foi, de início, a compreensão do processo extensionista, sua natureza, os marcos regulatórios da extensão e sua diversidade de ações admitidas hoje nas Instituições de Educação Superior - IES. Toda a preocupação com a extensão estava voltada para a busca de uma unidade em meio à diversidade educacional brasileira. Ao final dos trabalhos, foi elaborado e aprovado, em 2001, o Plano Nacional de Extensão Universitária – PNEU/2001, que hoje orienta as ações extensionistas nas universidades públicas brasileiras.

A extensão universitária, como uma função social da universidade, nos remete à sua compreensão enquanto processo dinâmico de aprendizagem e processo dialógico com a sociedade. Aos sujeitos, haverá a possibilidade de construção de um conhecimento pautado na relação teórico-prática e na interação entre os saberes populares e científicos. A extensão, compreendida como uma dimensão da universidade situada lado a lado ao ensino e à pesquisa, constitui espaço imprescindível à formação³ dos acadêmicos, pois esperamos que, de maneira dinâmica, oportunize aos alunos espaços e momentos de diálogo e discussão, que poderão contribuir para uma educação mais consistente.

³ Aqui empregamos o termo formação como resultado de uma “educação [que] deve contribuir para a autoformação da pessoa (ensinar, a assumir a condição humana, ensinar a viver) e ensinar como se tornar cidadão. Um cidadão é definido, em uma democracia, por sua solidariedade e responsabilidade em relação à sua pátria. O que supõe nele o enraizamento de sua identidade nacional”. (MORIN, 2010, p. 65)

Outro entendimento sobre a idéia de formação encontra-se pautada na Constituição Federal de 1988, Art. 214, IV – formação para o trabalho; e V – promoção humanística, científica e tecnológica do país.

Apenas a título de complementaridade apontamos também que “a cidadania pode se traduzir no registro do civismo enquanto prática que faz apelo a valores publicamente reconhecidos e que aposta na existência de uma ordem legal capaz de garantir as reciprocidades que a noção de igualdade supõe. Nesse registro, os direitos poderiam ser pensados como forma de subjetivação e construção de identidades de indivíduos que se percebem como sujeitos de direitos que lhes são recusados, traduzindo (e desprivatizando) os sofrimentos cotidianos na linguagem pública de igualdade e de justiça”. (TELLES, 2001, p. 77)

Reconhecemos a importância do estudo da extensão na trajetória da educação superior no Brasil desde a ocupação européia, para poder compreender em quais momentos e de que forma ela entrou na pauta das discussões. Assim como o ensino e a pesquisa, a extensão passou por transformações e ainda apresenta mudanças tanto no que se refere às questões conceituais, quanto no entendimento institucional em relação às diretrizes do plano e sua implementação em âmbito institucional. A questão conceitual ainda é ponto de destaque nessa investigação, em função das atuais mudanças concretizadas por meio das reformas educacionais promovidas em âmbito nacional.

As reformas educacionais empreendidas no Brasil, assim como nosso processo histórico, político, social, econômico e cultural, são resultados de uma relação com países europeus inicialmente, norte-americanos e latino-americanos, e hoje com inúmeros outros países. Em função da interferência de modelos educacionais diversos, a discussão em relação à extensão é também permeada pelos aspectos e modelos de cada país que influenciou nossa educação.

A universidade se apresenta, ainda hoje, em um contexto e processo de reformas que discutem desde a qualidade da educação, autonomia na gestão administrativo-financeira, pedagógica e de investimentos, até as finalidades, papel e propostas de formação. No plano da Reforma Universitária de 1968, a extensão ganhou destaque mas não pudemos evidenciar avanços significativos. Quando a extensão foi sistematizada através do PNEU/2001, estabeleceram-se os princípios, a forma de planejamento, de execução, de avaliação das ações e da comunicação dos resultados. Centrar os estudos nessa questão ainda consiste em um terreno fértil a ser explorado de maneira mais intensa.

Em função da diversidade conceitual, de ação e da avaliação da extensão nas instituições, é que se fez necessário o aprofundamento dos estudos. As instituições se encontram em processo de implementação das diretrizes do PNEU/2001 e, até o momento, o Ministério da Educação – MEC, realizou poucas avaliações⁴ referentes

⁴ Atualmente, uma nova avaliação da extensão nas IES encontra-se em vias de planejamento. Uma comissão foi formada e está construindo os instrumentos para esse fim. No momento, o INEP ampliou

às ações empreendidas. Grande dificuldade na avaliação e configuração da extensão no território nacional é também decorrente da extensão territorial, do acentuado aumento das Instituições de Educação Superior – IES, localização das instituições e instrumentos que possam captar a diversidade das instituições.

Ao passo que as discussões em torno da universidade avançavam, percebemos articulações semelhantes em torno da extensão, mas que aos poucos estão causando impacto na comunidade acadêmica.

Diante do reconhecimento da Extensão como dimensão da universidade, que desenvolve seu papel social e educativo na formação dos sujeitos, é que destacamos o problema dessa pesquisa: “Como ocorre o funcionamento da Extensão Universitária no Departamento de Ciências Humanas, Campus IX da Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Barreiras/BA?”.

Em função da delimitação do problema, definimos como objetivo geral “compreender o funcionamento da Extensão Universitária no Departamento de Ciências Humanas, Campus IX da Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Barreiras/BA”.

Ao construirmos o objeto de estudo por meio do referencial teórico e da justificativa, passamos à estruturação e delimitação do problema e objetivo geral. A partir do objetivo geral, definimos os específicos e o por fim o percurso metodológico.

Como objetivos específicos, temos: i) analisar, nos documentos, entrevista e questionários, os conceitos, natureza e aspectos complementares que se referem à extensão no Campus IX da UNEB – Barreiras/BA; ii) descrever o funcionamento da extensão no Campus IX da UNEB – Barreiras/BA; e iii) identificar as contribuições da extensão para a formação dos acadêmicos(as) segundo a ótica dos sujeitos da pesquisa.

Como metodologia, desenvolvemos uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso. As técnicas aplicadas foram a análise documental e o questionário com perguntas abertas e fechadas. Os dados foram tabulados, organizados, categorizados e analisados por meio da interpretação crítica.

Ao final da investigação, o trabalho foi estruturado em cinco partes, a saber.

A primeira parte desse trabalho consiste da introdução, na qual apresentamos o objeto de estudo, os argumentos que justificam a sua investigação, o problema da pesquisa, o objetivo geral e os específicos, além da síntese metodológica e lógica de análise e apresentação dos resultados.

Em seguida encontra-se o primeiro capítulo, que é composto pelo referencial teórico e destinado à apresentação da evolução histórica da Universidade no mundo e no Brasil e da extensão no mundo e no Brasil em articulação com a trajetória da Universidade. Aborda também discussões mais atuais em relação ao conceito, possibilidades de desenvolvimento das ações nas IES e contribuições da extensão para a formação acadêmica.

Num terceiro momento, apresentamos os procedimentos metodológicos nos quais se encontram a opção pela abordagem e tipo de pesquisa, os instrumentos utilizados, a caracterização do *lócus* da investigação, os sujeitos participantes (universo e amostra) e os procedimentos utilizados na análise dos dados. No referido texto apresentamos o percurso da investigação e abordamos os caminhos e descaminhos vivenciados no decorrer da pesquisa.

Após apresentação dos procedimentos metodológicos, estão estruturados, no capítulo três, os resultados, obtidos por meio da aplicação dos instrumentos da pesquisa e analisados à luz dos teóricos estudados.

Para finalizar o trabalho as considerações finais apresentam retomada geral da pesquisa, considerações sobre o resultado das análises, indicações para futuras pesquisas e reflexões finais da pesquisadora.

CAPÍTULO I – REFERENCIAL TEÓRICO

O planeta necessita, em todos os sentidos, de compreensão mútua. Considerando a importância da educação para a compreensão, em todos os níveis educativos e em todas as idades, o desenvolvimento da compreensão pede a reforma das mentalidades. Ela deve ser a obra para a educação do futuro.

Morin (2010, p. 16-17)

1 A UNIVERSIDADE: uma trajetória não linear.

O conceito de Universidade é resultado de uma construção teórica e histórica que foi influenciado por diversas correntes, que em dado momento estabeleciam estreita relação com o contexto político, econômico e cultural. Em se tratando de discussões sobre a estrutura, autonomia, gestão e função da universidade, há uma gama de argumentos que não apenas justificam a necessidade de tal instituição, como também reafirmam o seu papel no processo de desenvolvimento humano e social. Quando se trata de educação superior, a universidade é responsável, dentre outras, pela formação integral do sujeito de maneira que ele possa contribuir tanto para os avanços em áreas distintas da sociedade quanto promover mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais, voltadas à melhoria de vida da população.

Segundo Chauí (2003, p. 5), “a universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo”. Assim, analisar a extensão por meio da trajetória da universidade no remete a compreender a evolução de todo o contexto que subsidiou tal processo. Como instituição social, a universidade tende para a autonomia em face da construção do conhecimento atrelada à formação profissional e a contribuição com a evolução de todo o processo social, político, econômico e cultura.

As discussões em torno do sentido e da função da universidade perpassam pela sua história e definição conceitual institucional e contribuem para a compreensão de sua natureza, estrutura e papel nos dias atuais. O embrião das universidades foi germinado no período medievo ainda sob domínio da Igreja Católica, que geria tanto o processo educacional quanto os demais processos dos setores que compunham a dinâmica da sociedade. Em função de uma economia baseada nas relações de poder territorial, social, mérito ou honra, e sob a hegemonia do sistema feudal, houve destaque para uma Universidade baseada na formação da minoria dominante que se percebia como merecedora de tal educação.

Segundo Luckesi, Barreto, Cosma e Baptista (2010, p. 30),

Na Antiguidade Clássica, o Ocidente, principalmente na Grécia e em Roma, já dispunha de escolas tidas como de alto nível, para formar especialistas de classificação refinada em medicina, filosofia, retórica, direito. Discípulos se reuniam em torno de um mestre, cuja considerável bagagem de conhecimentos era zelosamente transmitida. Aos discípulos cabia aprender do mestre, espelho e modelo de aperfeiçoamento. Cada mestre conduzia a sua escola, fazia escola. Tinha-se, pois, nesses tempos uma comunidade de discípulos gravitando em torno de um mestre, de uma cabeça de escola.

.....
É, no entanto, entre o final da Idade Média e a Reforma (entre os séculos XI e XV) que propriamente nasce a universidade, identificando-se logo “com sua sociedade e sua cultura, tornando-se efetivamente o órgão de elaboração do pensamento medieval”.

Os estudos superiores que eram desenvolvidos por meio da relação mestre-discípulo passaram à relação institucional no final da Idade Média. Na visão dos autores, as modificações ocorridas na universidade contribuíram para a retomada de estudos e pesquisas que propunham romper com o pensamento predominantemente teológico e/ou filosófico-cristão.

A Idade Média foi o período referente à constituição das universidades enquanto instituições de educação superior, responsáveis pelo aprofundamento dos estudos⁵ e pelo conseqüente desenvolvimento social resultante destes. A

⁵ É evidente que o conhecimento da Idade Média estava restrito aos domínios religiosos, àqueles que pertenciam ao clero e outros poucos nobres e estudiosos. Quando afirmamos que na Idade Média os estudos contribuíram para o desenvolvimento social, referimo-nos aos conhecimentos que realmente foram construídos por teóricos e estudiosos na época, mas que só foram socializados publicamente com o enfraquecimento da Igreja. A Reforma Protestante também contribuiu para que tais

universidade foi constituída em moldes, locais e estruturas ligadas mais intimamente à Igreja e ao Estado. No contexto da sua formação, a gestão da Educação Superior, e portanto das universidades, estava centralizada nas mãos do Estado, mas esse também era regido e submetido aos princípios religiosos católicos.

Segundo Manacorda (1996, p. 149), a Universidade era concebida

... à semelhança de outras corporações de artes e ofícios, associações juridicamente reconhecidas de todos (*universi*) os scholares; e se dividiam em geral em *nationes*, organizando-se para a assistência aos seus membros e para a tutela dos interesses comuns tanto dos doutores como da cidade hospedeira.

Para o autor a Universidade demonstrou atuar no estudo dos ofícios, já que as corporações objetivavam o aprimoramento deste, correspondendo, dessa forma, aos fins que atendiam primeiramente ao próprio grupo. Em consequência, as universidades contribuíram também para o desenvolvimento econômico. A educação superior e o conhecimento construído exerciam seu papel formativo, mas as instituições continuavam limitando suas ações aos poucos privilegiados, ligados às corporações e às elites das cidades.

Wanderley (2003, p. 16) corrobora com Manacorda quando explica que

... a palavra *universitas* foi originariamente aplicada às sociedades corporativas escolásticas e, provavelmente no decorrer do século XIV, o termo passou a ser usado à parte, no sentido exclusivo de uma comunidade de professores e alunos, e cuja existência corporativa houvesse sido reconhecida e sancionada pela autoridade eclesiástica ou civil.

Já na perspectiva de Ponce (1989, p. 99-100), a “Universidade, inicialmente, era a reunião livre de homens que se propuseram ao cultivo das ciências: a base desse nascimento foi a expansão do comércio e a compreensão da burguesia em criar uma atmosfera intelectual mais adequada”.

Ponce possibilitou-nos a compreensão de que, mesmo no início da criação das universidades, sua função estava voltada para o aprimoramento da atividade

conhecimentos pudessem fomentar mudanças no campo das investigações que construíram uma gama de referências teórico-práticas de relevância para a Revolução Científica no século XVII.

profissional e para o cultivo das ciências. À época, a ciência estava pautada no pensamento aristotélico-tomista e ainda não correspondia ao paradigma científico Positivista. Como a universidade pretendia a construção do conhecimento laico, construído a partir do método científico e sob o princípio da neutralidade no processo de investigação, buscou aprofundar seus estudos sob a perspectiva do paradigma positivista.

As visões dos autores apontaram para a não exclusividade do uso do termo “*universitas*” para a denominação da Universidade que hoje conhecemos, em função da associação tanto de mestre e alunos, quanto de profissionais que faziam parte de corporações. A organização de profissionais em corporações voltava-se para o estudo de suas atividades laborais que estavam vinculadas às necessidades econômicas e sociais da época. Mesmo com a participação de membros de corporações de ofício houve a organização das instituições por meio de mestres e alunos.

Em relação ao processo de formação dos educandos, ocorreu o predomínio do interesse educacional vinculado aos princípios e poder da Igreja e da elite a ela subordinada. Ao analisar o contexto medieval, Wanderley (2003, p. 16) destacou acerca da universidade medieval

...seu caráter conservador, suas polêmicas teológicas e de outro teor, como as disputas entre realistas e nominalistas, o espírito universalista do professorado italiano, os cursos longos de Teologia, o regime de internato, as aulas orais, a defesa de tese ao final dos estudos.

O autor apresentou uma educação superior ainda atrelada aos princípios religiosos e estruturada sob fins que alternavam entre a formação eclesiástica e prática⁶. Como resultados dos conflitos entre os propósitos da educação superior, ocorreram mudanças de um paradigma educacional predominantemente religioso ao paradigma educacional laico.

Filho (2008, p. 84) também sinaliza tais questões ao argumentar que

⁶ O termo prática indica contribuições para a formação profissional. O conhecimento construído contribuía para a solução prática das questões, o que contrapunha ao saber contemplativo religioso.

As proto-universidades substituíram os mosteiros como principal *locus* de produo do conhecimento para uma sociedade feudal em transio, ja nos albores do Renascimento, como alternativa da nascente sociedade civil (burgueses, artesaos etc.) aos centros de formao clerical, que tinham como misso educar a elite pensante da epoca.

Para o autor, o modelo de organizao institucional da universidade estava centrado no saber construido de forma geral, sem a preocupao com as especializoes e com o desenvolvimento de um saber popular. Como a educao ministrada girava em torno de um saber dito desinteressado, voltava-se para a formao das elites e dos clrigos, membros da Igreja. A preocupao com a formao secular⁷ dos profissionais culminou com o movimento Renascentista, que no contexto correspondia ao resgate dos estudos e da cultura greco-romana, que havia sido suprimida por algum tempo.

Em funo das mudanas ocorridas no modo de produo, em decorrncia do mercantilismo e posterior industrializao, a universidade voltou-se para outros fins, dadas as divergncias em fases/momentos de desenvolvimento econmico dos pasies nos distintos continentes. O fato dos pasies apresentarem nveis de desenvolvimento econmico diferenciados acarretou em uma estruturao de “modelos” e no mais “um modelo de universidade”, e seus respectivos princpios formativos.⁸

Enquanto concepes formativas, Boaventura (1986, p. 47) declarou que

A concepo idealista, liberal ou interna desenvolve uma idia de Universidade a partir de normas prprias da instituio de educao superior, a nfase e colocada no ensino, na pesquisa ou na simbiose de ambos. (...) ja a concepo funcional, utilitaria ou “externa” encontra-se vinculada aos servios necessrios a serem prestados ao Estado, cujas diretrizes vm de fora, procedendo mais da utilidade coletiva do que mesmo da autonomia da instituio universitria propriamente dita.

Ao trazer a tona a discusso sobre as concepes da educao superior, o autor estabeleceu um paralelo entre os modelos de educao que na viso idealista

⁷ O termo secular e aqui empregado no sentido da superao do vinculo com os princpios e questoes religiosas.

⁸ Nos referimos as mudanas decorrentes do novo modo de produo industrial que trouxe a tona a questao de que tais fatores deram origem as demandas de trabalhadores. Os trabalhadores deveriam ter outro perfil e serem possuidores de habilidades que pudessem contribuir com as novas perspectivas de desenvolvimento econmico.

manifestou-se nas Universidades inglesa, germânica e americana, ao passo que a concepção funcional manifestou-se nas instituições francesas e soviéticas. A concepção idealista destinou-se à formação com vista ao ensino e à pesquisa, que também poderia ser desenvolvida em outras instituições. Por outro lado, a concepção utilitária centrou-se na formação de profissionais (França) e fator de produção (União Soviética).

Para Filho (2008, p. 84), as

Universidades medievais, que tinham como foco o estudo das artes liberais (*Trivium* e *quadrivium*), eram consideradas *lócus* de construção do conhecimento que iriam substituir os monastérios. Na Europa Pós-Renascentista, a Universidade tinha como foco a arte-cultura, e no Iluminismo, em função da burguesia e da tendência enciclopedista, havia a centralização dos estudos no desenvolvimento das habilidades literárias e artísticas. Com o advento da Modernidade, a Universidade voltou-se para a construção do conhecimento sobre o mundo e a publicização desse conhecimento por meio do mercado editorial.

Em função do contexto da expansão das Universidades no mundo moderno após a Revolução Industrial e o fortalecimento do capitalismo, além do processo de ocupação territorial Brasileiro pelos europeus no século XVI, não houve possibilidade de estruturação de uma educação superior com identidade própria em território nacional. Quando ocorreu a criação da Universidade brasileira em território nacional, predominou o modelo francês (napoleônico) pautado na formação profissional.

Segundo Boaventura (1986, p. 49),

O modelo de Universidade como campo de treinamento para o profissional não é novo. As universidades fundadas na Europa no século XIII e XIV acentuavam a formação profissional, quer nas faculdades de Direito, especialmente a de Bolonha, quer nas Faculdades de Medicina, exemplo Salerno; quer, enfim, nas Faculdades de Teologia, como a de Paris, como Stephen D'Irsay descreveu na sua História das universidades francesas e estrangeiras. A oposição à profissionalização em nível de graduação fez apelo às teorias da natureza do objeto da educação, bem como aos estudos interdisciplinares e à orientação de problemas.

Na Universidade brasileira, o processo educativo e os princípios que a nortearam desde o início de sua criação estiveram voltados à formação profissional, necessária ao atendimento das necessidades decorrentes da chegada da família real no Brasil em 1808. A concepção de uma educação centrada na

profissionalização predominou, e ainda predomina em algumas instituições, mesmo havendo reformas no ensino superior, empreendidas a partir de 1930, por meio do Estatuto das Universidades. E, para essas e outras questões, destacamos ser necessário abordar a trajetória da Educação Superior no Brasil de forma mais específica.

1.1A Universidade no Brasil

A educação superior brasileira, da forma como se apresenta hoje, é resultado de lutas e tentativas de estruturação de um sistema educacional com identidade própria, com vistas a atender à realidade nacional. No Brasil colonial uma parcela pequena da população possuía condições econômicas para o envio de seus filhos para estudar na Europa, dessa forma, poucos tinham a oportunidade de viver tal experiência, em detrimento do grupo de estudantes que realizavam apenas os estudos iniciais disponíveis aqui. Assim como as disparidades sociais, econômicas, políticas e culturais, a gestão e controle da educação superior estavam reservados ao domínio da metrópole (Portugal), inicialmente, e por fim, após a independência, uma elite nacional.

Historicamente, a institucionalização da Universidade brasileira é de fato algo recente em comparação à trajetória de outras Universidades em países europeus, norte-americanos e latino-americanos, como a Argentina. No início da colonização havia catequese para os nativos com o objetivo de domesticação e docilização, enquanto os colonos dispunham de uma instrução inicial via preceptores ou escolas, mas sem perspectiva de continuidade e aprofundamento dos estudos. Quando havia interesse de continuidade dos estudos, os jovens eram encaminhados à Europa.

Conforme Ghiraldelli Jr. (2006, p. 26),

Sob os jesuítas, na prática, o que ocorreu foi que o ensino das primeiras letras ficou sob o encargo das famílias, na sua maior parte. As famílias mais

ricas optavam ou por pagar um preceptor ou por colocar o ensino de suas crianças sob os auspícios de um parente mais letrado, de modo que os estabelecimentos dos jesuítas, quanto ao atendimento dos brancos e não muito pobres, se especializaram menos da educação infantil que na educação de jovens basicamente instruídos.

Em função da dificuldade e/ou possibilidade de continuidade dos estudos, tentativas de instauração da educação superior no Brasil foram empreendidas por meio de requerimentos dos jesuítas enviados ao Rei de Portugal. As iniciativas foram frustradas dada a necessidade de manutenção da dependência do Brasil na condição de colônia, em relação à metrópole. Em momento posterior, mas ainda no período colonial, ocorreu a possibilidade de iniciar os estudos superiores de forma propedêutica nos colégios jesuítas e o término dos estudos ocorria em Portugal.

A medida adotada em relação ao início da educação superior no Brasil, com os estudos introdutórios de responsabilidade dos jesuítas e conclusão dos estudos em Portugal, deixou clara a necessidade de manutenção da condição de submissão entre a colônia e a metrópole. Na educação superior não seria diferente, pois ao governo português não interessava a continuidade da educação até o ensino superior para os que habitavam a colônia, em decorrência do modelo econômico baseado na exploração. Como não havia interesse no desenvolvimento econômico da colônia, em função do objetivo de enriquecimento da metrópole, ocorreu a disseminação da ideia de *(des)necessidade* da educação superior.

No Brasil, a educação superior⁹, iniciou-se efetivamente com a chegada da Família Real, em 1808, a partir da criação dos cursos de cirurgia, academia militar, engenharia, etc. A vinda da Família Real gerou a demanda de cursos que pudessem atender às necessidades dessa e das demais famílias que se fixaram em território nacional no mesmo período. Os cursos tinham como objetivo a formação de profissionais que pudessem atender aos novos habitantes que aqui se fixaram juntamente com o aparato burocrático nacional português.

O objetivo da educação superior era basicamente a formação profissional. Como as elites já possuíam sua formação acadêmica ou posses quando aqui chegaram, não havia necessidade de uma educação superior que promovesse a

⁹ Aqui nos referimos à Educação Superior e não à Universidade propriamente dita.

reflexão, pesquisa e muito menos a preocupação com os problemas sociais nacionais. A formação profissional atendia as relações de produção da época e o trabalho escravo era suficiente para a realização das tarefas desde as lavouras até as casas situadas tanto nas pequenas vilas e cidades, quanto nas fazendas.

As condições de exploração não impediram que os cursos superiores se multiplicassem em regiões como Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo e Minas Gerais. A diversidade territorial e as alterações nas formas de produção (agrário-comercial exportador dependente) contribuíram para a diversificação dos cursos, mas as investidas para a criação da Universidade continuaram ainda sem sucesso. A efetivação da implantação da Universidade só tomou corpo e força a partir da mudança da condição de colônia à República.

Com a Proclamação da República, em 1889, houve uma maior discussão sobre a necessidade da criação da Universidade como forma de educação superior realizada de maneira mais ampla em território nacional.

Segundo Morosini (2005, p. 308),

O final do Século XIX presencia acontecimentos decisivos para a nação brasileira: a troca de regime político, a abolição da escravatura, a introdução de mão-de-obra livre, a política imigratória e o primeiro surto industrial. Em tal contexto, a influência positivista se intensifica. Os setores médios fortalecidos, principalmente os militares, aliados à burguesia cafeeira, desencadeiam uma postura descentralizadora, o que reflete também na educação superior.

No contexto das mudanças enumeradas, educação superior, por meio das atividades das IES se fez imprescindível no território nacional. A educação que visava a instrumentalização profissional dos acadêmicos foi uma realidade que se encontrou atrelada à forma de produção econômica e gestão do Estado. Enquanto no Império, a lógica do mercado esteve voltada aos privilégios da camada senhorial responsável pelas produções tradicionais de algodão, cana e tabaco, também ligado à nova produção de café, na fase Republicana ocorreu uma aliança entre as camadas médias e as camadas dominantes.

Com a República, ocorreu no Brasil a tentativa de superação da educação pautada na formação humanística clássica e eminentemente profissional,

instaurando-se uma educação ora voltada para a formação literária, ora científica. Mesmo com o propósito de uma educação científica (Enfoque Positivista), a ciência era desenvolvida por instituições desvinculadas das IES. “Somente na Faculdade de Medicina na Bahia, em função da influência de Nina Rodrigues, é que houve a efetivação do ensino e da pesquisa” (RIBEIRO, 2003, p. 69).

Apresentando argumentos semelhantes aos de Ribeiro, Wanderley (2003, p. 20) afirmou que

O exemplo que o modelo francês trouxe para a América Latina foi o estabelecimento de faculdades para cada profissão, que diplomam os alunos para o exercício profissional outorgando títulos e qualificações, com reconhecimento dado pelo governo. É importante ressaltar que as universidades funcionaram como locais apropriados para a educação das elites dos países dessa região e seu conseqüente acesso aos postos políticos e burocráticos.

Sob esse ponto de vista, observamos que a educação superior no Brasil tinha como prioridade o atendimento às classes abastadas, e, portanto, restrita. Outro aspecto que precisa ser destacado é que a presença de cursos superiores e institutos (isolados) localizados nas cidades com condições econômicas mais favoráveis, ainda não poderiam ser consideradas como Universidade. Mesmo com as mudanças advindas com a Proclamação da República, a Universidade como a conhecemos hoje ainda não havia sido criada. Esta tem como referência a criação da Universidade do Brasil em 1920¹⁰.

No que se refere à criação da Universidade no Brasil, Ribeiro (2003, p. 83) coloca que “tal oportunidade acontece a 7 de setembro de 1920. Criou-se nesta oportunidade a Universidade do Rio de Janeiro, fruto da reunião ‘nominal’ das faculdades citadas” (*Escola Politécnica e de Medicina do Rio de Janeiro e Faculdades Livres de Direito*). Mesmo com sua criação, essa reunião de faculdades não significou uma mudança de paradigma na educação superior, uma vez que tanto a gestão como a forma de condução do processo educativo permaneciam da mesma maneira.

¹⁰ Esclarecemos aqui que há divergências em relação à criação da primeira universidade, pois muitos consideram seu marco inicial desde o funcionamento dos primeiros cursos isolados, a exemplo da UFBA, USP, UFA etc.

Em consonância à idéia de criação da universidade brasileira, Boaventura (2009, p. 90-91) declarou que

A forma universitária da educação superior só se efetivou nas comemorações da independência em 1920. O governo federal instituiu a primeira universidade pela reunião das três faculdades federais existentes no Rio de Janeiro: Medicina, Direito e Engenharia. Surgiu, dessa maneira, a primeira universidade, a Universidade do Rio de Janeiro, na então capital do país. Foi na reunião de faculdades, escolas e institutos que se encontrou a maneira de organizar as universidades.

O autor refere-se à educação superior formalmente instituída, mas não desconsiderou a existência de cursos isolados, institutos e faculdades em todo o país, que tiveram suas origens ainda no período colonial.

Nos anos seguintes à década de 20 ocorreu a reunião de outras faculdades e a institucionalização de Universidades na Bahia, Pernambuco, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Cada instituição passou a reunir cursos já existentes, que desde sua criação atendiam às demandas de produção econômica regional, dada à importância das características de cada região do país.

De acordo com Penin (2005, p. 36),

No Brasil, as primeiras Universidades, estabelecidas na década de 30 do século XX, a partir da união dos cursos superiores profissionalizantes de instituições isoladas, existentes desde o século XIX, conservam o espírito das suas irmãs do século XII, assumindo, crescente, as novas demandas do século XX e XXI.

O autor explica a evolução da educação superior ainda centrada na formação das elites e no paradigma do bacharelismo, construído sob influência positivista e de caráter predominantemente privado. Às elites acesso à educação superior, à maioria da população, educação profissional. O paradigma de cursos superiores com a finalidade de profissionalização, aos poucos cedeu lugar ao bacharelismo, já que a educação secundária atendia, em parte, à formação do trabalhador.

Na década de 30, com o Estado Novo, houve forte tendência à centralização estatal da educação superior. Para Morosini (2005, p. 309), “45-64 caracteriza-se pela redemocratização da nação, pela efervescência social e a concomitante discussão de modelos de universidade, que se consubstanciam em 1968 na Reforma Universitária (Lei nº 5.540/68)”.

A partir da Reforma Universitária de 1968 foram travadas discussões em torno dos rumos da educação superior no Brasil. Esse foi o momento em que a extensão passou a ser questionada tanto em relação às ações quanto em relação à concepção difundida na academia e sociedade.

O contexto da reforma dos anos 60 configurou-se como um processo de mudanças que atingiu gestão, trabalho docente e formação dos acadêmicos de maneira substancial. Assim, tal contexto constituiu o ponto de referência para o estudo acerca da extensão, à medida que esta configurou-se de forma mais destacada na academia a partir dessa reforma.

Para Macedo e Trevisan (2005, p. 129),

...a reforma de 1968 privilegiou um modelo único de instituição de ensino superior no qual a pesquisa estava inserida no cotidiano acadêmico, e a extensão recebia uma função ainda pouco definida e de via única, restrita à transferência e resultados à sociedade e ao oferecimento, aos estudantes, de oportunidades de participação em programas de melhorias das condições de vida da comunidade.

O ensino respondia mais uma vez à necessidade de formação dos profissionais, enquanto a pesquisa, antes desenvolvida por Institutos e Fundações, passou a compor o *corpus* acadêmico responsável pela construção do conhecimento científico.

Para os autores, mesmo assumindo as funções de ensino e pesquisa, ainda não havia lugar e reconhecimento da extensão como mais uma função da universidade. Definida como “via de mão única”, responsabilizava-se por apenas levar à sociedade os conhecimentos científicos construídos na academia, promover cursos e prestar serviços aos que não vivenciavam o contexto acadêmico.

Tomando como referência o contexto da Reforma Universitária de 1968, observamos que o crescimento econômico nos anos da ditadura militar no Brasil não caminhou atrelado à melhoria das condições de vida da população e da distribuição de renda às classes subalternas. O que apontamos como aspecto primordial nessa discussão foi uma notória tendência à acumulação do capital e a ideia de profissionalização dos sujeitos que, no momento, ocupavam os postos de trabalho existentes. Com as demandas de postos de trabalho em setores da indústria de

base e indústrias em desenvolvimento, houve a necessidade de promoção de uma educação profissionalizante em uma escala maior.

As universidades, mesmo depois da Reforma Universitária de 1968, passaram por um momento de instabilidade, desarticulação das discussões acerca das mudanças sociais e desenvolvimento econômico do país, além da centralização da gestão sob o domínio estatal. O trabalho docente via-se limitado à transmissão do conteúdo, desarticulação com a prática e realidade social e desmobilização do movimento docente. Quanto aos estudantes, limitavam-se à realização dos estudos de maneira acrítica, desenvolvidos de forma paralela às participações ocorridas na sociedade por meio dos movimentos estudantis, Centros Populares de Cultura (CPCs), Movimentos de Cultura Popular (MPCs) e demais movimentos em prol da liberdade de pensamento e autonomia diante da realidade vigente.

A universidade tornou-se reprodutora de um saber que não atendia às demandas de profissionalização exigidas pelo contexto e anseio dos Jovens. Houve estagnação quanto ao crescimento da educação superior em relação a períodos anteriores, pois o que se pretendia era profissionalizar as massas para os postos de trabalho como pretendia o governo ditatorial nacional.

Entre os anos 70 e 80 ocorreu o processo de transição entre uma gestão pública ditatorial para uma gestão democrática. A educação, como os demais setores sociais, foi marcada pelo grande número de planos implantados com o objetivo de promover os ajustes necessários ao novo período democrático.

Já nos anos 90, esperou-se uma educação que pudesse corresponder às novas demandas profissionais sem excluir as múltiplas dimensões de formação do sujeito. Processo esse que não estava centrado apenas na profissionalização técnica, pois era necessário observar o dinamismo, a flexibilidade, o trabalho pautado na coletividade e proatividade, dentre outros. A educação superior deveria, portanto, voltar-se para uma formação que contemplasse não apenas as habilidades necessárias à ocupação desses novos postos de trabalho, mas a formação integral do sujeito (profissional e humano).

A esse respeito, Mészáros (2007, p. 217) declarou que

... dois conceitos devem ser postos em primeiro plano: a universalização da educação e a universalização do trabalho como atividade humana auto-realizadora. De fato, nenhuma das duas é viável sem a outra. Tampouco é possível pensar na sua estreita inter-relação como um problema para um futuro muito distante

A educação superior, a partir dos anos 90, passou por um processo de expansão. Houve a proliferação de instituições de educação superior em todo o país, principalmente de iniciativa privada. O que se pretendia era a formação que pudesse estar atrelada às novas demandas do mercado de trabalho. Ocorreram lutas em torno da ampliação das vagas, mas essas foram ampliadas em grande proporção nas IES privadas.

A expansão do ensino superior privado possibilitou a democratização do acesso da população com menor poder aquisitivo, por meio de programas como o financiamento estudantil e bolsas de estudo das esferas federal e estadual.

Para Silva Júnior (1996, p. 28), “o setor da educação superior trabalharia como mediador entre o Estado e o setor produtivo até que este incorporasse totalmente os novos processos e produtos”. A educação superior não poderá ser analisada sem considerar as novas formas de produção, os novos modelos de organização e gestão pública. É nesse intuito que a Universidade e toda a sociedade deverão promover constantemente um debate em torno de qual educação se pretende promover, quais mudanças sociais são mais emergentes diante do contexto vigente e de que maneira a formação do sujeito deve ser efetivada no interior das instituições.

No entendimento de Penin (2005, p. 37),

...cumprir com a função social da universidade no que se refere ao ensino e à formação profissional para a sociedade, hoje, pressupõe um profundo conhecimento e sensibilidade das modificações e atuais características tanto do alunado, quanto da sociedade na qual cada universidade está inserida, assim como da própria contemporaneidade.

A compreensão não apenas do contexto, mas do processo de construção do conhecimento pelos acadêmicos em formação, são fatores primordiais para o entendimento acerca do papel da universidade e o que esta propõe enquanto ensino, pesquisa e extensão. A Universidade, responsável também pela formação do profissional cidadão deve ser compreendida na atualidade como instituição

comprometida com as transformações resultantes dessa formação do sujeito que possibilite as mudanças sociais.

1.2 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: um campo que se constrói ...

O estudo da Extensão Universitária pressupõe uma análise histórica, conceitual e legal, de forma que essas vertentes a serem investigadas possam traduzir aspectos da realidade que ainda não foram investigados em relação ao nosso objeto de estudo.

Os fatores que contribuíram e ainda contribuem para a consolidação das ações extensionistas na Universidade são resultantes das mudanças ocorridas na educação superior desde as políticas até o processo didático-institucional, das participações dos movimentos estudantis, sociais, populares, bem como dos docentes e demais atores sociais envolvidos na extensão universitária.

A extensão universitária¹¹ é um campo que se constrói e sua trajetória foi e ainda é marcada por idas e vindas. Na ausência de consenso em relação a seu conceito, admite-se na atualidade uma diversidade de ações que visam cumprir seu papel na formação dos acadêmicos.

A esse respeito, Pozzobon e Busato (2009, p. 7) declararam que

A extensão universitária é um espaço que possibilita a interlocução entre o ensino e a pesquisa. É a interação do social com o institucional, em diferentes dimensões, e tem o objetivo de difundir o conhecimento, fruto das reflexões feitas acerca dos temas que envolvem a formação de professores, universitários e da comunidade. O conhecimento produzido é um bem público e, por isso, o compromisso de sua socialização é parte integrante de uma instituição de ensino. Na universidade, a extensão tem papel

¹¹ Mesmo não havendo consenso em relação ao conceito de extensão, adotamos nesse trabalho o entendimento estabelecido no PNEU/2001, por se tratar de uma construção coletiva e democrática, e estar sendo empregada pelas IES públicas brasileiras.

fundamental para a consolidação de seus compromissos, contribuindo com a integração da ciência, arte e tecnologia.

Considerar a extensão como espaço de interlocução entre o ensino e a pesquisa, difusão do conhecimento e integração entre universidade e sociedade, possibilita-nos o reconhecimento do papel e da importância da extensão tanto para o processo formativo dos acadêmicos quanto para a construção do conhecimento científico.

Ao possibilitar a interlocução com o ensino e a pesquisa, a extensão contribui para a construção de conhecimentos teórico-práticos. Esses conhecimentos, construídos em um tempo/espaço resultante da interação social e institucional, tendem a tornarem-se mais significativos para os sujeitos em formação. Dessa forma, a universidade estaria cumprindo o papel na formação humana e técnico-profissional do cidadão, que ao inserir-se no contexto social contribuirá com a integração da ciência, arte e tecnologia.

Os argumentos que fundamentam as discussões em torno da extensão nos aspectos elencados por Pozzobon e Busato, devem estar pautados em princípios educativos que subsidiem as ações em todas as instituições. Tais princípios devem fomentar as reflexões acerca da extensão assim como afirmava Freire na década de 60, ao desenvolver seus estudos a partir das vivências e da atuação extensionistas.

Para Freire (2005, p. 84),

A concepção e as práticas “bancárias”, imobilistas, “fixistas”, terminam por reconhecer os homens como seres históricos, enquanto a problematizadora parte exatamente do caráter histórico e da historicidade dos homens. Por isso mesmo é que os reconhece como seres que estão sendo, como seres inacabados, inconclusos, em e com uma realidade que, sendo histórica também, é igualmente inacabada. Na verdade, diferentemente dos outros animais, que são apenas inacabados, mas não são históricos, os homens se sabem inacabados. Têm a consciência de sua inconclusão. Aí se encontram as raízes da educação mesma, como manifestação exclusivamente humana.

A educação libertadora que o autor defendia subsidiou a percepção da extensão que teve como princípio a interação entre a universidade e a comunidade, a construção do saber científico e a melhoria das condições de vida da população sob uma dinâmica pautada no inacabado, no constante “*vir a ser*”. Enquanto processo educativo, a extensão deverá propiciar aos alunos a inserção e vivência no

contexto social de forma problematizadora, para que possa realmente desenvolver sua função. A relação entre o paradigma educativo e a extensão determina a condução do processo nas instituições e na sociedade.

Ao relacionar a extensão aos paradigmas da educação, destacamos como aspecto primordial a construção do conhecimento, que para Neto (2005, p. 23),

...é prático, social e histórico, primeiro porque sempre tende a emergir de uma experiência, pela qual se pode entrar em contato com uma realidade mais ampla. A atividade extensionista, por exemplo, diante de certa dificuldade da comunidade, pode aperfeiçoar o conhecimento. É sempre nas relações com o outro e com a natureza que cada um se descobre, pois nenhum sabe quem é apenas por si mesmo, necessita do outro para sua descoberta. Assim, o homem se descobre na mulher, o aprendiz no ensinante, o filho no pai, o feio no bonito, a universidade na comunidade, o cientista no homem comum, e vice-versa. Enfim, cada um age e reage diante de um contraponto, e se vê provocado a agir.

O autor compreende a extensão como um meio que possibilita a construção do conhecimento através da interação entre os sujeitos. Se a educação é processo que de maneira formal, informal e não-formal transforma os sujeitos, consideramos aqui a extensão como um processo educativo que proporciona a aprendizagem dos alunos. Em contraposição a essa ideia, não descartamos a possibilidade de que “a extensão pode, igualmente, reforçar a reprodução da desigualdade, se, esvaziada do seu caráter utópico, se transformar em instrumento de controle e exclusão, mais do que emancipação”. (NETO, 2005, p. 33)

Em se tratando do conceito de extensão, Nogueira (2001, p. 63) indica que

A concepção inicial de Extensão que pode ser apreendida a partir das primeiras atividades realizadas em 1977, na Universidade Popular, vinculada à antiga Universidade de São Paulo, restringe a ação extensionista à realização de cursos e conferências. Essa concepção aparece de forma ampliada na legislação de 1931, da Reforma do Ensino Superior da República, na qual se explicita que os cursos destinam-se a propagar, em benefício coletivo, a atividade técnica e científica dos institutos, além da difusão de conhecimentos filosóficos, artísticos e literários.

O entendimento da extensão restrito aos cursos e conferências demonstrava a preocupação em difundir o conhecimento construído na academia, aspecto esse criticado por Freire (1977) quando analisou a extensão e considerou que, da forma que era desenvolvida, tinha muito mais o caráter de comunicação do que extensão propriamente dita. A extensão, na sua ação de estender conhecimentos técnicos,

científicos, filosóficos e culturais aos que não se encontravam no meio acadêmico, possibilitou a visão de que os sujeitos que não estavam nas universidades eram desprovidos do saber dito científico. O reconhecimento da importância e relação entre os saberes populares e acadêmicos permitiu, em momento posterior, um entendimento alargado no que se refere à natureza, processo e diversidade de ações possíveis através da extensão.

O Plano Nacional de Extensão Universitária (PNEU/2001, p. 29) provocou mudanças ao formular e difundir o conceito da extensão como

...Processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade.

A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados - acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade.

Além da instrumentalização deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.

O entendimento do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas ao conceber a extensão como processo educativo, não se restringiu ao conhecimento puramente científico. O Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras propôs o estabelecimento da relação entre a extensão, o ensino e a pesquisa de maneira indissociável e reconheceu seu papel transformador a partir do momento em que passou a ser compreendido como processo dialógico e recíproco na sociedade.

As mudanças conceituais ampliaram a noção de processo dialógico e interdisciplinar, atrelado ao ensino e à pesquisa, bem como a noção de relação recíproca entre universidade e sociedade. A esse respeito, Tavares (2001, p. 82) defende que

A Extensão já se coloca hoje como prática acadêmica que interliga a universidade, em suas atividades de ensino e pesquisa com as demandas da maioria da população, possibilitando, assim, o surgimento de uma Universidade em que a relação com a população passa a ser a oxigenação necessária a vida acadêmica.

As idéias da autora indicam para um estreitamento das relações entre a universidade e a sociedade por meio da extensão. A relação encontra-se centrada na realização da extensão a partir das demandas da maioria da população. Realizada dessa forma, a extensão constitui em atividade orgânica da universidade, reafirmando o caráter político-social e de indissociabilidade com o ensino e a pesquisa.

Para além da perspectiva da extensão enquanto instrumento político-social da universidade, reconhecemos a importância de compreendê-la como processo aprendente que pressupõe a visão de aprendizagem no contexto contemporâneo. Sobre essa questão, Sampaio e Freitas (2010, p. 20) definem a extensão como

Um substantivo que indica o “ato de estender, ampliar, de alargar”, sinaliza qualidades inerentes de realidades estendíveis, ampliáveis, alargáveis, pressupondo que o conhecimento ensinado e aprendido não se cristalizará numa redoma; pois a apreensão do mesmo só fará sentido, para o sujeito aprendente, quando percebe a sua relevância social, a sua qualidade inerente de excelência e o suporte para sua validade.

Tal posicionamento pauta-se idéia do conhecimento não restrito aos limites da academia, reafirmando assim seu caráter social. O conhecimento só poderá tornar-se vivo quando percebido, construído e reconstruído em contextos e realidades múltiplas, que tanto a universidade quanto os sujeitos encontram-se inseridos.

Sampaio e Freitas (2010, p. 23) também argumentam que a Extensão “ocupa a função específica de socialização do conhecimento junto à comunidade interna (ação comunitária) e à comunidade externa, visando sua autonomia”. Dessa forma, validam a compreensão sobre a extensão como via de mão dupla à medida que possibilita a interação entre os sujeitos que estão e que não estão em formação na universidade.

Ainda nessa perspectiva, Síveres (2010, p. 109) esclarece que

A extensão, além de contribuir com a identidade institucional e com a finalidade educacional, pode ser compreendida como um processo aprendente, objetivando desencadear um percurso que, junto com o ensino e a pesquisa, postule uma aprendizagem significativa.

A contribuição da extensão com a identidade institucional permite o reconhecimento de sua importância no processo de aprendizagem, numa relação de indissociabilidade entre esta, o ensino e a pesquisa. As atividades fins da universidade (ensino-pesquisa-extensão), ao seu modo e especificidade são, no entendimento do autor, reconhecidas como processos distintos, específicos, mas nunca isolados, separados. O desenvolvimento da idéia de extensão como processo aprendente remete-nos para o reconhecimento das diversas possibilidades de ações, que poderão propiciar, por meio de vivências diversificadas, uma aprendizagem significativa.

A esse respeito, Síveres (2010, p. 112) amplia a discussão quando declara que

Cada vez que o processo aprendente agregar valor aos espaços estabelecidos, como a sala de aula, o laboratório, a biblioteca, e tiver a capacidade de incorporar outros ambientes de aprendizagem, tais como as comunidades, os grupos sociais, os fenômenos culturais, os problemas estruturais ou as experiências alternativas, a aprendizagem tornar-se-á mais significativa. Na medida em que se ampliam as fronteiras do conhecimento e as possibilidades de sua aplicabilidade, seja ele específico ou conjuntural, a educação torna-se um projeto mais profundo, mais abrangente e mais relevante.

O reconhecimento das diversas possibilidades de desenvolvimento da extensão não implica, necessariamente, que nos cursos superiores os currículos sejam flexibilizados de forma a não possuir uma lógica de formação, construção do conhecimento e significação desse conhecimento pelos acadêmicos. Por outro lado, é necessário considerar que a extensão, na flexibilização curricular dos cursos, não se transforme em componente curricular/disciplina. A cristalização da extensão em forma de componente curricular/disciplina poderia descaracterizá-la em relação à sua função enquanto processo educativo e instrumento político-social dentre outros, rompendo com o caráter de flexibilidade.

Outro aspecto indicado por Síveres (2010, p. 117) é

A compreensão da realidade social e o entendimento da problemática como movimento dialógico entre a teoria e a prática, a troca de experiências e de

saberes, a busca de alternativas para a realidade comunitária e o comprometimento com os excluídos, manifestada pela responsabilidade social, são alguns atributos de uma aprendizagem extensionista, sob a ótica do envolvimento educacional.

O posicionamento do autor perpassa pelo reconhecimento da extensão enquanto instrumento político-social, no qual a universidade cumpre o seu papel diante do contexto que está inserida. Os envolvidos nas ações extensionistas, entendendo-a dessa forma, compreenderão que é necessário (re)significar o conhecimento construído, partindo de uma dada realidade e de um contexto complexo de relação, pois assim poderão estabelecer a relação entre a teoria e a prática. Tal processo poderá ser resultado da percepção da realidade e da problemática pelo sujeito. Dessa forma, corrobora com Freire (1977), quando defende a relação dialógica entre saberes acadêmicos e populares, teoria e prática, por meio de um sujeito ativo que relaciona-se dialeticamente com o contexto que está inserido.

Na visão de Carneiro (1985, p. 44), no processo extensionista “o envolvimento da comunidade só existe à medida que ela, sujeito de sua educação, informa e, em decorrência, se TRANS-FORMA”. Sendo assim, a interação estaria garantida por meio da informação propiciada pela extensão, que consiste nessa visão como via de mão dupla, e não como um processo unilateral.

Consoante às idéias de Síveres (2010) e Freire (1977), destacamos as de Mazzilli (2011, p. 219), quando declara que “o conhecimento ganha significado quando se pergunta pelo processo de sua produção e pelo seu significado na vida social, através de questões emergentes da prática, ação possibilitada pela função da extensão”.

Apesar das discussões constantes, houve na trajetória da Extensão Universitária no Brasil grande diversidade de práticas atreladas a entendimentos distintos. Aos poucos, uma visão foi dando lugar a outras visões e por vezes ocorreu, e mesmo ainda hoje, a vigência de entendimentos e ações que se apresentam concomitantes ao conceito definido no PNEU/2001. Assim, a extensão como curso, prestação de serviços, complemento, remédio e instrumento político-

social, ainda está presente nos argumentos e posições de autores, a exemplo dos que aqui contribuíram para a construção do nosso objeto de estudo.

1.3 Extensão Universitária: ainda um longo caminho...

A trajetória da Extensão Universitária ainda encontra-se em construção dada as transformações sociais e educacionais, por um lado, e por outro, a consolidação das ações já empreendidas nas IES.

Conforme Sousa (2000, p. 14),

Uma nova concepção de educação, surgindo no século XIX, leva as universidades a se preocuparem com a prestação de serviços que deveriam oferecer às comunidades. Essa nova concepção apresenta a necessidade de uma educação continuada, que não terminasse na infância, mas seguisse por toda a vida. Foi nesse contexto que surgiu a Extensão como atividade da Universidade como instituição.

A extensão nas instituições de educação superior iniciou com a efetivação de práticas sob a forma de prestações de serviços e ações assistenciais às comunidades. As prestações de serviços abrangiam as orientações técnicas nas áreas profissionais (Agrícola, saúde etc.) e as ações assistenciais estavam reservadas às orientações à comunidade nas áreas de saúde e educação. Superada essa etapa, foi construído o paradigma de ações extensionistas desenvolvidas por meio de cursos, difundido na Europa, que também foi influenciado inicialmente pelo paradigma da prestação de serviços.

Segundo Rocha (2001, p. 84),

Até muito recentemente, os que escreviam ou se envolviam nas ações de Extensão enfatizavam ser esta uma função nova da Universidade e que, como tal, não teria ainda identidade bem definida, o que justificaria o exercício de práticas desligadas do sistema de educação como um todo, de atuação assistencialista exercida como mera prestação de serviço em substituição às organizações governamentais e não-governamentais. Análises mais recentes mostram que esta é uma posição equivocada e indica que o extensionismo tem uma história bem mais longa, associada à própria origem das Universidades européias.

A extensão, assim como o processo educacional brasileiro, recebeu influências dos EUA e da Europa, em razão do processo de colonização. Enquanto influência européia, ocorreu a realização de cursos e a visão assistencialista atrelada às ações da Igreja e da sociedade civil. As ações sob essa perspectiva subsidiaram as análises de Freire (1977, p. 22), quando declarou que no “campo associativo, o termo extensão se encontra em relação significativa com transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural, manipulação etc”.

Quando Freire analisou o termo “extensão” e determinou seus vários significados, chamou atenção para o fato de que era necessário superar o entendimento que tomava as ações extensionistas como vias de mão única. Freire propôs que concebêssemos a extensão como um processo de construção do saber a partir de uma relação dialógica, para que ocorresse de fato uma educação libertadora.

Rocha (2001, p. 15) acredita que “o extensionismo nos primeiros tempos, conforme já assinalado anteriormente, tinha um caráter religioso, e as ações desenvolvidas tinham um caráter de MISSÃO ou AÇÃO FILANTRÓPICA”. Essa visão difundida nas instituições perdurou por muito tempo, e mesmo com o desenvolvimento de outras práticas e conceitos, ainda foi possível observar ações dessa natureza. Tal perspectiva de atuação voltava-se à extensão enquanto assistencialismo à sociedade e indivíduos, desenvolvida de forma unilateral. Assim, a extensão constituía-se como um processo em que a universidade levava à sociedade o seu saber científico, os seus serviços e a sua cultura.

Superada, mesmo que em parte, a visão assistencialista, o extensionismo começou a ser percebido de forma diferente em decorrência da modernização da sociedade e das mudanças ocorridas nas universidades.

A extensão sob o paradigma assistencialista, estabelece diferenças e distância entre saber científico e saber popular. Considerar o saber científico como fonte única de conhecimento e colocá-lo em um patamar superior ao saber popular é o que pretendemos superar, ao perceber que por meio da extensão é possível conduzir a aprendizagem pautada na troca e no reconhecimento da importância de

todas as formas de saberes. Não pretendemos, aqui, supervalorizar a extensão em detrimento ao ensino e à pesquisa, mas percebê-la como processo de igual importância em relação aos demais.

Para Rocha (2001, p. 18),

Assim como no caso do aparecimento da Extensão Universitária com denominação específica, também na Inglaterra, em meados do século XIX, surgiram as Universidades populares que foram reconhecidas como formas de Extensão Universitária, construídas tendo em conta as críticas feitas à Universidade pelo operariado. Da Inglaterra, as Universidades Populares irradiam-se a outros países da Europa, entre eles a Espanha, onde, na Universidade de Oviedo, uma instituição de orientação anárquica, criam-se alianças com setores populares oferecendo cursos livres, programas de melhoramento dos trabalhadores e programas de difusão cultural.

Na perspectiva do autor, a extensão foi, no referido contexto, oferecida sob a modalidade de cursos livres, concebida como um meio para o melhoramento dos trabalhadores. Com base nos dados das avaliações realizadas pelo MEC em 1994 e 2004, os cursos, ainda hoje são desenvolvidos, mas não constituem ações exclusivas na extensão. Além da realização de cursos, o Plano Nacional de Extensão também determina como ação extensionista os programas, os projetos e os eventos, dentre outros, reafirmando a todo o momento o caráter de construção do conhecimento de maneira flexível e diversificada.

O desenvolvimento qualitativo dos trabalhadores por meio da extensão é justificado em razão da necessidade de profissionais com condições de atender às demandas do mercado e, por outro lado, tem como objetivo contribuir para que a comunidade, ao ter acesso ao conhecimento científico, possa promover as mudanças sociais necessárias à melhoria da qualidade de vida da população.

Os programas de difusão cultural, responsáveis pela socialização das produções acadêmicas, tinham como função primordial fazer com que os sujeitos se familiarizassem com a cultura e o saber/fazer acadêmico.

O paradigma da extensão como prestação de serviços chegou também ao Brasil a partir da influência dos EUA. As ações sob a forma de prestação de serviços centravam-se no fato de estender, levar à comunidade o conhecimento (científico-cultural). O fato de levar à comunidade o conhecimento, restringia as

ações extensionistas aos acadêmicos (as) que já estavam direta ou indiretamente inseridos no contexto da universidade. Foram esses alunos em curso ou ex-alunos, os sujeitos que participavam da extensão tanto sob o paradigma da prestação de serviços, cursos e assistencialismo à sociedade, além da educação continuada, demonstrando que não ocorria a efetiva interação entre a maioria dos sujeitos.

Diante das visões apresentadas, podemos destacar que a extensão foi também entendida como um meio pelo qual ocorreu a transferência do saber acadêmico, construído no âmbito universitário, às comunidades consideradas como desprovidas desse saber. O entendimento resultante desse paradigma, construído sob influência norte-americana e européia, não dificultou o reconhecimento como uma função social a ser exercida de forma dinâmica e dialógica entre a universidade e a comunidade.

As discussões mais intensas sobre as ações, natureza e características da extensão tiveram como ponto de partida a participação do movimento estudantil (UNE), na década de 60, no processo de reforma da educação superior que resultou na Lei 5.540/68. Os estudantes travavam discussões em torno da extensão que em alguns momentos era realizada pelo Estado, via Ministério do Interior (MINTER) e Ministério da Educação e Cultura (MEC), e pela própria universidade. Mesmo imbuídos pelo sentimento de mudanças, a sociedade, de forma mais ampla, não se fazia presente, porque não possuía conhecimento sobre a dinâmica funcional e estrutural da universidade e muito menos da extensão, enquanto uma de suas atividades fins.

A extensão empreendida na década de 60 foi destacada pela criação dos Centros Rurais de Treinamento e Ação Comunitária - CRUTAC e o Projeto Rondon, que eram caracterizados como ações voltadas ao campo e regiões distantes dos centros urbanos do país. As experiências envolviam alunos, mas ainda

apresentavam-se desvinculadas da dinâmica das universidades tanto de maneira política¹² quanto institucional.

As práticas empreendidas no contexto em questão requeriam a participação dos alunos, mas sem a possibilidade de um diálogo, de uma interação que pudesse superar a transmissão unilateral e levar a uma troca entre os indivíduos ou grupos envolvidos. A participação estudantil por meio da União Nacional dos Estudantes – UNE foi primordial no processo de discussão e mudança nas práticas e concepções.

Podem-se resgatar os registros dessa participação sob dois cenários: o rural e o urbano. Em cada um deles, encontram-se as formas utilizadas pela UNE para estar presente e interferir na realidade encontrada, cumprindo, dessa forma, o que acreditavam ser o caráter social da universidade, ou seja, uma universidade comprometida com o desenvolvimento da consciência do povo, promovendo, assim, sua liberação do estado de miséria em que vivia.

A política estudantil entendia que a Extensão Universitária poderia ser o instrumento de conscientização para a libertação. (SOUSA, 2000, p. 41)

Como os estudantes participaram de inúmeros projetos de extensão, passaram a questionar o papel, a importância e a função das ações diante dos problemas sociais que diagnosticaram. O início da participação estudantil foi marcado pela inserção em projetos rurais que tinham as universidades como gestoras do processo, mas com as devidas restrições da época.

A extensão nos anos 60 também compreendia os projetos voltados às comunidades rurais, administradas tanto pelo Ministério do Interior (MINTER), quanto pelas universidades. A administração ainda não caracterizava o envolvimento entre universidade e comunidade, uma vez que apenas os alunos, inicialmente das áreas de saúde, envolviam-se com os problemas da sociedade. No retorno às universidades, esses alunos trouxeram experiências e um outro olhar sobre a realidade que possibilitou discussões mais profundas e constantes.

Outras iniciativas foram também empreendidas por meio do serviço de extensão cultural. Na visão de Sousa (2000, p. 41),

¹² O termo política é aqui empregado como a gestão, condução da dinâmica acadêmica, pois abordamos o termo a partir de sua origem etimológica. Política = *pólis* (Cidade Estado). Significando no contexto grego como a gestão da *pólis*, e, portanto, do espaço público. (Bittar, 2003).

Um dos destaques da participação estudantil deu-se no Serviço de Extensão Cultural da Universidade Federal de Pernambuco. Tratava-se de uma iniciativa institucional, mas que contava com o engajamento dos estudantes. O Movimento Estudantil comprometia-se, ao lado dos professores e técnicos, com o lado extensionista da Universidade. A principal experiência desse serviço foi a alfabetização de adultos, utilizando-se do Método Paulo Freire. Mas houve também participação em campanhas sanitárias de erradicação de doenças no campo, permitindo que os estudantes tivessem contato estreito com a população rural, saindo do discurso.

Nos anos 70, os projetos Rondon¹³, Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) e Centros Populares de Cultura (CPC), dentre outros, foram consolidados, mas as tentativas de mudanças na forma de realização ainda persistiam. As discussões travadas pelo movimento estudantil chegaram ao Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas. Na década de 80 o Forproex iniciou um trabalho mais sistemático, a fim de contribuir com o fortalecimento e institucionalização da extensão nas IES públicas do país.

Neto (2002, p. 76) acrescenta, afirmando que

Já na América Latina, a extensão universitária esteve voltada, inicialmente, para os movimentos sociais. Merece destaque o Movimento de Córdoba, de 1918. Nesse movimento, os estudantes argentinos enfatizam, pela primeira vez, a relação entre universidade e sociedade. A materialização dessa relação ocorreria através das propostas de extensão universitária que possibilitassem a divulgação da cultura a ser conhecida pelas “classes populares”. Esta foi uma idéia preliminar, que permeou também a organização estudantil no Brasil, a partir de 1938, quando da criação da União Nacional dos Estudantes - UNE.

Foi a inserção dos alunos nas ações extensionistas, com as possibilidades de diálogo, que contribuiu para o fortalecimento e consolidação da extensão no âmbito nacional em um primeiro momento.

A extensão universitária ganhou destaque durante o desenvolvimento da educação superior nacional. Mesmo após a reforma universitária de 1968, as discussões permaneceram e o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das

¹³ Aqui devemos deixar claro que o Projeto Rondon foi iniciativa do Estado militar e, dessa forma, atendia aos interesses desse. Os objetivos, a estrutura e execução seguiam a lógica da política ditatorial da época, e por esse motivo não se apresentavam como experiências extensionista, que tinham como objetivo a transformação social e a formação técnico-política dos acadêmicos que se envolviam nas atividades. A Gestão estava a cargo do Estado, enquanto a execução ficou restrita às Instituições de Educação Superior – IES.

Universidades Públicas – FORPROEX continuou o trabalho até a criação do Plano Nacional de Extensão Universitária em 2001. A criação desse plano contribuiu e ainda hoje contribui para a orientação das ações extensionistas nas IES brasileiras.

As discussões travadas pelas Universidades Públicas não abrangiam as instituições comunitárias e privadas. Paralelo ao FORPROEX, foi criado o Fórum das Instituições Comunitárias (FOREXT) e demais Instituições Particulares (FOREXP).

Para Calderón (2007, p. 23),

Deve-se registrar que os fóruns das IES comunitárias e das IES particulares foram criados depois de esgotadas as tentativas de abertura do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – composto basicamente por pró-reitores das universidades federais – para a participação dos representantes das IES particulares, tanto comunitárias como aquelas com ou sem fins lucrativos.

A efetivação das iniciativas dos fóruns, tanto das universidades públicas quanto comunitárias (Forext) e privadas (Forexp), constituiu um processo determinante na evolução e consolidação da extensão. No que se refere às ações, passaram a configura-se de forma cada vez mais diversa, que contribuiu com a superação da instrumentalização puramente técnica e assistencialista.

Para Sousa (2001, p. 121), “a Extensão Universitária surge como instrumento a ser utilizado pela Universidade para a efetivação do seu compromisso social e também como articuladora de suas relações”. Enquanto instrumento a ser utilizado pela universidade, oportunizou a criação de espaços de diálogo entre a sociedade e as instituições de educação superior, de forma a constituir também um meio para a construção do conhecimento.

A extensão brasileira foi influenciada tanto pelo modelo Inglês – cursos -, quanto pelo modelo americano – prestação de serviços. Os dois paradigmas inspiraram a extensão nas universidades brasileiras e eram direcionados aos alunos estavam em processo de formação, e àqueles que já haviam concluído os cursos universitários, além dos profissionais que já possuíam certo conhecimento.

Demo (apud Franz e Silva, 2002, p. 171) considera a “extensão como uma forma básica pela qual a universidade cumpre sua função pública, plural, diversa”.

Se a extensão é uma forma básica, então, enquanto dimensão e função social da universidade, deverá possibilitar a aprendizagem dos alunos durante a formação acadêmica da mesma forma que o ensino e a pesquisa.

Conforme o Plano Nacional de Extensão Universitária (2001, p. 25), a “extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade”. Essa visão compreende o entendimento elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores, como a via pela qual ocorre a relação dialógica entre universidade e sociedade. Para Rocha (2001, p. 25), “esse conceito traz ainda componentes referentes à troca entre saberes populares e o conhecimento sistematizado da Universidade, a interdisciplinaridade, tendo efetivamente, forte dimensão utópica”.

Na perspectiva de Sousa (2000, p. 88),

A Extensão Universitária realizava-se através de atividades de desenvolvimento de comunidades, realização de cursos por correspondência, cursos noturnos, cursos para a preparação de professores etc. Dessas experiências extensionistas, surgiram os *Campi* fora das sedes das Universidades, levando a uma regionalização da Extensão.

A regionalização da extensão, promoveu a ênfase em atividades que deveriam ser estendidas às comunidades em função das necessidades diagnosticadas em regiões distintas do país. As críticas de Freire fizeram jus à relevância, pois no contexto, mesmo com a intenção de contribuir com o desenvolvimento das comunidades rurais, a via era de mão única. A ideia de “invasão cultural” (Freire, 1977) foi demonstrada por meio das práticas analisadas pelo autor no referido período.

Em consonância a essa idéia, Bordenave (2005, p. 50) defende que

Normalmente, a participação nas atividades de extensão universitária é voluntária tanto para os alunos como para os professores. Embora as atividades sejam coordenadas por algum órgão da Universidade, elas não obedecem a um programa pedagogicamente formulado como parte do currículo das carreiras universitárias. As atividades de extensão não guardam necessariamente relação com os programas de estudo nem com os projetos de pesquisa. No fundo a Extensão Universitária é concebida como um favor ou serviço que a universidade rende à comunidade.

O autor demonstra que a extensão é reafirmada como um conjunto de ações desenvolvidas de maneira unilateral, desarticuladas do ensino e da pesquisa. Em consonância com a posição do autor, apontamos em Melo uma crítica a uma visão diferente, pois acredita não ser mais possível admitir a extensão como uma forma de atividade de aplicação. Para a realização do Estágio curricular e extra-curricular há lei específica e diretrizes que conduzem as atividades, de forma que não possibilitam, hoje, confundir a extensão com os estágios.

Para Melo (2005, p. 112),

O lugar que a universidade sempre atribuiu à extensão mantinha-a à sombra das outras atividades, como um apêndice sem importância para a formação dos estudantes. Até pouco, ela era vista como oferta de serviços à sociedade. Uma atividade de aplicação: possuímos o conhecimento e vamos aplicá-lo para os que dele carecem. Hoje não podemos mais pensar a extensão dessa maneira e considerá-la como um subproduto das atividades dos alunos e professores na Universidade. Pelo contrário, a extensão se torna não apenas uma via onde se entrecruzam as tramas que unem a sociedade e a universidade, como pode ser em espaço de excelência onde os três fins da universidade revelam sua interdependência dentro da singularidade.

A percepção da extensão como dimensão da universidade com relevância igual ao ensino e à pesquisa reforça a ideia de atividade meio, que contribui para a formação dos sujeitos à medida que proporciona o confronto com os conflitos sociais e com os próprios saberes teórico-prático, científico e popular.

Na visão de Silva (2002, p. 164),

As universidades privadas “usam” a extensão para vender o produto e, ao prestarem serviços, buscam recursos para a manutenção e a ampliação de suas estruturas institucionais mais adequadas para enfrentarem a grande concorrência existente entre elas, sendo que, muitas delas, somente assim conseguem organizar a pesquisa, já que não recebem verbas públicas suficientes para realizá-las mais academicamente.

As vertentes extensionistas, desenvolvidas nas universidades públicas e privadas, podem ser destacadas como um conjunto de ações atreladas ao entendimento da extensão como prestação de serviços. Em função da lógica do mercado e acumulação flexível do capital, uma das alternativas para a captação de recursos é a realização da extensão com o foco na prestação de serviços e aperfeiçoamento profissional. “Os programas de extensão – nas esferas

econômicas, sociais e culturais – envolveriam o setor privado em convênio com o Estado” (SILVA Jr. e SGUISSARDI, 2001, p. 221).

A visão da extensão sob a forma de prestação de serviços deve ser questionada em função do caráter extensionista centrado na construção dialógica do conhecimento e em sua socialização entre universidade e comunidade. A esse respeito, Sampaio (2005, p. 104) considera que

O discurso acadêmico se reduziu ao primado do pensamento, da razão, da teoria que, embora importantes e fundamentais, não esgotam as linguagens com as quais o ser humano é capaz de produzir conhecimento e expressar a realidade objetiva e subjetiva de existência pessoal e social. Para superar esse limite, a extensão, mais que um conjunto de atividades realizadas pela instituição, tem a tarefa de perguntar o sabor do saber, o qual implica em perguntar pela ética do conhecimento.

Na perspectiva que Sampaio apresenta a extensão, é necessário considerar a possibilidade de construção do conhecimento de formas diversas. Como a universidade é um espaço no qual construímos conhecimento, interagimos com os contextos e desenvolvemos habilidades e competências, ela não pode exercer tal função de maneira unilateral. Na visão de Morin (2010, p. 82), “a Universidade deve, ao mesmo tempo, adaptar-se às necessidades da sociedade contemporânea e realizar sua missão transecular de conservação, transmissão e enriquecimento de um patrimônio cultural, sem o que não passaríamos de máquinas de reprodução e consumo”.

Uma vez em que há envolvimento entre universidade e sociedade, é imprescindível ter clareza da responsabilidade com os sujeitos e as relações estabelecidas. Mesmo que haja objetivos bem definidos para a extensão, essa não poderá transformar-se em ações assistencialistas e muito menos em expressão da responsabilidade social das instituições.

Em superação aos conceitos que limitaram as ações da extensão, Bordenave evidenciou que o entendimento da extensão contribuiu para a superação da visão desvinculada das demais dimensões da universidade e destacou a interlocução e o diálogo como meios para uma extensão vivida por todos os membros da comunidade acadêmica.

Bordenave (2005, p. 51-52) acredita que

Para assegurar o equilíbrio do Triângulo Educativo, a extensão universitária deve formar parte do currículo no mesmo nível de importância, tempo e recursos alocados à pesquisa e ao ensino. Todo aluno deve obrigatoriamente participar das atividades de extensão e todo professor deve obrigatoriamente prever atividades de extensão no seu programa tanto alunos e professores devem ser avaliados de acordo com critérios de participação na extensão.

A valorização e o reconhecimento da extensão enquanto espaço integrador na universidade contribui para a construção do conhecimento. Se a extensão é meio para estabelecer relação entre universidade e sociedade e espaço de construção do conhecimento, será necessário analisar tanto os fundamentos teóricos quanto as bases legais que a regulam.

1.3.2 A institucionalização da Extensão e o Plano Nacional de Extensão Universitária /2001

A visão da extensão como espaço de diálogo entre universidade e sociedade perpassou as discussões que Freire (1977) apresentou na obra "*Extensão ou comunicação?*". Ao realizar estudo etimológico sobre a terminologia, Freire fez associações no sentido de que a extensão no Brasil caracterizava-se, no contexto das décadas de 60 e 70, como transmissão, entrega de algo à alguém, invasão cultural etc. As associações e argumentos do autor despertou-nos para a necessidade de compreender o processo de intervenção da universidade na sociedade via extensão universitária, pois essa era mais uma forma de perceber os problemas, intervir nesses e promover as mudanças sociais.

Nos anos 60, evidenciamos a atuação do movimento estudantil como interlocutor no processo de diálogo estabelecido em prol da Reforma Universitária de 1968 (Lei 5.540). Mesmo antes dessa reforma, a extensão já fora contemplada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n° 4.024/61.

Art. 29. nos estabelecimentos de ensino superior podem ser ministrados os seguintes cursos:

a) de graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o ciclo colegial ou equivalente, e obtido classificação em concurso de habilitação;

b) de pós-graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído curso de graduação e obtido o respectivo diploma;

c) de especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino, abertos a candidatos com preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos.

Nessa perspectiva, a extensão é apresentada como uma vertente do processo formativo, mas de forma restrita aos que já possuíam certa vivência acadêmica e/ou elevado saber. Ao restringir a extensão aos que possuíam o preparo e os requisitos exigidos, o texto da lei demonstrou o distanciamento existente entre as ações extensionistas promovidas pela universidade e a sociedade.

Analisando essa questão, atentamo-nos para o fato de que a determinação legal apontou para a direção contrária aos argumentos de Freire. A partir da percepção desse contraste entre o que determina a lei e as análises teóricas, despertamos as atenções para o estudo do processo extensionista tendo em vista os documentos que regulam e que reconhecem, dentre outros, o papel e a responsabilidade da extensão para com o processo formativo e as questões sociais.

Ao avançarmos as discussões, destacamos que da Lei 4.024/61 para a Lei 5.540/68 ocorreram modificações, porém alguns aspectos foram mantidos.

Na Lei 5.540/68 os Art. 1º e 2º destacam a função do ensino superior centrado na formação profissional indissociável da pesquisa. Há uma repetição da Lei 4.024/61 Art. 66, nos Art. 1º e 2º da Lei 5.540/68. O aspecto primordial à nossa análise foi a evidência de que entre a primeira e a segunda não houve, de início, destaque significativo para a extensão.

No decorrer do estudo, observamos que a Lei 5.540/68 apresentou a extensão de forma explícita nos Art. 17 e 20.

Art. 17. Nas universidades e nos estabelecimentos de ensino isolados de ensino superior poderão ser ministradas as seguintes modalidades de curso:

.....
d) de extensão e outros, abertos a candidatos que satisfaçam os registros exigidos.
.....

Art. 20. As universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes.

Retomamos, aqui, o pensamento de Freire, pois o Art. 20 explicita a idéia da extensão realizada com a finalidade de estender à comunidade, sob a forma de serviços especiais, as atividades de ensino e resultado das pesquisas, o que reafirma a ausência de reciprocidade entre os envolvidos, do diálogo e muito menos da visão do contexto e da complexidade da realidade.

A extensão na universidade passou a ser abordada de forma mais explícita na Constituição Federal de 1988 e na LDB 9.394/96.

A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 207, destaca a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Mas, enquanto processos institucionalizados, o ensino e a pesquisa já foram contemplados e a extensão só conquistou efetivamente tal patamar no ano 2001, como resultado da publicação do Plano Nacional de Extensão Universitária.

Mesmo entendendo a extensão como uma atividade fim da universidade, que deverá ser exercida de maneira indissociável, poucas ações efetivamente institucionalizadas podem ser mencionadas até a formalização do PNEU/2001. Desde a Reforma Universitária de 1968 até a elaboração da C.F. 88, ocorreram iniciativas para estruturar a extensão, como o Plano de Trabalho da Extensão Universitária promovido pelo MEC/MINTER, na década de 70. Esse plano correspondeu a uma tentativa de orientação para que pudessem estreitar laços entre universidade e sociedade. Os laços que se estabeleceram em seguida contribuíram para a construção de espaços críticos-formativos de uma geração em que a formação perpassou tanto pelo prisma da profissionalização, quanto pelo prisma da formação humana.

Para Serrano (2007, p. 13),

A extensão universitária vivencia um momento extremamente importante para sua consolidação como fazer acadêmico, entretanto as práticas institucionais através do próprio fazer extensionista e das normatizações universitárias necessitam melhor dispor-se diante das funções acadêmica, social e articuladora da Universidade.

A extensão, em vias de construção de um diálogo com a sociedade, consolidou-se como um fazer educativo voltado à formação política, acadêmica e profissional. As relações construídas perpassaram pelo fazer acadêmico desde as práticas iniciais até as tentativas de sistematização de um trabalho em âmbito nacional nos dias atuais. As instituições que se organizaram e se organizam em torno do Plano Nacional de Extensão Universitária/2001 buscaram e ainda persistem na luta pela institucionalização do espaço/processo educativo, imprescindível e necessário à formação acadêmica.

O PNEU/2001 foi um marco para a sistematização do trabalho extensionista nas universidades, pois difundiu princípios e orientações que são basilares para a construção de um trabalho que se pretenda consistente. Mesmo trazendo contribuições à estruturação da extensão nas universidades, esse plano não abrangeu as IES comunitárias e particulares. Essas se encontram em processo de discussão com o fim de construir as bases da extensão referentes aos seus objetivos e ações.

O processo de elaboração do PNEU/2001 foi lento e marcado por debates em torno de questões que prescindiram da participação dos alunos, sociedade, universidades e Estado, este por meio do Ministério da Educação. Atualmente esse documento se encontra em fase de revisão para que possa corresponder às transformações sociais e institucionais.

A continuação da tentativa de institucionalizar a extensão possibilitou, por meio do FORPROEX a criação do Programa de Extensão Universitária - PROEXT¹⁴,

¹⁴ “O Programa de Extensão Universitária (ProExt) tem o objetivo de apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas. Criado em 2003, o ProExt abrange a extensão universitária com ênfase na inclusão social. A esse respeito ver www.mec.gov.br.

do Plano Nacional de Extensão Universitária/2001 e da Rede de Extensão Universitária - RENEX. O PROEXT constitui um avanço, pois de certa forma, ao constituir uma proposta de fomento à extensão por meio de edital voltado para as Ações de Extensão, passou a equipará-la à pesquisa e mesmo ao ensino. O Plano Nacional de Extensão Universitária /2001 constituiu um marco em relação à tentativa de estruturação de um conceito que possa dar um norte aos trabalhos já realizados nas universidades públicas, pois buscou um consenso em relação ao conceito, as ações e as possibilidades de condução do processo extensionista desde o planejamento até a avaliação da extensão nas IES públicas.

Entre 1993 e 1995, ocorreu um processo de articulação para que pudessem efetivar tais iniciativas e realizar o primeiro diagnóstico da extensão nas universidades brasileiras. O resultado consiste num diagnóstico (sistemizado em documento e publicado pelo MEC) da extensão desenvolvido nas universidades públicas brasileiras. Atualmente, por meio de comissão criada pelo MEC, está em processo de planejamento uma “avaliação das ações extensionistas”, que será realizada no Brasil em dimensões maiores que a realizada entre os anos de 1993/1995 e 2005.

O RENEX, constitui em uma Rede de Extensão que é de “iniciativa do FORPROEX, que mantém cadastro atualizado das instituições integrantes, divulga ações extensionistas universitárias e coordena o Sistema Nacional de Informações de Extensão, SIEX/Brasil, banco de dados sobre as práticas de extensão no País” (RENEX, 2011).

A publicação do Plano Nacional de Extensão contribuiu para aprimorar a extensão nas instituições de educação superior. Não se trata de um documento rígido, mas de uma construção a várias mãos que definiu princípios norteadores, bases teóricas, orientações teórico-metodológicas e indicação de construção de um sistema de informação em rede e processo avaliativo específico para as IES. O RENEX, além das redes menores, é hoje responsável pelo banco de dados da extensão no âmbito nacional.

Em virtude da construção do PNEU/2001, observamos que as discussões em torno da extensão estão se ampliando no sentido de aprofundamento quanto às bases teóricas. O aprofundamento das questões pode ser percebido por meio da socialização mais intensa dos debates, das ações extensionaistas e das redes e eventos que a contemplam. A possibilidade de estruturação de um trabalho mais coerente por parte de professores, alunos e comunidade é também resultado do Plano Nacional de Extensão, pois a partir desse houve melhores esclarecimentos e sistematização da extensão.

As bases do plano estão assentadas na interdisciplinaridade, indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e flexibilização curricular. No referido documento, há a estruturação das áreas temáticas, das linhas programáticas, da definição das ações de extensão da planilha básica para sistema e das informações referentes ao RENEX e ao processo de avaliação. As orientações conduzem hoje o processo extensionista nas universidades, mesmo que ainda não em sua totalidade.

1.3.3 Extensão e formação acadêmica: o que pretendemos?

Até a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX) das Universidades Públicas, havia discussões sobre a extensão sob perspectivas que hoje procuramos superar, pois já não mais atendem à realidade brasileira, tão complexa e múltipla em sua cultura, condições e demandas regionais distintas, dentre outras. As discussões iniciais giravam em torno da extensão como prestação de serviços e aprimoramento profissional, sem a devida preocupação sobre sua contribuição para a formação dos alunos e realidade social.

Na visão de Guimarães (1997), após o fórum de pró-reitores de extensão, em 1987, passou-se a entender “a extensão universitária como processo educativo científico-cultural que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e a sociedade”. Visão esta

que, de certa forma, procurou superar as formas de extensão assistencialista e meramente profissional e técnica, com vista à promoção da mudança social.

O entendimento de extensão universitária difundido hoje se encontra também fundamentado nas idéias de Santos (1996, p. 225), quando traz as “11 teses para uma universidade Pós-Moderna”, pois estão voltadas à formação integral do sujeito.

O autor ainda destaca que

No momento em que o capitalismo global pretende funcionalizar a universidade e, de facto, transformá-la numa vasta agência de extensão ao seu serviço, a reforma da universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às universidades uma participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural. (SANTOS, 2004, p. 226)

A extensão deve deixar de existir apenas como uma das dimensões da universidade, para tomar parte do todo integrado numa perspectiva de inserção social e formação integral. Quando nos referimos a tomar parte do todo, entendemos que as fragmentações deverão ser superadas. O ensino, a pesquisa e a extensão se tornarão um corpo integrado indissociável entre si, de tal forma que contribuirá de maneira consistente para a real formação humana e profissional.

Por outro lado, na visão de Morin (2004, p. 34),

a integração não deveria ocorrer somente no sentido das dimensões da universidade. O conhecimento compartimentalizado, dividido em áreas cada vez mais específicas e a especialização promoveram uma estratificação do saber que de certa forma dificulta esta formação integral do sujeito.

A extensão deveria, portanto, atender às necessidades de formação numa perspectiva interdisciplinar, com o objetivo de construir conhecimento contextualizando-o e relacionando-o ao cotidiano. Ao contextualizar o conhecimento e relacioná-lo ao cotidiano de cada sujeito, é que se constrói uma aprendizagem significativa.

Para Jantsch e Bianchetti (2008, p. 199),

O atual estágio de fragmentação do conhecimento humano está absolutamente congruente com o modo de produção em voga, associado ao estágio de desenvolvimento e da tecnologia. Por outro lado, o próprio desenvolvimento científico-tecnológico nos possibilita mais a vivência da interdisciplinaridade. Nesse sentido, a alta ciência-tecnologia não é só

demanda do “processo produtivo”, mas do processo de produção do conhecimento.

O sentido da interdisciplinaridade aqui se volta para a relação dialógica e integradora entre os saberes, como princípio fundamental para a construção do conhecimento e desenvolvimento da tecnologia. Entendido como uma superação da fragmentação e não como uma tentativa de generalidade do saber, o que se propõe é que o especialista consiga dialogar com os saberes das demais áreas do conhecimento sem perder de vista seu objetivo de estudo, seu ponto de partida.

O entendimento de Morin (2004) contraria a visão positivista de ciência ao trazer a necessidade de um conhecimento integrado, articulado aos saberes. Esta visão contribui para uma mudança de paradigma de formação que ultrapassa a disciplinaridade e a fragmentação do saber. Não quer dizer que deveria acabar com o especialista, ao contrário, é necessário estabelecermos um diálogo entre as áreas do saber. Cada um, com propriedade teórico-prática e política de sua área, dialogará com os seus pares de forma a aprender a viver as incertezas na perspectiva de ensinar a condição humana ética e humanística – fundamental na extensão.

Mesmo tendo como princípio a interdisciplinaridade, resultante do olhar sobre a complexidade da realidade e da perspectiva da construção de um saber também complexo, não podemos deixar de lado a dimensão social da extensão. A extensão como dimensão social da universidade é defendida pelo PNEU/2001, quando a destaca

Como prática acadêmica interligada à Universidade nas suas atividades de ensino e de pesquisa, com as demandas da maioria da população, possibilitando a formação profissional cidadã e se credenciando, cada vez mais, junto à sociedade como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes (p. 7).

Tal aspecto pode ser entendido no contexto atual com uma possibilidade de formação integral, pois são consideradas como extensão as atividades voltadas ao atendimento das necessidades sociais emergentes, num contexto complexo da sociedade em que vivemos. O conhecimento será construído sob a perspectiva de troca de saberes integrados, sistematizados, acadêmico e popular, tendo como consequência a democratização do conhecimento, a participação efetiva da

comunidade na atuação da universidade e uma produção resultante do confronto com a realidade.

Ainda nesta perspectiva, a LDB 9.394/96 determina no Art. 52 que

As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por: I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional.

A formação por meio da integração do ensino, da pesquisa e da extensão é assegurada legalmente e deve ocorrer de forma a contribuir para a formação integral do sujeito. Diante disso, a universidade se coloca em uma posição de instituição socialmente responsável pela estruturação política, econômica, social e cultural da sociedade, a partir de sua estrutura multireferencial. Somente através da integração entre as dimensões do ensino, pesquisa e extensão, de forma que constituam um corpo integrado, é que será possível não apenas o reconhecimento da extensão, mas a superação da fragmentação e barreiras entre essas dimensões.

Pelas questões apresentadas, é notório o importante papel da extensão no processo formativo dos acadêmicos, pois esse constitui processo educativo voltado ao aprendizado que consiste também em instrumento político-social, que por meio da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, interdisciplinaridade e relação dialógica entre universidade e sociedade, contribuirá tanto para a transformação do sujeito aprendente, quanto para a transformação da realidade social que este se encontra inserido.

CAPÍTULO II – METODOLOGIA DA PESQUISA

No meio do caminho dessa vida,
E estamos todos no meio.
Quem chegou e quem faz tempo que veio
Ninguém no início ou no fim...

Adriana Calcanhoto.

2 OS CAMINHOS E DESCAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO

O percurso da pesquisa consiste no caminho percorrido pelo pesquisador no processo de investigação. Nesse capítulo, apresentamos os procedimentos metodológicos, que ao serem aplicados/desenvolvidos, constituíram em elementos necessários à efetivação do estudo. A abordagem qualitativa da pesquisa, do tipo estudo de caso, instrumentos de coleta (Análise documental, entrevista e questionário) e análise dos dados, constitui o conjunto de procedimentos que compuseram a dinâmica da investigação.

2.1 A Abordagem Qualitativa da Pesquisa

A investigação remete o pesquisador ao processo de descoberta e redescoberta de uma realidade, de um objeto de estudo. O estudo sobre essa realidade e esse objeto pressupõe o despreendimento às aparências e explicações pautadas unicamente em evidências do senso comum. Para Kuhn (2009), o conhecimento científico, por não se prender à aparência, ser sistematizado e buscar constantemente mecanismos de correção, imprime aos pesquisadores a

responsabilidade de trazer os resultados da investigação de forma a serem estes, instrumentos e meios para o homem melhorar as condições de vida na sociedade. Constitui-se, portanto, princípio básico na prática investigativa, delimitar o objeto de estudo, caracterizando-o de forma a tornar-se claro e possível de ser investigado.

Para compreender melhor o objeto de estudo, é necessário construir conhecimento científico que ultrapasse as pontuais evidências do real. Para Eco (2008, p. 21-23), é necessário, no processo de investigação e construção do conhecimento científico, observar alguns aspectos fundamentais como

- a) o estudo debruça-se sobre um objeto reconhecível e definido de tal maneira que seja reconhecível igualmente pelos outros;
- b) o estudo deve dizer do objeto que ainda não foi dito ou rever sob uma ótica diferente o que já se disse;
- c) o estudo deve ser útil aos demais e,
- d) o estudo deve oferecer elementos para a verificação e a contestação das hipóteses apresentadas e, portanto, para uma continuidade pública.

Num primeiro momento, buscamos fazer com que o objeto se tornasse reconhecível e definido, de forma a ser compreendidos pelos outros. Construimos, no primeiro capítulo, a argumentação teórica que elucidou questões como evolução histórica e conceitual da universidade e extensão universitária, além das ações extensionistas nas instituições de educação superior. Buscamos definir, caracterizar e tornar o objeto de estudo cada vez mais reconhecível.

O segundo aspecto nos orientou no estudo da extensão, pois tratamos o objeto de estudo por meio de questões que até o momento não foram analisadas e sistematizadas como resultado de pesquisas¹⁵, no que se refere à instituição investigada. Como a extensão encontra-se em foco nos estudos sobre as funções, atividades fins e papel social da Universidade, reconhecemos a necessidade do estudo centrado no processo de desenvolvimento da extensão em uma IES pública. O entendimento do processo extensionista no Campus - IX da UNEB - Barreiras/BA

¹⁵ Na realização dessa pesquisa, identificamos outros trabalhos desenvolvidos na Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Identificamos estudos sobre os processos decisórios e instâncias democráticas (UFBA), reformulação do curso de pedagogia (PUC-SP), clima organizacional (UCB), interdisciplinaridade no curso de Pedagogia (UCB), estrutura multicampi da UNEB (UFBA) e processo de avaliação institucional (UCSAL).

apresenta-se como original, pois até o momento não tivemos conhecimento de estudos voltados a essa questão e dessa natureza na instituição.

Ao optar pela abordagem qualitativa, corroboramos com Minayo (2008, p. 39) ao destacar que “metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. Nesse sentido, para estudar nosso objeto, optamos pelo emprego da abordagem qualitativa, pois na visão de Minayo (2008, p. 41) “o objeto das Ciências Sociais é essencialmente qualitativo. A realidade social é próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante”.

A abordagem qualitativa está voltada à interpretação do fenômeno para que compreendamos o processo. As pesquisas qualitativas não têm como fim último a generalização. As particularidades, passíveis de análise, são compreendidas a partir da interpretação da relação entre a literatura, os documentos que compõem os marcos regulatórios que caracterizam o processo extensionista, e as opiniões dos sujeitos envolvidos.

Para Moreira (2002, p. 237),

Na pesquisa qualitativa o foco da investigação é na essência do fenômeno e a visão de mundo é função da percepção do indivíduo. Os objetivos são descrever e entender o mundo como ele é. (...) O pesquisador não manipula variáveis por meio de tratamentos experimentais e está mais interessado no processo do que no produto.

Ainda sobre essa questão, Ludke e André (1986, p. 37) declararam que “para realizar uma pesquisa é preciso promover o confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele”. O estudo foi configurado na perspectiva de efetivar os procedimentos enunciados por Moreira, Ludke e André, pois acreditamos que subsidiaram o desenvolvimento do trabalho.

Ludke e André (1986, p. 11-13) também apontam como características da pesquisa qualitativa

- i) a investigação que tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento;
- ii) os dados coletados são predominantemente descritivos;

- iii) a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto;
e,
- iv) a análise dos dados tende a seguir processo indutivo.

As características apontadas pelas autoras conduziram a investigação, orientando-nos em cada etapa e seus respectivos procedimentos.

Como campo empírico, definimos o Campus IX da Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Barreiras/BA. Os documentos analisados regulam a extensão em toda a UNEB, mas para melhor compreendermos o processo extensionista, aplicamos também questionários aos professores e alunos.

A investigação esteve pautada na idéia de que

Nas ciências sociais, os pesquisadores, ao empregarem os métodos qualitativos, estão mais preocupados com o processo social do que com a estrutura social; buscam visualizar o contexto e, se possível, ter uma integração empática com o processo objeto de estudo que implique melhor compreensão do fenômeno. (NEVES, 1996, p. 2)

Como “a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como sendo um estudo detalhado de um determinado fato, objeto, grupo de pessoas ou ator social e fenômeno da realidade” (OLIVEIRA, 2007, p. 60), optamos por situar a investigação nessa perspectiva, pois se trata de objeto ainda não estudado na instituição sob o viés tratado nesse trabalho.

Na perspectiva de Oliveira (2007, p. 60),

A opção por uma abordagem qualitativa deve ter como principal fundamento a crença de que existe uma relação dinâmica entre o mundo real, objetivo, concreto e o sujeito; portanto, uma conexão entre a realidade cósmica e o homem, entre a objetividade e a subjetividade. Ou, mais precisamente, na abordagem qualitativa, o(a) pesquisador(a) deve ser alguém que tenta interpretar a realidade dentro de uma visão complexa, holística e sistêmica...

A intenção com a realização dessa investigação foi justamente captar a dinâmica do processo extensionista diante da realidade complexa em que é desenvolvida e da diversidade organizacional da instituição, por apresentar-se sob a forma de multicampia e encontrar-se em vias de implantação e consolidação das Redes de Gestão Departamental – RGDs. Além da multicampia e RGDs como estrutura organizacional, consideramos que o objeto de estudo investigado sob a

abordagem qualitativa possibilitou uma visão do processo extensionista em uma realidade específica, que foi o Campus IX da UNEB.

2.2 O Estudo de Caso

Segundo Vieira (2008, p. 106-107), “a pesquisa qualitativa tem o objetivo de examinar problemas específicos de maneira mais aberta, de forma a gerar informações que não seriam obtidas de outra forma”. Nesse sentido, a abordagem qualitativa tornou-se apropriada à realização desse trabalho, em função da necessidade de geração de informações sobre a extensão e descrição do seu processo em detrimento do seu produto.

No início da investigação realizamos uma fase exploratória que possibilitou-nos uma aproximação teórica com o tema, para que pudéssemos configurar e construir um objeto de estudo conciso e delimitado. A esse respeito, Gil (2008, p. 43) considera que “pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”. Foi sob esse aspecto que realizamos a fase exploratória, na qual exploramos o campo de estudo da extensão universitária.

Gil (2009, p. 41) ainda destaca que

estas pesquisas [*exploratórias*] têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições.

A pesquisa exploratória proporcionou maior familiaridade com o tema e objeto de estudo, de forma que puderam se tornar mais explícitos. A fase exploratória foi, portanto, preliminar ao estudo de caso e se delineou como procedimento introdutório na investigação.

O estudo de caso compreendeu a investigação de uma determinada realidade, localizada e focalizada sob um conjunto de aspectos relacionados ao

problema. A investigação dessa natureza compreendeu o estudo em profundidade, de forma a contribuir para o entendimento da dinâmica do fenômeno.

Segundo André (1984, p. 52),

Os estudos de caso pretendem retratar o idiossincrático e o particular como legítimos em si mesmos. Tal tipo de investigação toma como base o desenvolvimento de um conhecimento idiográfico, isto é, que enfatiza a compreensão dos eventos particulares (casos).

Assim, o estudo de caso, ao mesmo tempo em que focalizou um grupo, uma realidade específica, buscou a interpretação em contexto, representando os diferentes, presentes na situação social, além de usar uma variedade de fontes para responder ao problema.

Para Gil (2009, p. 54), o estudo de caso “consiste no estudo aprofundado e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira a permitir seu amplo e detalhado conhecimento”. Assim, o estudo de caso é “encarado como o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro do contexto real” (GIL, 2009, p. 54). Ao realizar o estudo de caso foi possível analisar inúmeros aspectos do fenômeno por meio do uso de técnicas e instrumentos de coleta de dados diversificados.

2.3 Técnicas

No estudo de caso utilizamos técnicas diferentes para a coleta dos dados. Como técnicas, foram empregadas a análise documental e o questionário. A análise documental permitiu a compreensão do funcionamento da extensão em sua dimensão formal, o questionário possibilitou a configuração do processo na realidade investigada e a entrevista foi definida com o objetivo de analisar a percepção do gestor acerca do processo extensionista. O percurso foi marcado por alguns imprevistos¹⁶, mas não impossibilitou que chegássemos aos resultados que apresentamos nesse trabalho.

¹⁶ Na pesquisa definimos como instrumento a entrevista, mas essa não chegou a ser realizada. O contato foi estabelecido, o roteiro de questões foi encaminhado previamente por e-mail à gerente de extensão da Pró-Reitoria de Extensão da UNEB (PROEX), mas até a etapa de análise dos dados não

2.3.1 Análise documental

A análise documental foi uma das opções de técnica, pois propiciou uma visão geral do funcionamento da extensão definida nos marcos regulatórios institucionais.

Na opinião de Oliveira (2007, p. 90)

Esse procedimento é bastante recomendável, visto que o pesquisador precisa conhecer em profundidade o contexto em que se insere seu objeto de pesquisa. O acesso a documentos escritos – seja em forma de relatórios, artigos, jornais, revistas ou mesmo livros e documentos eletrônicos – em muito contribui para o conhecimento mais profundo da realidade.

Os documentos contêm informações que tanto esclarecem aspectos pertinentes ao objeto de estudo quanto permite o aprofundamento do estudo.

Para estudos preliminares e introdutórios, foram definidos como documentos obras completas, artigos e documentos eletrônicos. Documentos como o Estatuto (2012), Regimento Geral (2012), Plano Estratégico (2007), Plano de Metas (2010), Plano Plurianual (2007) e Política de Extensão da UNEB (2011), que referem-se à instituição de forma geral, foram analisados em um segundo momento. Na terceira fase analisamos o Relatório da Gestão do Departamento de Ciências Humanas – DCH – Campus IX – Barreiras, referente aos anos 2005 a 2010¹⁷.

Nos documentos, foram analisadas as concepções, as orientações referentes aos procedimentos adotados pela instituição na efetivação e consolidação da extensão.

obtivemos retorno. No momento em que estávamos finalizando a sistematização do trabalho tentamos entrar em contato novamente, mas fomos informadas que houve mudanças na Pró-Reitoria e o atual gerente está se familiarizando com o trabalho no órgão, não possuindo conhecimento suficiente para responder as perguntas.

¹⁷ O referido documento foi elaborado pela direção do Departamento de Ciências Humanas – Campus IX e apresenta os dados referentes às características da instituição investigada e às ações extensionistas desenvolvidas no âmbito dessa instituição.

Santos (2007, p. 32) afirma que “documento é o nome genérico dado às fontes de informação bibliográficas que ainda não receberam organização, tratamento analítico e para publicação”. Essa posição nos orientou na definição dos documentos a serem analisados, dos procedimentos adotados na leitura prévia, no estudo detalhado de todos os aspectos pertinentes às categorias definidas para a análise, bem como na sistematização e organização das informações e resultados das análises.

Para Marconi e Lakatos (2011, p. 48-49),

A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser escolhidas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois.

Assim, definimos como fontes documentais o Estatuto, o Regimento Geral, o Regulamento, o Plano Plurianual, o Plano de Metas e a Política de Extensão da UNEB, que são escritos primários contemporâneos.

Marconi e Lakatos (2011) ainda destacam que as fontes de documentos podem ser de arquivos públicos, particulares ou fontes estatísticas. A UNEB dispõe de alguns documentos de forma pública, como foi o caso do Estatuto e Regimento Geral, que estão em área/ambiente virtual, acessível a toda a população. O Plano Plurianual, Plano Estratégico e Plano de Metas encontravam-se no Sistema Integrado de Planejamento (SIP), que é a área destinada ao planejamento integral das ações da instituição. A Política de Extensão foi encaminhada por e-mail a todos os professores em agosto de 2011, quando da visita da Pró-Reitora de Extensão ao DCH – Campus IX – Barreiras. O Relatório da Gestão do DCH – Campus IX – Barreiras – 2005/2010, foi disponibilizado pelo diretor do departamento quando apresentei o parecer com aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UNEB.

Como tipos de documentos, Marconi e Lakatos (2011, p. 51-52) diferenciam em “i) escritos – documentos oficiais, publicações parlamentares, documentos jurídicos, fontes estatísticas, publicações administrativas e documentos particulares; e ii) outros – iconografia, fotografias, objetos, canções folclóricas, vestuário e folclore”.

Em função dessa diversidade de fontes e tipos de documentos, optamos pelos regulatórios, pois “constituem uma fonte rica de informes do ponto de vista sociológico, mostrando como uma sociedade regula o comportamento de seus membros e de que forma se apresentam os problemas sociais” (MARCONI e LAKATOS, 2011, p. 52)

A seleção dos documentos deu-se mediante disponibilidade na instituição e a validade temporal, pois estávamos tratando de um fenômeno que estava em processo. Para Elton (apud Bell, 2008, p. 112) “a seleção controlada é necessária para garantir que nenhuma categoria importante seja deixada de fora”. Assim, a seleção esteve centrada no tema e categorias de análise previamente definidas.

Os documentos foram organizados e analisados conforme seu conteúdo. Para a realização da análise foram definidas algumas categorias, estruturadas da seguinte forma: i) conceito de extensão; ii) estrutura e funcionamento da extensão; e, iii) contribuições da extensão para a formação acadêmica.

Como os documentos são fontes específicas de dados que oportunizam a evidência do fenômeno, foi necessário compreender a linguagem de cada documento. Nesse sentido, Bell (2008, p. 114) destaca que “documentos como estatutos ou papéis legais podem empregar uma linguagem especializada que deve ser dominada, e a correspondência privada pode usar idiosincrasias, que também precisam ser entendidas”. Em função das características apresentadas pelos documentos, pontuamos e focalizamos a análise no conteúdo referente à extensão conforme categorias definidas.

A análise documental segundo Gil (2008) constitui um “processo que traz contextualização da questão a ser investigada, além da complementaridade de informações. Tem como objetivo buscar informações factuais das questões de pesquisa”. Nesse sentido, os dados obtidos foram analisados à luz do referencial teórico e do contexto em que se apresentaram, para que fossem compreendidos de forma mais clara e objetiva.

2.3.2 O questionário

O questionário consiste em um instrumento capaz de obter uma variedade de informações sobre o objeto de estudo, podendo ser associado a outros instrumentos que possibilitem o confronto das informações, do contexto e do entendimento do objeto em estudo.

Para Cervo, Bervian e Da Silva (2007, p. 28)

todo questionário deve ter natureza impessoal para assegurar uniformidade na avaliação de uma situação para outra. Possui a vantagem de os respondentes se sentirem mais confiantes, dado o anonimato, o que possibilita coletar informações e respostas mais reais.

Nesse sentido, a aplicação do questionário resguardou os sujeitos participantes, pois não requereu a identificação dos mesmos.

Para a composição da amostra, foram aplicados 250 questionários aos alunos, 95 aos professores da instituição e 01 ao coordenador do NUPE. Do total aplicado, foram devolvidos um quantitativo de 211 pelos alunos, 16 pelos professores e 01 pelo coordenador do NUPE.

Os questionários foram aplicados em três momentos distintos, logo após liberação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNEB. O primeiro momento com os alunos ocorreu em fevereiro, logo após o retorno das férias docentes, sendo finalizado após o período do carnaval. Alguns imprevistos decorrentes do período de finalização do semestre, dos trabalhos de conclusão de curso e dos estágios dificultaram a aplicação do instrumento.

Os questionários aos professores foram entregues, inicialmente, em reunião para planejamento do retorno às aulas. Na mesma semana, o questionário foi encaminhado por e-mail a todos os professores do Campus IX. Muitos não responderam, justificando as inúmeras atividades comuns do final do semestre. Quanto ao coordenador do NUPE, foi solicitada sua participação por telefone e encaminhado o questionário por e-mail, o qual foi prontamente respondido e devolvido.

Após aplicação dos questionários, os resultados foram tabulados e organizados por meio de quadros, gráficos e tabelas. Ao término da categorização e organização, procedemos à análise dos dados.

2.4 Análise dos dados

A análise dos dados foi a etapa da pesquisa que requereu maior organização das informações e do tempo, para que chegássemos a esse trabalho. Os dados obtidos com a pesquisa de campo foram sistematizados a partir das categorias de análise definidas no planejamento da pesquisa.

As categorias (i) conceito de extensão; ii) estrutura e funcionamento da extensão; e, iii) contribuições da extensão para a formação acadêmica compreenderam, de forma mais detalhada, o conceito e fundamentos da extensão, missão e objetivos institucionais em relação à atividade fim, caracterização das ações conforme natureza (programas, projetos, cursos, etc.), diretrizes para operacionalização das ações, estruturação de sistema de informação e banco de dados, processo avaliativo, comunicação dos resultados e interação com a comunidade, além das contribuições para a formação acadêmica.

2.5 Os Sujeitos da Pesquisa: universo e amostra

Os sujeitos solicitados a participar da pesquisa foram um representante da Pró-Reitoria de Extensão da UNEB (Gerente de Extensão – GEEX), um Coordenador do NUPE do DCH – CAMPUS IX – Barreiras, os professores que atuam no Campus IX e alunos dos cursos em oferta regular.

A participação do Gerente de Extensão foi definida em função de sua atribuição gestora em uma instância maior, que possui informações sobre o processo de forma mais ampla. Em 2011, a gerente apresentou-se solícita e aberta

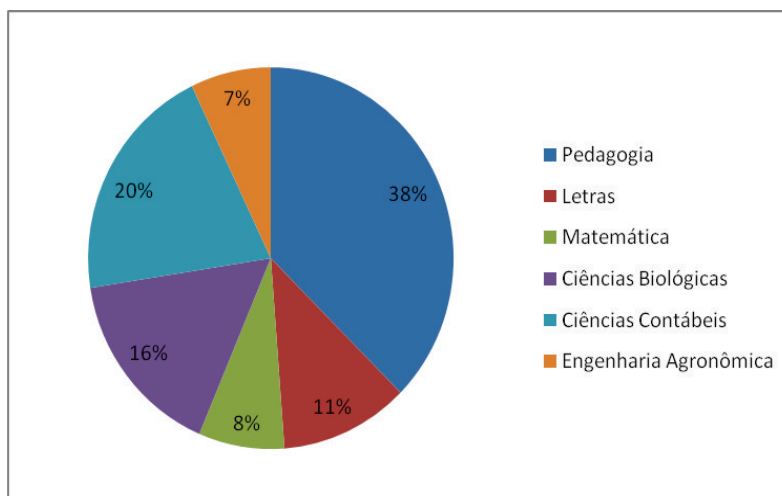
à participação da pesquisa, mas não pôde efetivamente contribuir com a entrevista em razão de sua transferência de setor na mesma instituição.

O critério para que o coordenador do NUPE participasse da pesquisa esteve centrado na condição de já atuar em ações extensionistas e coordenar os trabalhos na instituição investigada.

Em relação aos professores não houve critério específico, sendo aplicado aos sujeitos em sua totalidade.

De um total de 1.585 alunos matriculados em 2011, nos diversos cursos, a amostra, ao final da pesquisa, foi de 211 alunos. Os alunos participantes deveriam estar matriculados nos cursos em oferta regular, independente do turno de funcionamento. Outro critério para a participação dos alunos foi estar cursando a graduação a partir do segundo semestre, pois acreditamos que a partir desse período já possui condição de posicionar-se sobre o processo extensionista.

Gráfico 01: Alunos do Campus IX – UNEB – Barreiras, participantes do estudo de caso sobre Extensão Universitária.



Fonte: Pesquisa no Campus IX – UNEB – Barreiras/2012.

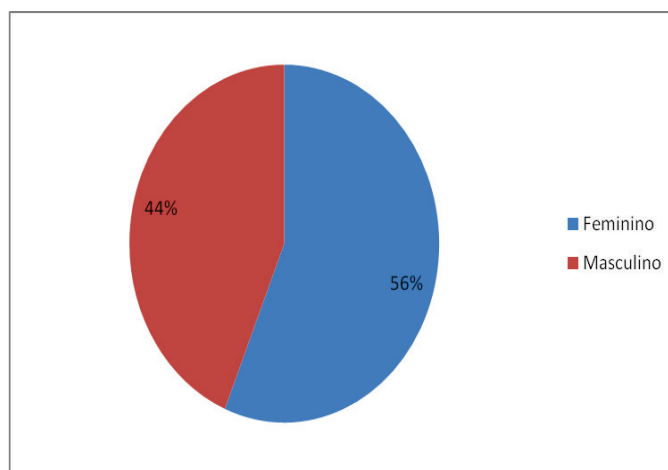
Conforme Gráfico 01, a expressividade de alunos do curso de Pedagogia (38%) pode ser justificada em função do número de turmas e de seu funcionamento

nos três turnos. Ciências Contábeis, segundo curso a ser implantado no departamento, apresentou 20% de participação. Os demais cursos apresentaram percentual muito pequeno, mas já justificado em função das atividades do final do semestre.

Mesmo contabilizando o número de alunos dos cursos em oferta temporária, não foi cogitada a participação desses alunos, pois não se encontravam em período de aula. O calendário de funcionamento é específico para esses cursos e acreditamos que poderíamos desenvolver pesquisas posteriores com esses sujeitos.

Os professores participaram da pesquisa voluntariamente e não houve seleção prévia. De um total de 95 professores, obtivemos o retorno de 16 questionários. Os dezesseis questionários perfazem um percentual de 16,84% em relação à totalidade dos instrumentos distribuídos aos docentes da instituição. Como o quantitativo não foi expressivo, ao analisá-los observamos que estes estão diretamente ligados à extensão como professores, coordenadores e participantes de diversas ações extensionistas em sua trajetória na instituição. Constatamos que 56% dos professores eram do sexo feminino e 44% do sexo masculino.

Gráfico 02: Professores do Campus IX – UNEB – Barreiras, participantes do estudo de caso sobre Extensão Universitária.



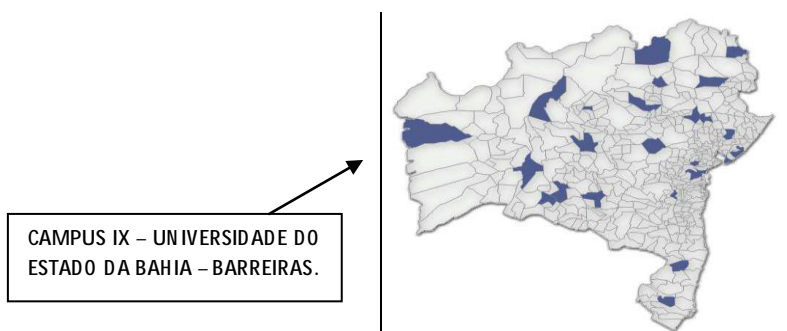
Fonte: Pesquisa no Campus IX – UNEB – Barreiras/2012.

Apenas dois professores afirmaram atuar em apenas um curso (Letras e Pedagogia). Os demais professores atuam simultaneamente nos demais cursos (Engenharia Agrônômica, Ciências Biológicas, Matemática e Ciências Contábeis). Em relação ao tempo de atuação na instituição, identificamos que o professor com maior tempo de atuação possui 29 anos de docência e o mais recente possui apenas dois anos de atuação na instituição. Ao responder o questionário, alguns professores deixaram em branco as questões que desconheciam, ou não se sentiram seguros ou confortáveis para responder.

2.6 Contexto da pesquisa: A Universidade do Estado da Bahia – Campus IX.

A Universidade do Estado da Bahia (UNEB) é uma instituição multicampi estruturada sob a forma Departamental e encontra-se em processo de implantação/consolidação das Redes de Gestão Departamental. É composta por 29 Departamentos, sendo 04 (quatro) desses em funcionamento na capital e 25 no interior, atendendo a um total de aproximadamente 18.401 alunos, em seus 137 cursos de graduação. Em função da estrutura organizacional da IES, definimos como *locus* da pesquisa o Campus IX – Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. No Mapa 01, dentre os municípios do Estado da Bahia que sediam unidades da UNEB, destacamos Barreiras, que é a cidade de funcionamento do Campus IX.

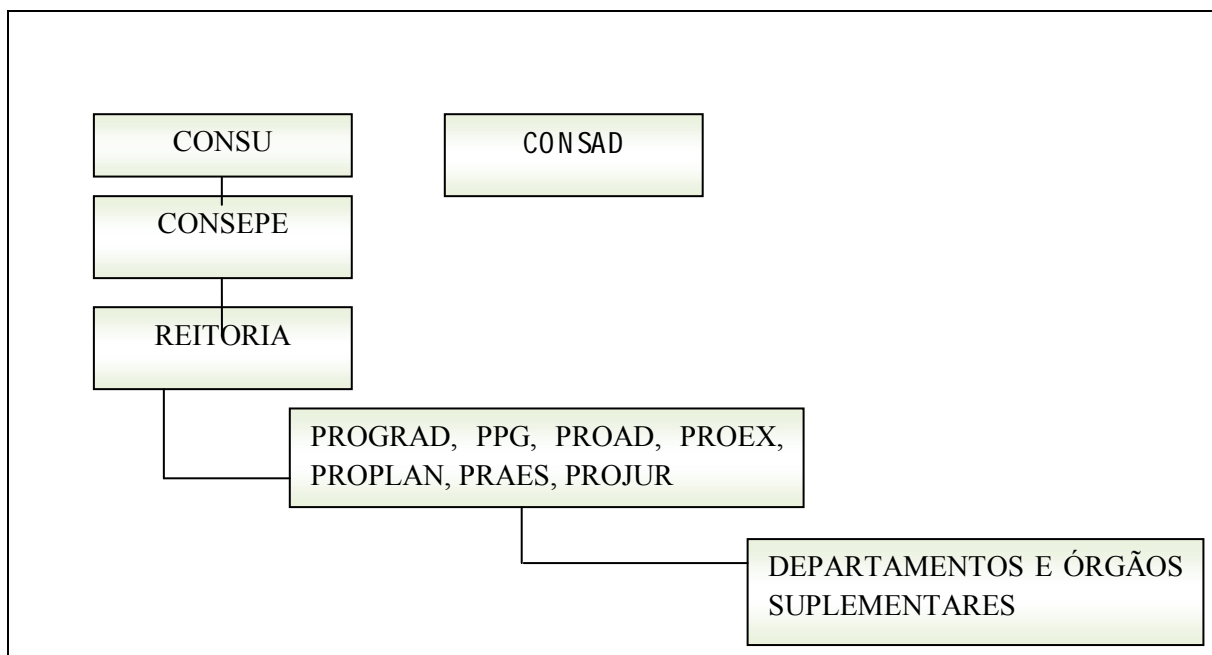
Mapa 01: UNEB no Oeste da Bahia



Fonte: Departamento de Ciências Humanas (DCH), Campus IX - Barreiras

A estrutura administrativa da UNEB conta com um modelo pautado na gestão colegiada, representada por órgãos administrativos distintos. Assim, a instituição é composta pela Reitoria, Conselho Universitário – CONSU, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, Conselho de Administração – CONSAD e Conselho de Curadores – CC, como pode ser observada na figura 01.

Organograma 01: Estrutura Organizacional da UNEB.



Fonte: Construção da autora, tendo como referência o Estatuto da UNEB (2012, p. 5)

A UNEB foi criada na década de 80 por iniciativa do então Secretário de Educação Edvaldo Machado Boaventura que, conhecendo de perto diversas experiências de organização *multicampi* de Universidades de diversos países, buscou concentrar esforços nesse sentido. Conforme Boaventura (2009), a Penn State¹⁸ foi a experiência mais marcante, pois estava localizada em todo o território da Commonwealth. Em função das experiências de formação na Penn State, o Secretário de Educação prosseguiu à implantação da UNEB no Estado da Bahia.

¹⁸ The Pennsylvania State University, nos Estados Unidos da América.

A história da UNEB teve seu marco inicial por meio da Lei Delegada 66/83, que substituiu a Superintendência de Ensino Superior da Bahia (SESEB). A referida instituição era composta pelo Centro de Educação Técnica da Bahia (CETEB), a Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco (FAMESF), a Faculdade de Formação de Professores de Alagoinhas (FFPSA), a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caetité (FFCLC) e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Juazeiro (FFCLJ). Tais instituições promoviam a educação superior no Estado e foram incorporadas à UNEB a partir da data de sua criação.

Conforme o art. 1º do Estatuto e Regimento da UNEB (2012, p. 2),

A Universidade do Estado da Bahia (UNEB), criada pela Lei Delegada nº66 de 1º de junho de 1983, reconhecida pela Portaria Ministerial nº 909, de 31 de julho de 1995, e reestruturada pela Lei Estadual nº 7.176, de 10 de setembro de 1997, é uma Instituição autárquica de regime especial, de ensino, pesquisa e extensão, organizada sob o modelo *multicampi* e multiregional, estruturada com base no sistema binário e administrada de forma descentralizada, vinculada à Secretaria de Educação do Estado da Bahia, com sede e foro na Cidade do Salvador e jurisdição em todo o território baiano.

Com a criação da UNEB foram implantados os Departamentos da universidade em diversas regiões consideradas estratégicas no Estado. Os municípios sede dos departamentos da referida instituição foram escolhidos sob o critério de localização, extensão territorial e potencial produtivo. Atualmente, a gestão utiliza como critério para a implantação da RGD, o território de identidade definido para todo o estado da Bahia.

Segundo o Plano Estratégico da UNEB (2007, p. 15),

A UNEB, por sua natureza *multicampi*, possui vantagens comparativas e competitivas. A capilaridade de suas estruturas e a quantidade de pessoas que fazem parte de seu corpo acadêmico e profissional técnico-administrativo lhe possibilita a efetivação de programas e ações que apontem saídas para o desenvolvimento sustentável de todo o Estado da Bahia, através do cumprimento das funções que lhe são inerentes, tais como promover o ensino de qualidade, fortalecer a pesquisa, potencializar e expandir a extensão.

O Plano Estratégico/2007, Estatuto/2012, Regimento Geral/2012, PPA/2007 e Plano de Metas/2010 da UNEB, demonstraram as possibilidades de atuação e capilaridade dessa instituição. Os aspectos que demonstram o potencial da UNEB

estão subsidiados pelas iniciativas de ajustes na estrutura (alcance), formação dos sujeitos envolvidos e a centralização de suas ações nas atividades fins de ensino, pesquisa e extensão, respeitadas as diversidades regionais do Estado.

A esse respeito, o Plano de Metas UNEB (2010, p. 10) define que

Por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão, estruturadas de modo a viabilizar a produção do conhecimento, a Universidade pretende exercer sua prerrogativa demarcadora no que tange ao desenvolvimento regional do Estado, articulando-se com as secretarias estaduais e no âmbito do programa Territórios de Cidadania.

No intuito de exercer suas funções da melhor forma possível, o modelo da RGD, segundo justificativa no Plano Estratégico (2007), PPA (2007), Estatuto (2012) e Regimento Geral (2012), constitui em processo de gestão que, segundo os documentos, pode melhor atender à estrutura organizacional da instituição. Na condução da UNEB por meio da RGD, conforme documentos analisados, deverão observar as condições regionais, desafios impostos à Universidade na contemporaneidade, além das demandas sociais, políticas, econômicas e culturais locais. Nessa perspectiva, o Plano de Metas UNEB (2010, p. 10) ainda expõe que

No modelo atual da gestão da Uneb, todas as ações sistêmicas ficam a cargo da administração central em Salvador, por meio de suas Pró-Reitorias, e foram definidas pelo Plano Estratégico da instituição, que apontou quatro grandes desafios a alcançar: (i) estrutura coesa, (ii) pessoal estimulado, (iii) excelência na pesquisa e (iv) acessibilidade às informações.

Os aspectos mencionados no Plano de Metas UNEB/2010 estão centrados na visão sistêmica e na rede de relações entre todos os setores sociais. Conforme documento, a implantação da RGD, iniciada em 2008, tem como objetivo superar as dificuldades encontradas no processo de gestão das unidades departamentais ligadas à administração central.

De acordo o Plano Estratégico UNEB (2007, p. 34),

A administração da UNEB será realizada com funções acadêmicas, administrativas e financeiras descentralizadas, considerando uma regionalização flexível; definida a partir de critérios geográficos (cidade, microrregião, região, território); econômicos (financiamento, projetos estruturais, etc.); sociais (políticas públicas, ações afirmativas) e simbólicos (cultura, identidade, sentido de pertença, afinidade), sempre que possível compatível com a regionalização do PPA do Governo do Estado da Bahia. Mas também deve ser processual e flexível, levando em consideração a

existência de articulações e envolvimento da UNEB com o desenvolvimento sustentável, local e regional. As administrações regionalizadas não constituirão, necessariamente, novas instâncias administrativas, mas buscarão a racionalização e potencialização das já existentes.

Em relação à gestão, o processo de regionalização flexível não compreende uma nova estrutura, mas outra maneira de gerir os processos institucionais de forma que possibilitem melhor exercer suas funções junto às regiões em que está situado cada Departamento. A estruturação dos Departamentos com os respectivos cursos tende a atender as demandas de cada região e dos respectivos territórios de identidade. Em função dos princípios que regem e orientam a Regionalização Flexível, é possível destacar que esse processo está voltado para o levantamento das características regionais, alinhamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, e estruturação de políticas de ensino, pesquisa e extensão.

Os ajustes e reestruturação dos moldes de gestão (RGD), que se encontram dispostos nos documentos, indicam para uma gestão que tenha condição de manter cursos, programas e projetos que estejam de acordo com as realidades e contextos em que a universidade está inserida.

A distribuição apresentada no Quadro 01 indica a nova forma de organização da gestão institucional da UNEB, e conforme Plano de Metas UNEB/2010 tal organização constitui avanço no sentido de concentração de recursos, esforços e metas para que possa potencializar seus trabalhos e continuar alcançando bons resultados em cada região que desenvolve suas funções de ensino, pesquisa e extensão.

Quadro 01: Distribuição dos Departamentos da UNEB nos respectivos Territórios de Identidade do Estado da Bahia.

INTEGRAÇÃO DOS DEPARTAMENTOS EM REDES DE GESTÃO DEPARTAMENTAL (RGDs)	
Redes de Gestão Departamental (RGDs)	Departamentos/Municípios
A – Médio São Francisco	Bom Jesus da Lapa e Barreiras
B – Anísio Teixeira	Brumado, Caetité e Guanambi
C - Metropolitana	Alagoinhas, Salvador e Camaçari
D – Recôncavo Baiano / Costa do Dendê	Valença, Santo Antônio de Jesus e Ipiaú
E – Semiárido Norte	Juazeiro, Jacobina e Senhor do Bonfim
F – Antônio Conselheiro	Paulo Afonso, Serrinha, Conceição do Coité e Euclides da Cunha
G – Chapada Diamantina	Irecê, Xique Xique, Seabra e Itaberaba.
H – Costa do Descobrimento	Eunápolis e Teixeira de Freitas.

Fonte: Plano de Metas/UNEB, 2010-2013.

Diante da apresentação da UNEB de forma mais ampla, delimitamos como unidade para a realização do Estudo de Caso, o Campus IX - Departamento de Ciências Humanas. O referido Campus está localizado na cidade de Barreiras, na Região Oeste da Bahia, que apresenta uma extensão territorial de aproximadamente 7.895.241 km², e uma população composta por 137.428 habitantes. O potencial da região está focalizado na produção agrícola (Soja, algodão, café, milho, etc.), com comércio e setor industrial em expansão. Como Barreiras é uma cidade que está rodeada por pequenas cidades vizinhas, constituiu-se em pólo educacional, contando com um Campus da Universidade Federal da Bahia, um Departamento da Universidade Estadual da Bahia, três Faculdades Particulares presenciais e três outras Faculdades Particulares à distância.

Delimitamos como unidade de investigação o Campus IX dessa instituição por ser a primeira instituição de educação superior do município e região e por se tratar de um departamento que apresenta número considerável de projetos de extensão de naturezas distintas.

A UNEB – Campus IX iniciou seus trabalhos no ano de 1981, ainda como Centro de Educação Técnica da Bahia - CETEBA, na qual funcionavam os cursos de Artes Práticas – Licenciatura de 1º Grau com Habilitação em Artes Industriais e Técnicas Agrícolas. Posteriormente ofereceu Licenciatura curta em Letras e Estudos Sociais pela Faculdade de Formação de Professores de Alagoinhas. Em 1985, o Centro de Ensino Superior de Barreiras – CESB foi transformado em Departamento da Universidade do Estado da Bahia- UNEB e em 1988, o primeiro curso, Pedagogia com Habilitação nas Matérias Pedagógicas do Magistério, foi implantado. Hoje, o Campus IX possui os cursos de Licenciatura em Letras, Matemática e Ciências Biológicas, e os cursos de Bacharelado em Ciências Contábeis e Engenharia Agrônômica. O quadro docente é composto por 19 doutores (10 - Dedicção Exclusiva e 09 - 40 horas), 47 mestres (08 - Dedicção Exclusiva, 30 - 40 horas e 09 - 20 horas) e 29 especialistas (04 - Dedicção Exclusiva, 20 - 40 horas e 05 - 20 horas), atuando em todos os cursos regulares (oferta contínua) e nos programas especiais (oferta temporária).

Na instituição há 2.528 alunos regularmente matriculados no semestre 2011.2¹⁹, nos cursos regulares, em oferta contínua, de Pedagogia, Letras, Ciências Contábeis, Engenharia Agrônômica, Ciências Biológicas e Matemática.

Os cursos que funcionam em oferta contínua, estão distribuídos nos três turnos e apresenta similaridade entre as matrículas dos cursos de Pedagogia e Ciências Contábeis, ao passo que os demais ainda não alcançaram o número de matrículas desses dois cursos.

Além dos cursos regulares, o Campus IX da UNEB conta com cursos especiais de formação de professores, em oferta temporária, realizados em parcerias com as redes municipais e Estadual de educação do Oeste da Bahia, a exemplo da Rede UNEB 2000 (Cursos já finalizados) e da Plataforma Freire (PARFOR) em andamento.

O Quadro 02 apresenta a disposição dos cursos e respectivas matrículas. Os cursos são destinados aos docentes da rede estadual e municipal de ensino. Ao compararmos o número de matrículas dos cursos em oferta contínua e os cursos em oferta temporária, pudemos observar que, apesar de ser o curso mais antigo, Pedagogia mantém um quantitativo elevado de matrículas. Tal aspecto pode ser reforçado quando o Relatório Gestão do Campus IX da UNEB / 2005-2011, Barreiras, BA (2011, p. 9) afirma que “outro dado que chama a atenção é o do curso de Licenciatura em Pedagogia, que depois de vinte anos de implantação na região, possui 91% dos egressos com ocupação, com 70% exercendo a profissão de formação”.

¹⁹ Quando os dados referentes às matrículas foram coletados, o semestre de referência foi 2011.2. Os dados de 2012 não foram computados, pois as matrículas terminaram em 18 de abril de 2012, e nesse período esse trabalho já estava em fase de finalização.

Tabela 01: Número de alunos do Campus IX – UNEB – Barreiras, matriculados por curso, em oferta contínua, no semestre 2011.2.

Curso	Turno	Nº de alunos
Oferta contínua		1585
Pedagogia	Matutino/vespertino/noturno	415
Letras	Matutino/vespertino	197
Ciências Contábeis	Vespertino/noturno	438
Engenharia Agrônômica	Matutino/vespertino	256
Ciências Biológicas	Matutino	178
Matemática	Matutino	100

Fonte: Relatório Gestão do Campus IX da UNEB / 2005-2010. Barreiras, BA, 2011.

Os dados demonstraram a variedade de cursos e significativo número de matrículas na instituição, mesmo havendo outras instituições que atuam no município e região.

Tabela 02: Número de alunos do Campus IX – UNEB - Barreiras matriculados por curso, em oferta temporária, no semestre 2011.2.

Curso	Turno	Nº de alunos
Oferta temporária		943
Licenciatura em Pedagogia	Matutino/vespertino	401
Licenciatura em Letras	Matutino/vespertino	164
Licenciatura em Matemática	Matutino/vespertino	76
Licenciatura em Ciências Biológicas	Matutino/vespertino	56
Licenciatura em História	Matutino/vespertino	95
Licenciatura em Sociologia	Matutino/vespertino	34
Licenciatura em Artes	Matutino/vespertino	48
Licenciatura em Educação Física	Matutino/vespertino	32
Engenharia Agrônômica	Matutino/vespertino	37

Fonte: Relatório Gestão do Campus IX da UNEB / 2005-2010. Barreiras, BA, 2011.

Desde sua fundação, na década de 80, houve no Campus IX da UNEB, a realização de uma variedade de projetos e programas de extensão que permitiram a relação com a comunidade da região. Conforme o Relatório da Gestão do Campus IX da UNEB / 2005-2010, as ações de extensionistas que abrangem projetos, cursos, seminários e outros, apresentam-se como intenso conjunto de ações institucionais desenvolvidas à comunidade da região Oeste da Bahia.

Gráfico 03: Quantitativo das Ações de Extensão do Campus IX – UNEB - Barreiras, desenvolvidas entre os anos de 2005 e 2010.



Fonte: Relatório Gestão do Campus IX da UNEB / 2005-2010. (Barreiras/BA, 2011)

Ainda segundo o referido relatório, os trabalhos distribuídos por área/curso da instituição foram destaques dos cursos de Pedagogia e Engenharia Agrônômica, pois apresentam a maior quantidade de ações desenvolvidas, correspondendo a 35 e 34%, respectivamente, do total de ações extensionistas (Relatório Gestão do Campus IX da UNEB / 2005-2011. Barreiras, BA, 2011, p. 17)

A instituição possui uma estrutura física composta por 12 ambientes para a administração, 24 salas de aula, 11 gabinetes de professores, 21 laboratórios, 1 biblioteca, 1 sala de vídeo, 1 viveiro de plantas nativas, 1 galpão de máquinas, 2 residências universitárias, 1 pocilga, 1 casa de vegetação, 2 viveiros de mudas²⁰. Em função das condições físicas, acadêmicas (Projetos, cursos, corpo docente e discente) e condições regionais, o Campus IX apresentou por meio de relatório²¹ os resultados dos trabalhos construídos e desenvolvidos pelos professores na área de extensão. No referido relatório, observamos também significativa produção e

²⁰ As informações referentes à estrutura física e acadêmica do DCH – Campus IX da UNEB – Barreiras, bem como as demais informações referentes à extensão universitária, foram retiradas do Relatório Gestão do Campus IX da UNEB / 2005-2010. Barreiras, BA, 2011.

²¹ Idem à nota 18.

publicação científica dos professores, mas como esse não é nosso foco, trataremos apenas da extensão.

Os esforços empreendidos para construir o percurso metodológico, contribuíram para a delimitação do objeto de estudo, bem como para a caracterização da instituição e dos sujeitos participantes. Os resultados das análises, as reflexões e as conclusões estão dispostos no texto do próximo capítulo.

CAPÍTULO III - ANÁLISE DOS DADOS

Geralmente cuidamos da forma, sem cuidarmos da função, da estética, da ética, do sagrado que colore o cotidiano de nossas proposições educativas e de nossas pesquisas.

Fazenda, 2003.

3 DO PREVISTO, DOS OLHARES DOS SUJEITOS E DA REALIDADE...

A epígrafe no início desse capítulo é uma ideia defendida por Fazenda ao tratar das obras de Paulo Freire sob uma visão interdisciplinar e no momento em que estabelece um diálogo com algumas idéias do autor, expõe sua posição em relação ao tratamento que damos às nossas proposições educativas e pesquisas.

Definimos essa idéia como epígrafe do capítulo em função do tratamento e construção dos argumentos aqui contidos. O capítulo de análise de dados, assim como os demais, seguiu uma lógica de construção pautada no objetivo geral e nos específicos, estabelecido no início da investigação. O processo não foi linear, e na sua tessitura procuramos traduzir o que sentimos e ouvimos dos documentos, da realidade e dos sujeitos.

Para que o texto traduzisse os resultados da pesquisa com as reflexões, confrontos teórico-práticos e interpretações em relação aos dados obtidos com a realização desse trabalho, foi necessária a construção de um esquema de análise que conduziu essa etapa. O esquema foi estruturado em três eixos de análise.

O primeiro eixo de análise diz respeito ao conceito de extensão. Os estudos dos autores em relação à evolução conceitual referente à extensão possibilitaram-nos compreender que, mesmo com os resultados das discussões encaminhando o entendimento para o conceito estabelecido pelo FORPROEX, por meio do

PNEU/2001, ainda admite-se práticas e entendimentos que não se contradizem em sua inteireza, mas apresentam certa complementaridade. Hora ou outra, um conceito aborda uma dimensão, um aspecto, uma vertente do conceito estabelecido no PNEU/2001.

O segundo eixo tratou de direcionar a análise e a reflexão sobre o funcionamento próprio da extensão no Campus IX da UNEB- Barreiras. No processo de construção priorizamos a estrutura e funcionamento da extensão na UNEB de forma geral, para depois situar nossa análise do processo extensionista no Campus IX – Barreiras.

No terceiro eixo apresentamos as reflexões finais que tiveram como foco as contribuições da extensão para a formação acadêmica dos alunos.

Em todos os eixos de análise buscamos, quando possível, realizar o confronto dos dados obtidos por meio dos documentos, questionários e referencial teórico. O resultado desse trabalho está apresentado nos três itens que compõem esse capítulo.

3.1. Extensão: as vivências, os olhares e os entendimentos

O entendimento que na atualidade norteia a extensão nas universidades públicas é o já destacado nesse trabalho “processo educativo, cultural e científico” (PNEU, 2001)²². Esse conceito apresenta-se amplo e abrange uma diversidade de práticas e ações, também já previstas no PNEU/2001. A centralidade nessa questão

²² Apesar de pontuarmos visões distintas e conceitos de autores diversos, pautamos nossa análise no conceito difundido pelo PNEU/2001. Tal posição é assumida por considerarmos esse conceito resultante de uma construção coletiva democrática que ao ser socializado demonstrou abranger os fundamentos, características, dimensões e possibilidades do desenvolvimento da extensão nas instituições de educação superior brasileiras.

tende a trazer certa unidade conceitual, diante da diversidade que hoje há em relação às ações e possibilidades de atuação dos professores e alunos.

No intuito de firmar-se como processo educativo, via institucionalização, ocorreram tentativas de superação da concepção e das práticas assistencialistas, visto que enquanto dimensão orgânica²³ da universidade, a extensão visa também fomentar discussões e soluções para a problemática social. A pretensa superação, se está em vias de ser alcançada no plano formal, ainda não efetivou-se enquanto prática. Botomé (1996) sinalizou equívocos cometidos pelas instituições e pelos sujeitos ao desenvolverem ações extensionistas que, de certa forma, tornaram-se e ainda o são fatores que dificultam a superação de visões e práticas mais coerentes.

A busca da superação dos entendimentos que apresentavam e ainda apresentam limitações à extensão contribuiu para a efetivação de tentativas de reconhecimento da extensão como processo educativo que se articula ao ensino e à pesquisa. Tal posição ainda não é unânime e nem se caracteriza como conflito superado na academia, mas permitem aos sujeitos a construção de uma relação de parceria e respeito tanto no que se refere aos conhecimentos acadêmico/científicos quanto aos conhecimentos populares. Assim, a relação dialógica, via de mão-dupla como defendia Freire (1977) poderá ser estabelecida durante o processo por meio da dinâmica de envolvimento entre a universidade e a sociedade.

A diversidade de entendimentos e ações não está limitada à trajetória da extensão universitária no mundo e mais especificamente no Brasil. Ao analisar as informações contidas nos documentos e respostas dos sujeitos aos questionários percebemos que ainda precisamos estudar, discutir, planejar e desenvolver ações mais coerentes e coletivas.

Ao analisar o Estatuto da UNEB, aprovado pela Resolução CONSU nº863/2011 (D.O.E. 19/20-11-2011), homologada pelo Decreto nº 13.664, de 07-02-

²³ Empregamos aqui o termo dimensão orgânica no sentido de que a extensão, como indissociável do ensino e da pesquisa, não se apresenta como algo apartado da sua natureza e estrutura.

2012 (D.O.E. 08-02-2012)²⁴, identificamos o conceito da extensão no Título I que trata da Universidade e sua concepção. O documento se refere à extensão como

i) resultante da autonomia didático-científica; ii) atividade indissociável do ensino e da pesquisa com o objetivo de formação do homem como ser integral; iii) parte integrante da estrutura acadêmico-administrativa da UNEB; iv) reconhecida organizacionalmente ao lado do ensino e da pesquisa quando da determinação de Pró-Reitoria e dimensão integrante de órgão deliberativo da Administração Superior, a exemplo do CONSEPE na Universidade e NUPEs nos Departamentos e, v) atividade fim da universidade ao lado do ensino e da pesquisa (UNEB, 2012).

O documento define de maneira formal a concepção, a natureza, a estrutura e as possibilidades de efetivação da extensão no âmbito da instituição. A extensão, tratada dessa forma em seu estatuto, converge com os argumentos de Freire (1977) quando a destacou como ação que deve ser sistemática e que no processo de interação com a sociedade deve dar origem a novos conhecimentos e transformações na sociedade. Assim, um entendimento coerente, um planejamento coletivo, a relação com o ensino e a pesquisa, além de outros fatores são fatores determinantes no processo.

Quando identificamos no Estatuto da UNEB/2012 a extensão como resultante da autonomia didático-científica retomamos a C.F/88, pois essa estabelece em seu Artigo 207 a autonomia da universidade, que desempenhará as funções orgânicas de ensino, pesquisa e extensão. Como são denominadas orgânicas, entendemos que a indissociabilidade já é condição que justifica a própria existência da universidade na contemporaneidade²⁵. Nesse sentido, Mazzilli (2011) argumenta que o princípio da indissociabilidade como referência para a organização do trabalho pedagógico contribuiu, mesmo diante das questões políticas e estruturais, para a discussão e construção de alternativas para a Educação Superior.

Tendo em vista a perspectiva de formação integral do sujeito pautada no processo formativo dinâmico, a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a

²⁴ Quando a pesquisa foi iniciada, analisamos o Estatuto e Regimento Geral vigente até o ano de 2010, mas em função do Recredenciamento da UNEB em 2011, esses documentos foram reformulados para atender as transformações e evoluções institucionais.

²⁵ O termo contemporaneidade foi empregado, pois como explicamos anteriormente, em tempos remotos tanto a pesquisa quanto a extensão não se fizeram presentes na trajetória da universidade.

extensão, além de fazer parte da concepção da universidade, é reconhecida tanto pelo Estatuto quanto pelo Regimento Geral da UNEB/2012, no Art. 1º, como “Instituição autárquica de regime especial, de ensino, pesquisa e extensão, organizada sob o modelo *multicampi* e multirregional, estruturada com base no sistema binário e administrada de forma descentralizada” (p.2).

Além de contemplar a extensão quando apresenta a concepção de universidade, no mesmo documento, os artigos 7º, § 1º, Título II, art. 10 e art. 23 apontam para a determinação da estrutura acadêmico-administrativa e natureza das funções do CONSEPE como órgão deliberativo da Administração Superior. Ao determinar a natureza e as funções do CONSEPE, o documento explicitou o reconhecimento formal da extensão ao lado do ensino e da pesquisa enquanto dimensão orgânica indissociável. Ao dar tratamento igual ao ensino, à pesquisa e a extensão, o documento coloca-os no mesmo patamar de importância e de comprometimento com a educação integral do cidadão, pois contribui para a definição das suas fronteiras²⁶ e das possibilidades de cada uma das atividades fins da universidade.

A garantia da efetivação da extensão de forma coerente necessita de instâncias de poder na instituição que possibilitem direta ou indiretamente a regulação, o monitoramento e a avaliação durante todo o processo, assim como ocorre com o ensino e a extensão. Dessa forma, observamos que o art. 10 do Estatuto da UNEB/2012, determina que

O Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), como órgão consultivo e deliberativo, compete definir a organização e funcionamento da área acadêmica nos aspectos técnicos, didáticos e científicos, com funções indissociáveis nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, em conjunto com os órgãos da administração superior e setorial da Universidade, tem a seguinte composição:

I – Reitor, Presidente;

II – Vice-Reitor, Vice-Presidente;

III – Pró-Reitores incumbidos das atividades relacionadas com a área acadêmica; (UNEB, 2012).

²⁶ Empregamos o termo fronteira, pois entendemos que estes não constituem barreiras, mas uma delimitação formal necessária à condução dos trabalhos pelas Instituições de Educação Superior.

Ao CONSEPE destinam-se as funções de organização das áreas acadêmicas nos aspectos técnicos, didáticos e científicos. As funções do CONSEPE voltam-se à proposição de diretrizes, que subsidiarão a Política Universitária, bem como as normas que irão compor os Estatuto e Regimento Geral da institucional. Ao assegurar um órgão responsável pelas três dimensões da universidade, garante também a efetivação da extensão.

A esse respeito, há na estrutura do CONSEPE

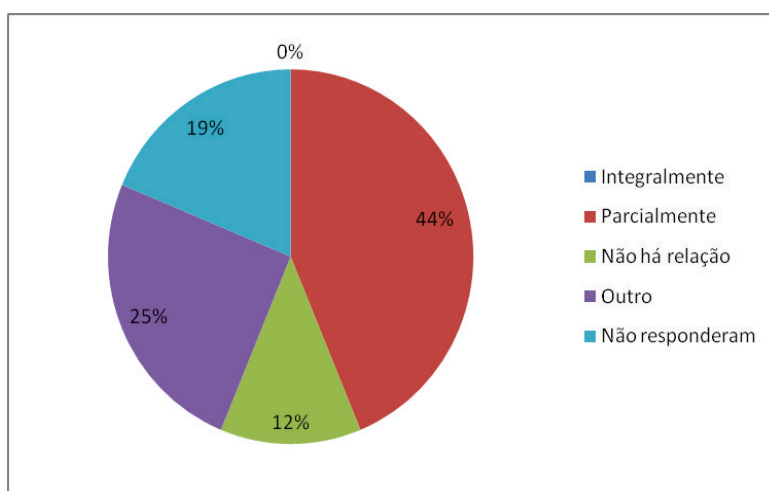
§ 3º A Câmara de Extensão, instância responsável pela análise e proposição da política de extensão e de diretrizes para os programas de integração da Universidade com a comunidade, e com outras universidades, observando o princípio da indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, emitindo pareceres e propostas de resolução, deliberando, na forma delegada, sobre os pleitos que lhe sejam submetidos pelo Presidente. (Regimento Geral - UNEB, 2012, p. 14)

Síveres (2010) acredita que no processo histórico das universidades, as tentativas de apoiarem-se em diversas atividades tendo com foco no conhecimento construído por meio do diálogo e de interações educativas podem ter contribuído com a tentativa de tratamento mais igualitário à extensão. A universidade, vista sob esse ângulo, sempre necessitou de estruturação que viabilizasse a extensão da mesma forma que o ensino e a pesquisa. Garantir igualdade no tratamento e assegurar a estrutura necessária ao atendimento dos objetivos institucionais é condição *sine qua non* para o cumprimento do papel da universidade.

Na Política de Extensão da UNEB (2011), a definição de extensão corresponde ao entendimento difundido por meio do Plano Nacional de Extensão Universitária/2001. Os referidos documentos apresentam consonância, pois a extensão está estruturada em oito eixos temáticos (Comunicação, Direitos Humanos e Justiça, cultura, Educação, Saúde, Meio Ambiente, Tecnologia e Produção e Trabalho), definem conceitos e características dos diversos tipos de ações, orientações quanto à base de dados, informação e avaliação dos resultados, além da necessidade de previsibilidade dos possíveis impactos na comunidade. A consonância comprova a similaridade no teor, na estrutura e na disposição de seus conteúdos, pois ambos seguem a mesma lógica.

Questionados sobre a relação entre o Plano Nacional de Extensão Universitária e a Política de Extensão da UNEB, os professores apontaram que há relação parcial entre ambas, mas não apresentaram justificativas mais explicativas referentes a esse questionamento. O Gráfico 04, demonstra a posição dos professores sobre essa questão. Os resultados apontaram que nenhum professor indicou existência de relação integral entre os documentos, 44% sinalizaram que há relação parcial, 12% que não há relação, 25% marcaram outros e 19% não responderam. Ao assinalarem a opção outros, os professores argumentaram não haver conhecimento mais detalhado e aprofundado da Política de extensão da UNEB/2011.

Gráfico 04: Opinião dos professores do Campus IX – UNEB - Barreiras, sobre a relação entre a Política de Extensão da UNEB/2011 e o Plano Nacional de Extensão Universitária/2001



Fonte: Pesquisa no Campus IX – UNEB – Barreiras/2012.

O Gráfico 04, demonstrou que há, mesmo que parcial, conhecimento acerca da Política de Extensão da UNEB/2011 pelos professores. O fato de conhecerem parcialmente o documento foi justificado pela ausência de momentos para discussão, encontros para planejamento e apresentação dos resultados das ações para a comunidade interna e externa à universidade. Na opinião dos professores, a

universidade realiza planejamento periódico, mas esse não acontece regularmente no campus IX, local em que foi realizada a pesquisa.

A extensão, assim como as demais dimensões e ações da universidade precisam de planejamento, acompanhamento e avaliação. Dessa forma, assumirá o caráter institucional formal que poderá garantir a estruturação de um trabalho mais coerente com os fins da IES. Tratada dessa forma a extensão segundo Freire (1977), poderá superar a fase da comunicação e seu papel se tornará efetivo ao construir conhecimento, socializá-lo e promover a interação e interlocução entre a universidade e a sociedade, com vista à solução de problemas e a consequente transformação social.

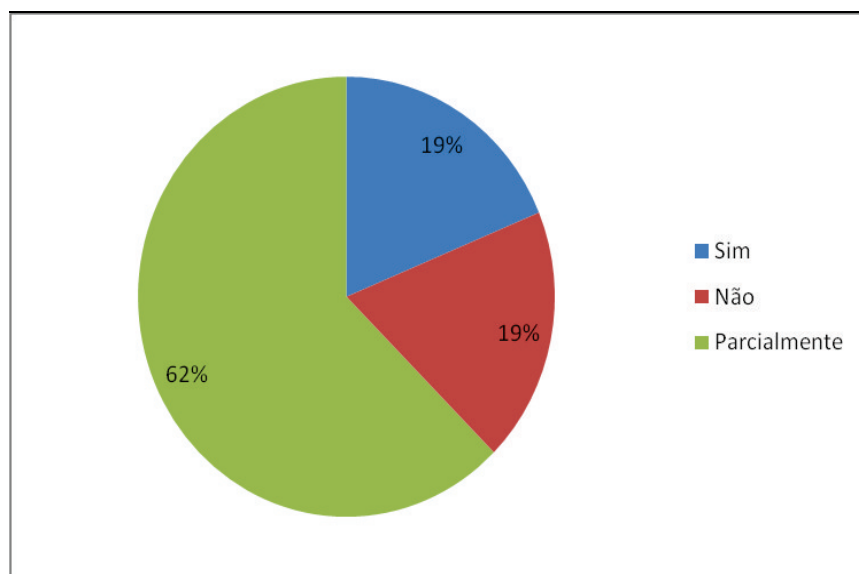
O conhecimento de toda a estrutura e funcionamento da extensão pelos professores e alunos, pressupõe uma formação acadêmico-institucional para que possam compreender todo o processo no âmbito da Universidade.

A respeito do conhecimento da estrutura e processo extensionista, perguntamos aos professores sobre a Política de extensão da UNEB/2011, para verificarmos até que ponto a conheciam. O Gráfico 05, demonstrou que 19% deles conhecem a Política de Extensão da UNEB/2011, 19% não a conhecem e 62% conhecem-na parcialmente. Os dados demonstraram que apesar de certo conhecimento, ainda é necessária a discussão e o planejamento das ações no departamento para que todos se apropriem das informações e atuem de forma mais coerente. Quando mencionamos a coerência, estamos valorizando e reconhecendo a necessidade de que as ações sejam desenvolvidas de maneira mais institucionalizada. Por outro lado, a institucionalização não constitui em engessamento do processo.

Os dados também demonstraram que no planejamento institucional não se discute a extensão de forma mais ampla. No Campus IX cada professor, ao seu modo, planeja, executa, produz os resultados e relatórios individualmente, que são entregues e arquivados pelo NUPE. O que fazer com esses relatórios? Como a comunidade toma conhecimento das ações? Assim, fica caracterizada a

necessidade de ampliação dos canais de comunicação e socialização dos trabalhos desenvolvidos.

Gráfico 05: Nível de conhecimento dos professores acerca da Política de Extensão da UNEB/2011.



Fonte: Pesquisa no Campus IX – UNEB – Barreiras/2012.

A Política de Extensão da UNEB/2011 apresenta princípios centrados na difusão dos saberes construídos na universidade, bem como na sistematização dos saberes populares, de forma que ao mesmo tempo potencialize o ensino e a pesquisa no intuito de promover a transformação social, superação das desigualdades e exclusão social. O mesmo documento propõe ainda interagir com as relações sociais de forma que possam contribuir com a formação do profissional cidadão (Política de Extensão UNEB, 2011). Os princípios estabelecidos no documento corroboram com as idéias de Pozzobon e Busato (2009), quando defendem o desenvolvimento da extensão atrelada ao ensino, à pesquisa e com o contexto social e suas problemáticas, pois consideram o conhecimento um bem público a ser socializado em todos os setores sociais.

A extensão compreendida como atividade fim de caráter institucional está definida no Estatuto da UNEB (2012, p. 26). No documento,

Art. 55. A extensão está entendida como:

I – interação da Universidade com a sociedade;

II – promoção e estímulo às atividades culturais nos Departamentos;

III – socialização do conhecimento acadêmico; e,

IV – presença da Universidade no contexto histórico da sociedade, propiciando o exercício permanente da cidadania.

A comparação realizada entre o Estatuto da UNEB/2012, o Regimento Geral/2012 e a Política de Extensão/2011, possibilitou-nos evidenciar que a extensão possui caráter formativo por meio da qual os sujeitos construirão o conhecimento, interagirão com a sociedade, seus contextos e problemas dentre outros. A esse respeito, os três documentos ainda apresentam consonância com o PNEU/2001 no que se refere ao conceito, natureza e processo de desenvolvimento das ações. Sobre essa questão, o Coordenador do NUPE, os professores e os alunos, também se posicionaram e apresentaram entendimentos distintos, mas não divergentes entre si.

Segundo o coordenador do NUPE, a extensão é *“um dos pilares da Universidade, levando conhecimento científico trabalhado no ensino Universitário ou produzido na pesquisa Universitária”*. Ao defender essa idéia, o coordenador do NUPE demonstrou ser a extensão uma função da universidade quando a define como um “ pilar”, mas apresenta também, uma posição que foi criticada por Freire (1977) quando analisou a etimologia da palavra extensão, e atribuiu a esta, a função de estender, de levar o conhecimento científico da universidade aos que não tinham domínio deste, tornando-se uma via de mão única. Mesmo entendendo-a como a possibilidade de “levar o conhecimento científico”, o coordenador não desvinculou a extensão do ensino e da pesquisa, deixando nítido o princípio da indissociabilidade.

Professores e alunos corroboraram com a posição do coordenador do NUPE ao indicarem no questionário a possibilidade de socialização dos conhecimentos construídos na universidade por meio da extensão. A socialização do conhecimento evidenciada na pesquisa não está dissociada da idéia de prestação de serviços, processo complementar à formação acadêmica e compensação do déficit educacional. Esses são conceitos que não abrangem por completo a natureza da extensão, mas ainda estão presentes em nossos entendimentos e ações cotidianas.

A Tabela 03, apresenta a diversidade de opiniões quanto ao conceito de extensão. Ao analisar as declarações, observamos que há proximidade entre o entendimento dos professores e alunos, e o tipo de atividade que é desenvolvida no departamento. Como na política de Extensão/2011 da instituição pesquisada e demais documentos há a admissão de possibilidades distintas de ações destinadas à efetivação da extensão, acreditamos que os desencontros e a diversidade de opiniões sejam resultantes da ausência de discussão acerca dos documentos legais, filosofia e política institucional, que contemplam, assim como a extensão, todas as dimensões da Universidade.

Tabela 03: Compreensão declarada dos professores e alunos da UNEB – CAMPUS IX - Barreiras sobre os Conceitos de Extensão Universitária

Compreensão declarada - Conceitos de Extensão Universitária	Professores	Alunos
Curso responsável pela divulgação dos conhecimentos	10%	11%
Prestação de serviços à comunidade	0%	8%
Processo complementar à formação acadêmica	40%	56%
Forma de compensação do déficit educacional	5%	3%
Instrumento político-social	35%	21%
Outros	10%	1%

Fonte: Pesquisa no Campus IX – UNEB – Barreiras/2012.

Ao comparar o posicionamento dos professores e alunos equiparamos a predominância de dois conceitos. Do total de respostas emitidas, 40% dos professores e 56% dos alunos entendem a extensão como processo complementar à formação acadêmica, 35% dos professores e 21% dos alunos concebem-na como instrumento político social. As demais compreensões declaradas demonstraram proximidade, mas revelou a inexistência de um consenso, de uma unidade no entendimento, que é aspecto fundamental ao desenvolvimento de qualquer processo educacional.

A diversidade percebida em relação ao conceito de extensão comprova o que Filho (2007), defende como diversa a questão conceitual e que tais conceitos ainda

preexistem em nosso entendimento na contemporaneidade. Ao desenvolver uma pesquisa sobre a relação entre ensino, pesquisa e extensão, retratou a evolução conceitual da extensão e destacou nas leituras, dezenove conceitos distribuídos entre as categorias de curso, prestação de serviços, complemento, remédio e instrumento político-social, que são presentes no contexto atual. O autor entende que é necessário superar alguns entendimentos, mas em função de estudos mais sistemáticos e socializados essa ainda é uma situação a ser superada.

A categoria de curso, importada da Europa, chegou ao Brasil sob um caráter formal e institucional e desenvolveu-se junto com as demais ações extensionistas. A esse respeito, o Regimento Geral da UNEB/2012, na Subseção I, que trata do acesso à Universidade define no Art. 119, que Os cursos da Universidade são: I – graduação; II – seqüenciais; III – de pós-graduação; e, IV – de extensão. Observamos que nesse documento a extensão é também tratada como um tipo de curso oferecido pela Universidade. Com a evolução conceitual e as mudanças em relação à postura e atuação dos sujeitos no processo extensionista, além das evidências das respostas dos professores (10%) e dos alunos (11%), atrelada à idéia difundida pelo Regimento Geral, foi possível inferir que esse entendimento, mesmo não apresentando expressividade é ainda próximo dos envolvido.

Conforme o Regimento Geral da UNEB (2012, p. 61),

Art. 124. Os cursos de extensão consistem num conjunto articulado de ações pedagógicas, de caráter teórico ou prático, presenciais ou à distância, planejadas e organizadas de maneira sistemática pelos órgãos da administração universitária, podem ser oferecidos cursos de qualificação e requalificação profissional, atualização e aperfeiçoamento em articulação com a PROEX, e são abertos a candidatos que atendam aos requisitos fixados no projeto de curso.

Quando o referido documento define curso de extensão, aponta para um conjunto de ações que tem abrangência em relação ao seu desenvolvimento e participação da comunidade interna e externa, desde que atendidos os critérios de participação. Observamos que, ao definir a extensão como processo de aprendizagem, que corresponde em linhas gerais à PNEU/2001, o documento prima pela estruturação de tal ação.

A categoria de prestação de serviços, reflexo da educação norte americana, que na visão de Filho (2007) abrange a promoção de eventos, atividades filantrópicas e comunicação com a sociedade, já não é entendida predominantemente como natureza da extensão. A esse respeito, nenhum professor considerou a extensão como uma prestação de serviços, enquanto que 8% dos alunos sinalizaram esse entendimento. Como na atualidade, o próprio PNEU/2001, admite a prestação de serviço como uma forma de promover a extensão, consideramos também relevante esse posicionamento, pois é também inerente à natureza dessa função da universidade.

Quando foram perguntados sobre o envolvimento nas ações extensionistas destinadas à prestação de serviço à comunidade, professores (7%) e alunos (2%) declararam ter participado desse tipo de ação. Sobre esse aspecto, evidenciamos que o Estatuto da UNEB (2012) confirma a possibilidade de realização desse tipo de ação.

Capítulo II - De Outras Atividades Universitárias

Art. 64. A Universidade, além das atividades acadêmicas, poderá desenvolver outras, tais como assessoramento, consultoria, assistência técnica, serviços educacionais e similares, visando ao cumprimento da sua função social e de seus objetivos.

O art.64, do referido documento, ao apresentar idéia de complementaridade às atividades fins da universidade admite outras formas de ações, além de reafirmar o entendimento da extensão como prestação de serviços à comunidade.

Para Freire (1977), a extensão desenvolvida sob a forma de prestação de serviços técnicos às comunidades não reconhecem os saberes já constituídos e assim, apresentam-se muito mais como invasão cultural do que um processo dialógico de aprendizagem entre universidade e sociedade.

Segundo a Política de Extensão da UNEB / 2011, as ações compreendem tanto os programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviço, quanto as publicações e outros produtos acadêmicos. A diversidade demonstrada na política institucional corrobora com a diversidade apresentada na Política Nacional de Extensão Universitária/2001. As orientações dessa política e o estabelecido na

política institucional indicam para uma estruturação do trabalho da universidade com vista a atender a proposta que orienta as universidades públicas brasileiras.

Tabela 04: Participação dos professores e alunos do Campus IX - UNEB – Barreiras, em diferentes ações extensionistas promovidas pela instituição

Participação dos professores e alunos do Campus IX - UNEB – Barreiras, em diferentes ações extensionistas promovidas pela instituição	Professores	Alunos
Programas da UNEB	7%	4%
Programas em parceria com o governo e iniciativa privada	11%	2%
Projetos sociais	6%	1%
Projetos acadêmicos	16%	18%
Cursos	16%	15%
Prestação de serviços à comunidade	7%	2%
Assistência diversa à comunidade	6%	1%
Produção e publicação	7%	2%
Eventos	22%	38%
Outros	2%	2%

Fonte: Pesquisa no Campus IX – UNEB – Barreiras/2012.

As participações dos sujeitos nos diversos tipos de ações extensionistas apontaram para o que Síveres (2010) compreende como a existência de possibilidades diversas para que se possa desenvolver a extensão. Para o autor, reconhecer os vários espaços e possibilidades de desenvolvimento da extensão contribui para o processo de construção de um conhecimento mais significativo, de forma que esse se torne aplicável, assumindo seu caráter social na vida dos sujeitos. A idéia de construção do conhecimento de forma significativa está no cerne da questão extensionista, pois como explicou Sampaio e Freitas (2010), esse conhecimento só terá sentido para o sujeito que o construiu, e como aprendemos por meios e formas diversas, esse tende a contribuir a seu modo com a aprendizagem dos envolvidos.

A categoria definida como complemento foi instituída por Filho (2007) como um conjunto de ações, que por meio da ação de estender à comunidade os conhecimentos construídos no meio acadêmico, viabiliza a aprendizagem integral dos sujeitos. Vista dessa forma, a extensão não apresenta a institucionalização desejada e constitui processo apêndice. Tal visão não descarta o que Síveres (2010) coloca como as possibilidades e diversidades de ações, importantes à construção de um conhecimento significativo.

A extensão como complementaridade, também abrange a articulação entre o ensino e a pesquisa e, dessa forma, voltamo-nos para a questão que Tavares (2001) aborda quando a compreende como prática acadêmica, que ao interligar a universidade com a sociedade, coloca-a em contato com as demandas sociais da maioria da população e assim, passa a oxigenar a vida acadêmica.

A esse respeito, o Estatuto da UNEB (2012, p. 3-4) define que

Art. 3º. As atividades indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão têm por objetivo a formação do homem como ser integral e o desenvolvimento sócio-econômico, político, cultural, artístico e literário da região e do país, com vistas à:

I – produção e crítica do conhecimento científico, tecnológico e cultural, facilitando o seu acesso e difusão;

II – participação e assessoramento na elaboração das políticas educacionais, científicas e tecnológicas em qualquer dos seus níveis;

III – formação e capacitação de profissionais; e,

IV – participação e contribuição no crescimento da comunidade em que se insere e na resolução dos seus problemas.

Parágrafo Único. A Universidade, ao lado das funções de caráter específico poderá exercer outras atividades de interesse da comunidade.

O documento aborda a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, e dessa forma, corrobora com o que Sousa (2001) apontou como a extensão responsável pela efetivação do compromisso social da universidade atrelada à função articuladora com a comunidade. A idéia de complementaridade, no que tange a construção do conhecimento e formação profissional do cidadão, não restringe e muito menos anula sua possibilidade de realização. Tal aspecto pode ser observado em relação à distribuição das participações dos sujeitos nas diversas ações extensionistas no Campus IX, uma vez que tanto os professores quanto os

alunos apontaram os eventos como ação de maior participação, ao mesmo tempo em que o consideraram como um complemento à formação.

A análise permitiu-nos evidenciar que tanto os professores como os alunos apresentaram maior participação nos eventos que são considerados importantes para o desenvolvimento, aprendizagem e formação acadêmica. Tal aspecto também nos chamou a atenção para uma supervalorização dos eventos em detrimento das demais opções de ações que também podem ser desenvolvidas na comunidade.

Quadro 02: Visão dos alunos do Campus IX – UNEB - Barreiras, em relação à participação nos eventos promovidos pela instituição.

Aluno	Respostas
A	Participaria mais ativamente quando fossem apresentados seminários com palestras em diversas áreas ligadas ao curso que faço.
B	Dos seminários, é de valor importante para o desenvolvimento intelectual e colocá-la em prática.
C	Se eu tivesse disponível no momento participaria de todos os eventos.
D	Os seminários com palestras são muito importantes na formação acadêmica, uma vez que o tempo disponibilizado pelas aulas é muito pouco e com as palestras recebemos uma gama de informações que são interessantes na formação do indivíduo.

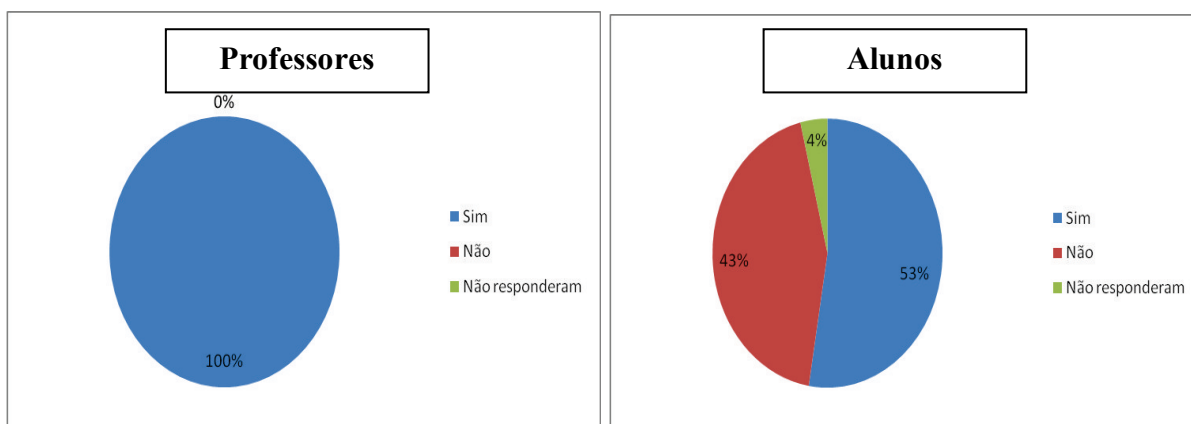
Fonte: Pesquisa no Campus IX – UNEB – Barreiras/2012.

Diante da reconhecida importância atribuída aos eventos pelos alunos, podemos observar que a Política de Extensão da UNEB/2011, contribui com o fortalecimento dessa visão, pois além de definir, caracteriza-os como congresso, jornada, conferência, ciclo de debates, exposição, espetáculo, evento esportivo, festival e campanha. Tal caracterização é imprescindível, pois contribui tanto para uma melhor organização das ações em cada Departamento, curso, quanto para uma maior valorização e envolvimento da comunidade interna e externa. Os eventos são importantes mas não devem ser confundidos com a natureza da extensão propriamente dita.

Nos documentos analisados, não evidenciamos imposição em relação à participação em eventos e demais ações extensionistas, mas ao analisarmos as justificativas dos alunos identificamos dois posicionamentos que reconhecem a importância da participação tanto porque contribui com a formação acadêmica, quanto porque é necessário complementar as horas de Atividades Científico Culturais (ACC). As horas de ACC, conforme posicionamentos dos alunos constituem critério para término do curso e colação de grau, e por esse motivo sentem-se na obrigação de participar dos eventos.

A não imposição em relação à participação em ações extensionistas pode ser também verificada na opinião dos professores. Mesmo não havendo imposição, observamos que 100% de professores já participaram da extensão, o que não pode ser comprovado em relação aos alunos, pois 53% deles participaram, 43% ainda não participaram e 4% não responderam a questão.

Gráfico 06: Participação dos professores e alunos do Campus IX – UNEB - Barreiras, nas ações extensionistas promovidas pela instituição.



Fonte: Pesquisa no Campus IX – UNEB – Barreiras/2012.

O fato dos alunos não apresentarem participação expressiva nas ações extensionistas indicou, segundo suas declarações, a falta de informação e até mesmo a impossibilidade de maior envolvimento em função dos horários e disponibilidade de tempo. Conforme Quadro 03, os alunos demonstraram interesse

em participar, mas no percurso acadêmico apresentam uma série de obstáculos e dificuldades para sua efetiva participação.

Quadro 03: Compreensão declarada dos alunos do Campus IX – UNEB – Barreiras, em relação às dificuldades de participação nas ações extensionistas.

Aluno	Compreensão declarada
A	Daria mais oportunidade para os acadêmicos que muitas vezes nem ficam sabem a respeito dos programas extensionistas e quando ficam sabendo o prazo de inscrição já passou.
B	Os horários deixaria tudo no mesmo turno para não impedir a possibilidade de todos participarem, pois muitos trabalham no horário oposto.
C	Divulgaria os eventos, assim faria com que alunos participassem mais.

Fonte: Pesquisa no Campus IX – UNEB – Barreiras/2012.

Evidenciamos que mesmo reconhecendo a importância da extensão, os alunos pontuaram as dificuldades em participar da extensão. Estas são atribuídas a fatores diversos, mas indicam uma co-responsabilidade da instituição em melhorar os canais de informação e comunicação, além da flexibilização dos horários de realização das ações, que não são compatíveis com os turnos de funcionamento dos cursos e dos horários de trabalho dos alunos.

A extensão compreendida como remédio aponta para o entendimento em relação ao déficit educacional, e mesmo cultural, que ainda é significativo em nossa realidade. Nesse sentido, 5% dos professores e 3% dos alunos apontaram esse como um entendimento da extensão. Os dados sinalizaram para a questão de que a extensão possibilita vários espaços e ações à uma aprendizagem significativa, apresentando-se como uma solução para as deficiências no ensino. Tal idéia foi observada no Plano de Metas da UNEB (2010, p. 15), quando estabelece que “em todas as RGDs, a Educação enquanto ensino, pesquisa e extensão deve ser um traço comum, com vista à melhoria permanente da formação em todos os níveis, em especial a educação básica na Bahia”.

A extensão compreendida como instrumento político-social foi opção de 35% dos professores e 21% dos alunos. Segundo Filho (2007) o entendimento da extensão como instrumento político-social pode atender tanto aos fins do Estado quanto aos fins da Universidade. Quando a extensão está a serviço do Estado possui a finalidade de manter a ordem vigente, não apresentando possibilidades de transformações na realidade e nos próprios sujeitos envolvidos. Quando se encontra a serviço da universidade demonstra a participação de pessoas mais progressistas e revolucionárias, que possuem como objetivo a transformação social.

As posições assumidas em relação à extensão enquanto instrumento político-social, indicaram uma dualidade direita-esquerda que não foi ainda superada. A superação dessa dualidade é necessária para que possamos desenvolver a extensão como instrumento político-social no sentido íntimo da palavra e da função transformadora da sociedade. A transformação social ocorrerá por meio dos próprios sujeitos envolvidos, que serão transformados durante o processo de educação.

No conflito gerado pela dualidade Estado e Universidade, em torno da extensão como instrumento político-social, é necessário considerar que é uma relação que pode ser melhor conduzida, mas que não poderá ser rompida. A relação estabelecida é própria da natureza e efetivação das ações da universidade na sociedade, respeitadas a autonomia, e resguardados os investimentos em todos os setores da instituição. A esse respeito analisamos a questão referente à relação entre universidade, parceria com o Estado e demais instituições públicas ou privadas.

O Plano de Metas da UNEB (2010) quando se refere ao orçamento complementar aponta para a possibilidade de estabelecimento de parcerias para que possam obter recursos destinados a todas as atividades da universidade, e nesse sentido, as parcerias não apenas são indicações, mas uma necessidade real, tendo em vista a escassez de recursos. Como parcerias são indicadas as estabelecidas com i) órgãos e instituições governamentais; ii) instituições não-governamentais; iii) iniciativa privada; e, iv) com o Terceiro Setor.

No entendimento do Coordenador do NUPE as parcerias entre universidade e Estado, necessárias ao desenvolvimento dos programas *“são muito importantes, pois possibilitam uma formação para algumas parcelas da sociedade que se encontram, normalmente à margem do processo de ensino das universidades”*.

Para uma professora que justificou seu posicionamento *“participar de Projetos ligados aos PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS como PROESP, PAFOR é incentivador pela visão de contribuição na formação de professor com bolsas correspondentes e reconhecimento acadêmico”*. Ao observar essa questão, ficou evidente, na visão dos sujeitos, a contribuição da parceria.

Na visão dessa professora os Programas Especiais de Formação de Professores para a educação Básica, contribuem tanto com as bolsas de estudo para professores-alunos, professores-pesquisadores, quanto em relação ao reconhecimento acadêmico. Apesar de valorizar esses programas, devemos salientar que não fazem parte do rol extensionista, pois estão vinculados à graduação. O aspecto que consideramos pertinente destacar é que as parcerias são necessárias e importantes para o estreitamento dos laços entre Universidade e Estado. Por outro lado, não desconsideramos a necessidade de a instituição e toda a sua comunidade ficarem atentas para o controle e a utilização indiscriminada e irrestrita do Estado da extensão realizada pela Universidade.

Mesmo esses programas fazendo parte da Política de Graduação, observamos no Plano de Metas da UNEB (2010-2013) que *“integração com a Educação Básica”* é meta a ser alcançada por todas as Pró-Reitorias e Vice-Reitoria, por meio dos *“programas institucionais: integração UNEB - Educação Básica, apoio ao desenvolvimento regional sustentável”*.

Observando a questão com vista aos argumentos já explicitados, inferimos que a necessidade de parcerias para investimento em todas as atividades fins da universidade contribui, na visão dos sujeitos, para o fortalecimento da extensão. Dessa forma, ocorre o que Bordenave (2005) propõe como a superação da visão da extensão como um favor ou serviço da universidade prestado à comunidade. Nesse sentido, corroboramos com o posicionamento de Melo (2005) ao defender a

extensão como um espaço de excelência, enquanto exerce sua função sob uma relação de interdependência com o ensino e a pesquisa.

Questionados sobre as parcerias entre Estado e Universidade, 19% dos professores declararam que concordam, 56% concordam parcialmente, 19% discordam e apenas 6% discordam parcialmente. Ao posicionarem-se sobre o assunto, apenas três professores externaram as compreensões e os argumentos que subsidiaram suas declarações.

Quadro 04: Compreensão declarada dos professores do Campus IX – UNEB - Barreiras, em relação às parcerias estabelecidas entre o Estado e a Universidade, com a finalidade de desenvolver ações extensionistas.

Professores	Compreensão declarada
A	Só falta ser uma participação mais democrática dos membros da academia, e não ficar centralizada na mão daqueles que tiveram melhor acesso às informações.
B	Se for em prol da comunidade, não vejo porque não ter essas parcerias.
C	O órgão maior responsável pela gestão da extensão na universidade virou uma mera prestadora de serviços e não se tem clareza, transparência no que é feito com o recurso desta prestação de serviço. O que fica para a universidade...

Fonte: Pesquisa no Campus IX – UNEB – Barreiras/2012.

Os professores A e B, que concordam parcialmente com as parcerias, indicam para a democratização do processo, pois não há informações suficientes sobre os programas e projetos. Segundo eles, as informações são imprescindíveis à realização das ações, pois elas têm como fim o atendimento às necessidades da comunidade. O posicionamento do professor C indicou a necessidade de transparência em relação aos recursos resultantes das parcerias, ao mesmo tempo em que se posiciona em relação ao órgão gestor como mero prestador de serviços.

O fato de a parceria ser estabelecida entre Estado e Universidade não rompe com o princípio da autonomia garantida pela C.F./88, Art. 207, e muito menos limita suas ações didático-administrativas, conforme garante os documentos analisados.

Segundo o Plano Estratégico da UNEB (2007, p. 23),

As restrições orçamentárias e financeiras se constituem em fatores de limitação à otimização das ações da Universidade, o que fortalece os argumentos quanto à necessidade do governo do Estado definir uma opção estratégica mais concisa para a UNEB, garantindo assim desempenho que trará resultados positivos à comunidade baiana, através de significativos investimentos e aportes de recursos à instituição.

Observamos nesse contexto que as parcerias não são a prioridade da instituição, mas significam uma complementação ao orçamento, que deverá prioritariamente que ser definido e garantido pelo Estado.

As possibilidades de ações e os inúmeros entendimentos da extensão universitária, natureza e diversidade das ações estabelecidas nos documentos oficiais, e também obtidas com a aplicação do instrumento de pesquisa, demonstraram que apesar de haver certa conceituação, descrição dos procedimentos e possibilidades de atuação, ainda não há consenso em relação a essa questão no âmbito do Campus IX – UNEB - Barreiras.

Como a diversidade de ações oportuniza a vivência em espaços e tempos diversos, observamos que o conceito que aqui adotamos compreendeu, em parte, as visões e opiniões emitidas pelos sujeitos. Quanto ao conceito de extensão, observamos que ainda é necessário discuti-lo entre os membros da comunidade acadêmica, pois não podemos substituí-lo pela caracterização que fazemos dos tipos de ações que são desenvolvidas. Outra questão merecedora de destaque é que o conceito da extensão definido no PNEU/2011 e na Política de Extensão Universitária da UNEB/2011, apesar de apresentarem correspondência íntima, ainda precisa se fazer público no sentido estrito da palavra.

3.2 Como se estrutura a Extensão no Campus IX da Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Barreiras

A Universidade do Estado da Bahia- UNEB possui estrutura *multicampi* e desenvolve suas ações em todo o Estado da Bahia. A localização geográfica dos

Campi contribuí para o desenvolvimento das potencialidades do Estado da Bahia ao desempenhar suas funções em cada um dos respectivos Departamentos, sem prejuízo em relação ao ensino, à pesquisa e à extensão. Para tanto, conta com estrutura dinâmica e processo decisórios democráticos, que segundo o Estatuto e Regimento institucionais, prima pela participação em todas as instâncias. O processo democrático, e, portanto, participativo, conta institucionalmente com uma estrutura orgânica que tem o objetivo de viabilizar o processo educacional e enfrentar os desafios institucionais, sociais, regionais e políticos.

A respeito do processo e instâncias de participação na gestão democrática, concordamos com Cury (2008, p. 205), pois acredita que uma gestão democrática e transparente na educação pública não é apenas necessária, mas se contrapõe à perspectiva de gestão privada. A ausência de transparência indica para o lado contrário à democratização institucional e dos processos de gestão, uma vez que no entendimento do autor “o segredo é a dimensão daquele que se tem como sede e a fonte do poder e, portanto, nada deve à cidadania” (Cury, 2008, p. 205).

Conforme o Estatuto da UNEB (2012, p. 5)

Art. 6º. A estrutura acadêmico-administrativa da UNEB é composta pela Reitoria e Órgãos a ela vinculados, Departamentos, Órgãos Suplementares de Natureza Interdisciplinar e Órgãos de Apoio Acadêmico-Administrativo, que serão responsáveis pelas atividades indissociáveis de ensino, pesquisa, extensão e de gestão universitária.

A estrutura da UNEB, definida no documento analisado, demonstra que, mesmo possuindo uma dimensão ampla de atuação em todo o Estado da Bahia, há priorização em relação à estrutura, responsabilidade de cada órgão que compõe a instituição e em relação também às instâncias participativas.

Com as imposições da atual configuração da complexa realidade em que nos encontramos, é necessário que a Universidade busque a efetivação de suas funções, por meio dessa estrutura e órgãos, que funcionam tendo como foco as metas estabelecidas no Plano de Metas que está estruturado com fins de atender ao que propõe o Estatuto, Regimento Geral, Plano Plurianual (PPA) e demais documentos institucionais.

De acordo com o PPA da UNEB (2007, p. 14)

A crescente complexidade das organizações e, especificamente, das Universidades Públicas, tem exigido a introdução de critérios mais sofisticados no processo de tomada de decisão. A incorporação de procedimentos lógicos para facilitar as decisões e o conhecimento cada vez maior de técnicas de intervenções sobre a realidade tem conduzido as organizações a adotarem o planejamento em todas as suas atividades, como uma das maneiras mais racionais de administrar os recursos e minimizar os riscos das ações. O planejamento deve ser entendido como um processo através do qual se pode dar maior eficiência à gestão.

O planejamento, como instrumento da gestão para instituição do processo democrático, tem a finalidade de contribuir para a eficiência e a otimização das ações. A esse respeito Michelotto (2003) acredita que será por meio da democratização do processo que alcançaremos a democracia e suas conseqüentes mudanças e transformações em relação à melhoria das ações empreendidas pela instituição.

Para o desenvolvimento do processo democrático é fundamental que haja uma estrutura que possa atender às demandas e necessidades de cada *Campus* e Departamento que integra a UNEB. Com estrutura e procedimentos definidos, a gestão do processo educativo, possibilitará a efetivação de suas funções também de forma democrática.

Segundo o Regimento Geral da UNEB (2012, p. 13)

Art. 7º. A Estrutura acadêmico-administrativa da UNEB tem como base os Departamentos e é composta pela Reitoria e Órgãos que respondem pelas atividades indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão, arrolados nos Anexos I, II e III deste Regimento.

Parágrafo Único. As atividades universitárias, em suas diversas modalidades, serão desenvolvidas pelos órgãos previstos no Caput deste artigo, tendo em vista a integração do ensino, pesquisa, extensão, com vistas à qualidade da educação, melhor utilização dos recursos públicos e maior efetividade social.

O fato de necessitar de certa estrutura para o exercício de suas funções nos faz reconhecer que a extensão, como uma dessas funções, tende a ser reconhecida no mesmo patamar das demais. Ao analisar essa questão, Melo (2005) considera que em relação às demais atividades desenvolvidas pela universidade, a extensão encontrava-se à margem, à sombra. Essa visão colocava-a como um apêndice e não necessitava de certa estrutura para que pudesse desenvolver suas ações.

A extensão na contemporaneidade, dadas as demandas de formação profissional do cidadão, demandas sociais e demais aspectos inerentes à realidade, passa a ser reconhecida institucionalmente. Como o fato de reconhecê-la não se limita ao posicionamento sobre essa função, deve-se também ser reservados os devidos tratamentos administrativos, financeiros e acadêmicos dispensados às demais atividades fins da universidade. Como no item 1 (um) desse capítulo abordamos os aspectos referentes ao conceito e entendimentos dos sujeitos da pesquisa sobre esse objeto de estudo, nos limitamos a abordar os processos, procedimentos administrativo-institucionais e demais pormenores referentes à extensão no Campus IX, trazidos pelos dados da pesquisa.

No que se refere à estrutura institucional destinada à extensão, a UNEB conta com o CONSEPE, os Departamentos e os Nupes, que tem como fim, além de contribuir com a gestão geral da instituição e estruturação, contribuem também para o desenvolvimento e avaliação do processo extensionista.

Em relação à natureza de cada órgão da administração e suas funções, destacamos o posicionamento do Plano Estratégico (2007, p. 35) quando determina que

A Reitoria e as pró-reitorias têm uma estrutura enxuta e ágil para a articulação e o diálogo público entre a sua rede interna (Departamentos) e as diversas redes regionais: acadêmico-científicas (pesquisa, extensão, IES etc.); sociais (movimentos, ONGs); empresariais; e governamentais, nacionais e internacionais.

As idéias apresentadas no Plano Estratégico/2007 apontam para o que Rocha (2008) acredita ser uma educação em rede com o foco no sujeito e nas relações com o outro. Segundo o autor, “na educação a rede tem como eixo os seres humanos, como sujeitos do processo, a mediação pedagógica e o desenho participativo, pois, o homem, ao estar sendo, em relação a si mesmo e em relação ao outro, mediatizado pelo mundo, gera processo cultural do qual os dispositivos da rede fazem parte” (Rocha, 2008, p. 44)

Quadro 05-A: Natureza e competência dos órgãos pertencentes à UNEB, responsáveis pela extensão.

Órgão	Natureza e finalidades
Do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE)	Seção II - Art. 10. O Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), como órgão consultivo e deliberativo, compete definir a organização e funcionamento da área acadêmica nos aspectos técnicos, didáticos e científicos, com funções indissociáveis nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, em conjunto com os órgãos da administração superior e setorial da Universidade, tem a seguinte composição: I – Reitor, Presidente; II – Vice-Reitor, Vice-Presidente; III – Pró-Reitores incumbidos das atividades relacionadas com a área acadêmica.
Do Departamento	Art. 27. Compete ao Departamento: I – ministrar o ensino das disciplinas constitutivas de seu campo de atividades, nos cursos de graduação, de pós-graduação e outros, instituídos pela Universidade; II – executar programas de ensino, pesquisa e extensão, tendo em vista as necessidades da região; III – exercer no seu âmbito de competência, a função de planejamento, a qual deve ser compatível com as diretrizes gerais da UNEB;
Do Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPES)	<p>Art. 23. O Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPES) é órgão vinculado ao Departamento e tem por finalidade deliberar sobre as atividades a ele pertinentes, incentivando e divulgando a sua produção científica.</p> <p>§ 1º Cada Departamento terá um Núcleo de Pesquisa e Extensão que integrará docentes, pessoal técnico-administrativo e estudantes em torno dessas atividades, cuja organização, funcionamento e atribuições serão definidos em Regimento Único, a ser aprovado pelo Conselho Universitário (CONSU).</p> <p>§ 2º O Núcleo de Pesquisa e Extensão será coordenado por docente, preferencialmente doutor ou mestre, com regime de 40 (quarenta) horas ou de tempo integral com dedicação exclusiva, eleitos na forma que dispuser o Regimento Único.</p> <p>§ 3º O docente responsável pela coordenação do Núcleo deverá dedicar 20 (vinte) horas do seu regime de trabalho para as atividades inerentes ao mesmo.</p>

Fonte: Estatuto da UNEB/2012.

No intuito de promover uma educação superior que possa perceber o sujeito como um ser de relações, inserido em seu contexto, identificamos nos documentos analisados as instâncias e uma estrutura que se pretende participativa, observadas as limitações da gestão de uma instituição *multicampi*. O Quadro 05-A demonstrou a

estrutura dos órgãos responsáveis pela extensão, que compõem a estrutura e procedimentos pertinentes à RGDs, como consta no Estatuto da UNEB.

Conforme o documento, o CONSEPE, como órgão consultivo e deliberativo é o responsável pela estruturação e organização do funcionamento da extensão, e dessa forma, é o responsável pela condução, de forma mais ampla, de todo o processo extensionista.

A competência do Departamento no processo extensionista, abrange o planejamento e a condução do processo de maneira mais focalizada, pois conforme os documentos analisados são de sua responsabilidade atender às demandas regionais e locais, sempre observando a compatibilidade de suas ações com as diretrizes institucionais gerais.

Quadro 05-B: Natureza e competência da Pró-Reitoria de Extensão – PROEX – UNEB

Órgão	Natureza e finalidades
Da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX)	<p>Art. 38. A Pró-Reitoria de extensão (PROEX) é órgão da Administração Superior da Universidade, responsável pelo gerenciamento, assessoramento, acompanhamento, controle e avaliação das ações relacionadas com as funções sociais, culturais e artísticas da natureza extensionista da Universidade, integrando o ensino, a pesquisa e a extensão.</p> <p>Art. 39. Compete à Pró-Reitoria de Extensão: I – implementar e desenvolver ações voltadas para o aperfeiçoamento comunitário e qualificação de pessoas, visando ao desenvolvimento social, cultural e artístico; II – promover atividades sócio-culturais e artísticas; III - incentivar a produção de trabalhos literários, artísticos, culturais, técnicos e didáticos; IV – desenvolver programas culturais e de intercâmbio; V – desenvolver ações e eventos destinados à formação da cidadania e do correspondente comportamento ético; VI – estabelecer parcerias par ao desenvolvimento de programas de extensão, em consonância com a política da universidade e com a política nacional de extensão das universidades públicas brasileiras; VII – promover junto a órgãos financiadores a viabilização econômica ou tecnológica dos projetos de extensão, em articulação com a PROPLAN; VIII – analisar e emitir parecer técnico sobre projetos de extensão apresentados por docentes e aprovados pelos departamentos; IX – prestar consultoria e assessoramento aos diferentes órgãos e Departamentos na sua área de atuação; X – prestar serviços educacionais de consultoria e assessoramento aos órgãos da administração pública nas suas três esferas, organizações privadas e entidades do terceiro setor; XI – gerenciar o sistema acadêmico da</p>

	<p>universidade em articulação com as demais pró-reitorias acadêmicas; XII – contribuir com a administração pública nas suas três esferas na proposição e implementação de políticas públicas que visem à redução das desigualdades regionais e ao atendimento de populações e grupos vulneráveis; XIII – implementar, acompanhar e avaliar as atividades de bolsas para estudantes, de forma articulada com a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAES); e, XIV – executar outras atividades inerentes à sua área de competência.</p>
--	--

Fonte: Regimento Geral da UNEB/2012.

Como a PROEX é um órgão da Administração Superior da Universidade, foi possível observar que sua natureza compreende a condução do processo extensionista. De acordo com o documento analisado, as funções exercidas pela PROEX, são desempenhadas de forma a contemplar as ações desde sua concepção, planejamento e avaliação final. Um aspecto importante, evidenciado durante a análise, foi que o documento não restringe as ações de responsabilidade do órgão, demonstrando que a previsibilidade da ação, por meio desse documento, está disposta de maneira formal.

A previsão de todas as ações possíveis no referido documento, sinalizou que há reconhecimento e institucionalização da extensão, pois apresentam de maneira mais detalhada os procedimentos pertinentes à extensão na UNEB.

Quadro 05-C: Natureza e competência dos Núcleos de Pesquisa e Extensão – NUPEs – UNEB

Órgão	Natureza e finalidades
Do Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPES)	Art. 82. O Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPES) é órgão consultivo vinculado ao Departamento e tem por finalidade incentivar estruturar, coordenar, sistematizar e divulgar as atividades técnicas, didáticas e científicas, nas áreas de ensino, pesquisa, extensão.

Fonte: Regimento Geral da UNEB/2012.

Em relação aos NUPEs, por serem órgãos consultivos, ligados aos departamentos, tem suas funções mais específicas e focalizadas nas ações desenvolvidas no âmbito de cada um. Como possui finalidades voltadas à condução da extensão nos departamentos, os NUPEs devem atuar junto à comunidade interna e externa, pois é responsável pela efetivação prática da extensão.

Os órgãos responsáveis pelo processo extensionista na UNEB, atuam efetivamente na condução de cada uma das etapas e, apresentam responsabilidades em relação à execução das ações desde a concepção até a realização da avaliação final. A esse respeito Neto (2005) destaca a importância de aperfeiçoamento da extensão diante da realidade encontrada e das condições para sua realização, pois o cerne da questão extensionista está voltado aos sujeitos em interação e constante transformação. Assim, a extensão, não poderá estar paralisada e também não pode ser conduzida de forma antidemocrática e desvinculada das demandas e necessidades características de cada comunidade, na contemporaneidade.

A estrutura e disposição dos órgãos dispostos nos Quadros 05-A, B e C, foram apresentadas as respectivas natureza e fins específicos de cada um. Quando Nogueira (2001) abordou a questão da sistematização da extensão por meio de documentos, destacou apenas a realização da extensão através de cursos e conferências. Os modelos que a autora analisou ainda estão presentes nas instituições atuais, e ainda há uma variedade de ações que são desenvolvidas nas Instituições de Educação Superior em todo o país.

Diante das questões apresentadas, destacamos que aos Departamentos competem “funcionar planejando e executando as funções que lhes foram atribuídas, coordenando e controlando as suas atividades” (Regimento Geral/2012, p. 42). No que se refere à coordenação das suas atividades há destaque para a extensão no mesmo documento quando determina o acompanhamento “III – em extensão: projetos de extensão em elaboração e os que estão em execução, com todas as suas características e linhas temáticas – temas, objetivos, etapas cumpridas, docentes envolvidos nessa atividade e a respectiva carga horária, dentre outros” (Regimento Geral/2012, p. 42).

Ao analisar essa questão observamos a Tabela 05, que o planejamento das ações extensionistas no Campus IX ocorre em sua maioria individualmente (59%) e na opinião dos professores não se apresenta como uma ação coletiva, desenvolvida institucionalmente por meio da instância competente, pelos colegiados, áreas e núcleos de pesquisa e extensão no referido departamento. O fato de nenhum docente apontar o planejamento coletivo, realizado de maneira institucional, chamou nossa atenção, pois ao ter acesso ao SIP, observamos que esse ambiente virtual apresenta estrutura que permite a participação no planejamento das ações de pesquisa e extensão nos departamentos. Como o foco de nossa pesquisa não foi o planejamento institucional limitamo-nos a observar que há possibilidade de realização do planejamento de maneira integrada, mas não investigamos essa questão para verificarmos sua relação com o planejamento e execução da extensão no Campus IX da UNEB.

Tabela 05: Opinião dos professores sobre o Planejamento da extensão no Campus IX – UNEB - Barreiras

OPINIÃO	QUANTITATIVO
Coletivo, em reuniões para Planejamento Institucional e/ou Planejamento Estratégico.	0%
Por meio dos colegiados de cada curso, através de seus membros.	27%
Pelo NUPE, que após o planejamento apenas repassa as informações.	9%
Pela PROEX que posteriormente repassa as informações e procedimento a serem adotados.	5%
Isoladamente, por cada professor que é responsável por todo o processo de planejamento, execução e avaliação das ações.	59%

Fonte: Pesquisa no Campus IX – UNEB – Barreiras/2012.

Em consonância com os dados analisados, Oliveira (2008) indica para a necessidade de superação da visão do planejamento sob uma lógica fechada e restrita. A autora explica que o planejamento global inserido no Brasil a partir da

década de 30, vem contribuindo para o entendimento das questões de igual maneira e assim, também globalmente o planejamento tenha condições de construir estratégias diversas para interferir nos processos.

Quanto ao planejamento da extensão no Campus IX, os professores apontaram para a ausência de ações coletivas e recursos financeiros para a execução dessas. A maioria dos professores declarou que o planejamento é solitário, sem a devida interação com as áreas determinadas pelo Plano Nacional de Extensão Universitária/2001 e pela Política de Extensão da UNEB/2011.

As justificativas, referentes ao planejamento da extensão no Campus IX – UNEB, foram diversas e sinalisaram para a necessidade de realização desse processo de forma coletiva. Ao justificar essa questão, também abordaram a falta de recursos financeiros e a falta de comunicação entre os pares. Os sujeitos deixaram evidentes em suas declarações, que no decorrer do processo, ajustes são necessários, mas precisam ser efetivados de maneira mais ampla e participativa.

A possível superação de entendimentos e práticas incoerentes é também resultado da falta de estudo, discussão, entendimento e desenvolvimento de ações inerentes ao processo extensionista. Na opinião dos professores é necessário promover estudos e debates para que possam compreender melhor o sentido e o fazer extensionista na Universidade.

Quadro 06: Compreensão declarada dos professores sobre o planejamento da extensão no Campus IX – UNEB – Barrerias

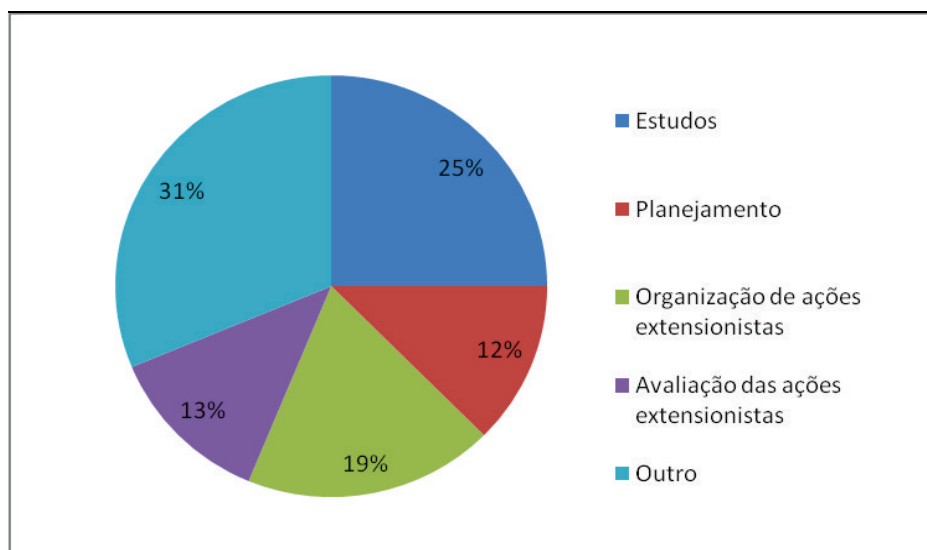
Professores	Compreensão declarada
A	Os projetos deveriam ser construídos coletivamente e aprovados pelo departamento.
B	Planejamento das ações extensionistas no Campus IX e, também para toda a UNEB. Repasse de recursos financeiros para a execução das ações extensionistas. Apadrinhamento de alguns professores junto aos órgãos responsáveis pelos recursos.
C	Até o momento o planejamento é realizado de forma solitária, não há diálogo com os colegas. Quando sabemos dos trabalhos são dos colegas mais próximos, que possuem aulas nos mesmos dias que eu. Até o momento não tenho conhecimento de alguma reunião para socialização dos trabalhos.

Fonte: Pesquisa no Campus IX – UNEB – Barreiras/2012.

Em seguida os professores foram solicitados a opinar sobre a sua participação em eventos acadêmicos destinados à discussão e socialização dos resultados da extensão na UNEB. As posições que confirmaram as respostas anteriores, acrescentaram opiniões em relação ao planejamento e demais processos voltados ao funcionamento da extensão. Os professores declararam que já participaram de algum tipo de ação destinada à divulgação e discussão da questão e, mesmo que de forma tímida, participaram também de momentos e etapas que fazem parte do planejamento maior da extensão na instituição.

Do total de professores, 12% afirmou que participam do planejamento. Esse aspecto chamou nossa atenção, pois apontou para o reconhecimento de algum tipo ou etapa do planejamento na instituição. O fato de declarar a participação em algum tipo de planejamento não exclui a posição desses sujeitos em relação à necessidade de realização de ações coletivas, que possibilitem a troca e o diálogo entre os membros da comunidade acadêmica. Os dados apontaram que há outros processos, mais específicos, que também fazem parte de forma direta e indireta do planejamento da extensão no Campus IX, mas acreditam ser necessário momentos coletivos para esse fim.

Gráfico 07: Participação dos professores em eventos acadêmicos para divulgação e discussão da Extensão Universitária no Campus IX – UNEB - Barreiras



Fonte: Pesquisa no Campus IX – UNEB – Barreiras/2012.

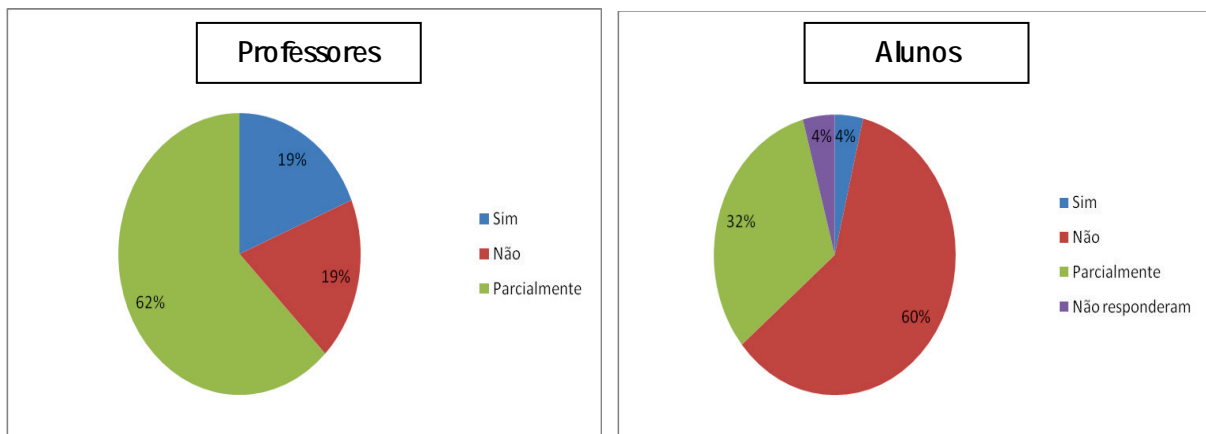
Mesmo argumentando sobre a ausência de planejamento da extensão no Campus IX – UNEB – Barreiras, foi visível o envolvimento dos professores em ações que fazem parte do processo de construção e desenvolvimento da extensão na IES. A visão apresentada por esses sujeitos encontra-se em conformidade com o PNEU/2001 quando define a extensão como prática acadêmica, e sendo essa, uma atividade configurada em patamar igual às demais, prescinde de igual estrutura, gestão e procedimento em relação a todo o processo.

Quando aqui relacionamos os dados obtidos com a análise do PNEU/2001, identificamos que esse documento aponta para a necessidade de toda a comunidade acadêmica conhecê-lo, compreendê-lo e implementá-lo em sua instituição. A aplicabilidade dos princípios e orientações contidas no PNEU/2001 pelas IES, deve levar em conta as características peculiares de cada Universidade e região/contexto em que está inserida.

Questionados se conhecem da Política de Extensão da UNEB, professores e alunos apresentaram divergências em seus posicionamentos. A esse respeito, 19% dos professores afirmaram conhecê-la, 19% a desconhecem e 62% a conhece parcialmente. As divergências de opiniões em relação à questão indicaram que, de alguma forma, os professores possuem maior conhecimento da questão, mesmo porque esse conhecimento é imprescindível ao exercício da docência na educação superior.

Os alunos declararam pouco conhecimento acerca da questão (Política de Extensão da UNEB / 2011), situação que demonstra a necessidade de esclarecimentos, socialização das ações e estudos que possibilitem o envolvimento nas ações desenvolvidas na instituição. Os alunos reconheceram que não há adequada comunicação dos programas, projetos, cursos e demais ações desenvolvidas no Campus IX, e por esse motivo estão alheios a muitas questões.

Gráfico 08: Conhecimento dos professores e alunos acerca da Política de Extensão da UNEB/2011.



Fonte: Pesquisa no Campus IX – UNEB – Barreiras/2012.

No que se refere à relação entre o PNEU/2001 e a Política de Extensão da UNEB/2011, apenas os professores foram questionados, por se tratar de uma questão ainda em vias de implantação na instituição. A esse respeito, as respostas indicaram em sua maioria (44%) que há um conhecimento parcial sobre essa relação entre os documentos, 12% responderam que não há relação entre ambas, e mesmo os que optaram pelo item outros, justificaram a escolha em função do desconhecimento da questão.

Outro aspecto a ser destacado na investigação é o fato da avaliação, a exemplo do planejamento, não ocorrer efetivamente na instituição. A avaliação da extensão se encontra em vias de efetivação, mas segundo o Coordenador do NUPE – CAMPUS-IX, “*por enquanto as ações ainda não passam por avaliação*”. Quando iniciamos o estudo sobre essa questão em 2010, tivemos conhecimento, por meio de ofício, de um encontro na PROEX destinado à realização de grupos de estudo e trabalho, que foram encarregados de construir as diretrizes, instrumentos e critérios referentes à avaliação das ações extensionistas no âmbito de toda a UNEB. A prática mais comum é a entrega de relatório por parte de alguns professores, pois essa é condição para a renovação do projeto e dos contratos dos monitores.

Como a avaliação é um processo diagnóstico e contínuo, na extensão contribuirá para o diagnóstico das fragilidades e das potencialidades, com vista a

reorganizar o processo, potencializá-lo e fortalecê-lo entre a comunidade acadêmica e a sociedade. Avaliar a extensão é condição fundamental para que os erros possam ser identificados, o processo seja reorientado, planejado e conduzido de forma mais coerente com a realidade que a instituição está inserida. A falta de uma avaliação implica em não identificar as fragilidades, e mesmo, os aspectos que precisam ser revistos na coletividade.

A avaliação contribui também para o levantamento das informações mais particulares e específicas da extensão em cada instituição. A organização das informações e dos dados extensionistas na instituição são ainda recentes se compararmos aos anos de funcionamento na região. Apesar de ser uma prática recente, o órgão responsável pela extensão na instituição já possui dados que antes eram completamente desconhecidos pela comunidade acadêmica.

Ao analisar o banco de dados, percebemos, que de forma mais ampla, já existe um instrumento institucional específico para esse fim, que é uma plataforma eletrônica destinada ao “Cadastro das Ações de Extensão – CAEX”, no qual ficam registrados todos os tipos de ações referentes à extensão. O banco de dados ainda apresenta-se falho, pois não possibilita a visualização detalhada dos registros pelos professores, além de não possibilitar a quantificação dos dados pelo departamento. Ainda se faz necessário o aprimoramento do sistema de registro para que esse possibilite a construção de um banco de dados eletrônico que viabilize a contabilização e caracterização da extensão em cada departamento e na instituição como um todo.

A comunicação dos resultados foi evidenciada por meio dessa pesquisa no momento que entramos em contato com o Campus IX. Constam nos arquivos da direção, relatórios construídos pela PROEX, nos quais apresentam um panorama das ações desenvolvidas por todos os Departamentos²⁷. Um relatório referente à Gestão do Departamento de Ciências Humanas – Campus IX – Barreiras/ 2005-2010, foi analisado e este corresponde aos registros da evolução quantitativa e

²⁷ Até o momento estamos nos referindo aos Departamentos, pois essa é a nomenclatura apresentada nos relatórios analisados.

qualitativa das ações do departamento investigado. O fato de existir documentos que divulgam as ações no âmbito da instituição, não garante que todos tenham conhecimento, pois há apenas um exemplar de cada e não está disponível em meios eletrônicos.

Ao serem questionados sobre a divulgação das ações no Departamento, professores e alunos declararam que há inúmeros canais de divulgação utilizados pela instituição, mas que ainda assim, há limitações em relação aos procedimentos adotados. Observamos a variedade de opiniões e justificativas dos professores e dos alunos, que deixam claro que ainda é necessária a maior divulgação via canais e meios que sejam mais rápidos, acessíveis e eficientes. Atrelada à necessidade de intensificação da divulgação, destacamos a falta de leitura dos murais e acesso ao site institucional, que são ambientes/meios rápidos e atualizados nesse processo de comunicação.

Tabela 06 : Declaração dos professores e alunos do Campus IX – UNEB – Barreiras, sobre os canais de divulgação das ações extensionistas

Canais de divulgação	Professores	Alunos
Mural institucional	21%	35%
Site institucional da UNEB	9%	8%
Blog do Campus IX	12%	1%
Panfletos e cartazes	6%	35%
Divulgação por meio dos professores e monitores	37%	18%
E-mail institucional	3%	1%
Outros	12%	2%

Fonte: Pesquisa no Campus IX – UNEB – Barreiras/2012.

Os professores, em sua maioria declararam que possuem conhecimento das ações por meio da divulgação realizada pelos colegas e monitores (37%). A esse respeito, 35% dos alunos declararam respectivamente, ser meios de divulgação mais eficazes o mural institucional, panfletos e cartazes. Esses meios institucionais, na visão dos sujeitos, são mais eficientes e rápidos na socialização das ações

desenvolvidas no Campus IX – UNEB – Barreiras. Mesmo optando por canais de comunicação mais pessoais, os dados sinalizaram que essa opção admite outras formas de comunicação e, mesmo assim, não exclui as limitações em relação a essa questão.

Os alunos, ao justificarem a questão referente aos canais de comunicação da extensão, afirmaram que um dos entraves para sua maior participação nas ações extensionistas, é justamente a falta de comunicação. A prática da participação em ação de qualquer natureza implica em posturas e atitudes que precisam ser desenvolvidas por todos os membros dos grupos sociais. Qualquer grupo e/ou instituição que se pretenda democrática necessita de certa clareza, envolvimento e principalmente do sentimento de pertencimento e do ato responsável por parte dos sujeitos.

O sentimento de pertencimento torna os sujeitos parte integrante do processo de tal forma que deverá ser (co)responsável por tudo o que ocorrer. Ao sentir-se parte do processo deverá desenvolver o ato responsável, pois esse consiste em responder a toda e qualquer ação, participação e medida a ser implementada. Dessa forma, fica claro que democratizar as informações, socializá-las por meio dos canais de comunicação e divulgação institucionais só terão o impacto desejado se houver interesse e envolvimento da comunidade interna e externa.

Quando questionado a respeito da comunicação dos resultados das ações extensionistas, o Coordenador do NUPE sinalizou que *“não é feito nenhum tipo de divulgação por parte do NUPE. A intenção é de se montar um evento com esta finalidade”*. Esse posicionamento demonstrou que há concordância entre a opinião do coordenador do NUPE e os documentos analisados, mas essa questão ainda não se encontra definida no Campus IX, como afirmou o coordenador. A falta de estrutura física e humana na instituição ainda constitui entrave nesse processo.

Os canais de comunicação estão em fase de implantação, ajustes e posterior consolidação, mas o Departamento possui dois blogs destinados à comunicação das ações desenvolvidas pelo gestor e registro de informações sobre as ações do NUPE. Tanto no blog da direção do departamento quanto no blog do NUPE, há

registro de ações referentes à extensão, mas essas não são tão detalhadas. Apesar desses recursos destinados à comunicação das ações, ainda são pouco utilizados tanto pelos professores quanto pelos alunos do departamento.

Quadro 07: Compreensão declarada dos alunos do Campus IX – UNEB – Barreiras, em relação aos canais de comunicação da extensão no âmbito da instituição

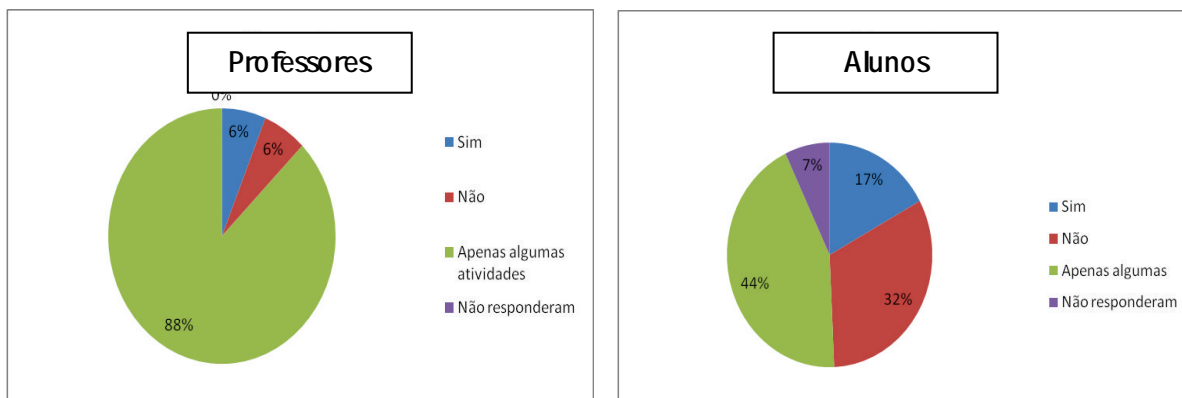
Alunos	Compreensão declarada
A	Deveria ser divulgado em todos os cursos para que todos os alunos ficassem sabendo sobre os projetos oferecidos e também deveria falar da participação dos alunos para sua vida acadêmica e profissional.
B	Deveria haver uma maior divulgação, de forma que todos ficassem informados.
C	Modificar a má divulgação das atividades de extensão. Não raro, os poucos professores que orientam tais atividades não se preocupam em avisar as turmas dos projetos, uma vez que “completam” o seu grupo de pesquisa/atividade/trabalho.

Fonte: Pesquisa no Campus IX – UNEB – Barreiras/2012.

As opiniões dos alunos demonstraram a falha e/ou ausência de comunicação das ações em todos os setores da instituição. No momento em que preenchiam o questionário, os alunos comentaram que as informações são divulgadas de forma muito rápida, em momentos que os prazos estão em fase final. Em sua opinião, se houvesse alguma chance de participação, seria difícil, pois não poderiam se organizar para participar de qualquer ação extensionista.

Em consequência à falta de informação das ações, questionamos alunos e professores sobre as ações desenvolvidas pelo Campus IX – UNEB – Barreira, e as respostas indicaram que não há conhecimento amplo.

Gráfico 09: Opinião dos professores e alunos do Campus IX – UNEB – Barreiras, referente ao conhecimento que possuem das ações desenvolvidas na instituição



Fonte: Pesquisa no Campus IX – UNEB – Barreiras/2012.

Mesmo conhecendo a extensão de forma parcial, há indicação de que os sujeitos têm algum conhecimento das ações desenvolvidas. Ao comparar essa questão aos canais de comunicação, observamos que há relação entre ambos, pois a falta de comunicação inviabiliza o conhecimento mais amplo e a conseqüente participação.

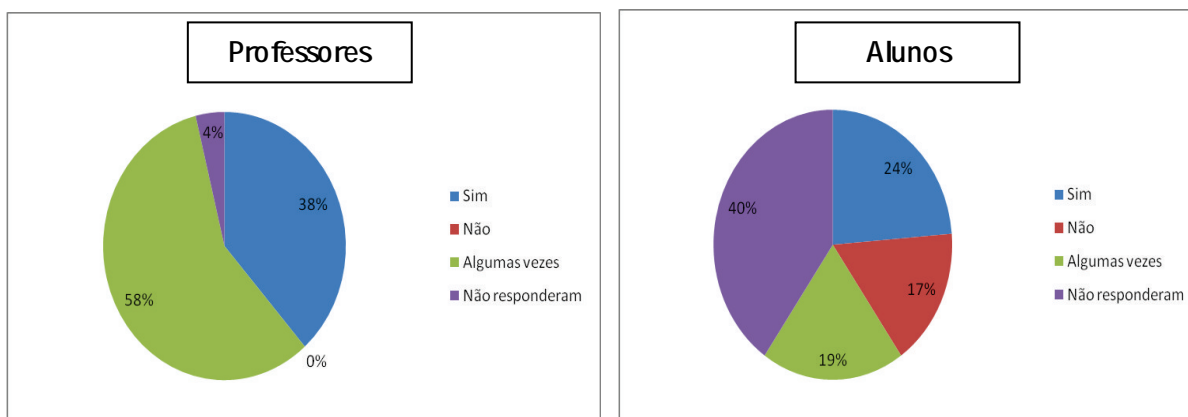
Em momento posterior, os alunos foram questionados em relação à participação no processo de avaliação, e os posicionamentos demonstraram que há participação no processo de avaliação, mas esse ocorre de forma pontual, pois não possuem conhecimento de todas as ações. A avaliação ocorre quando participam dos projetos, dos cursos e dos eventos. Talvez por esse motivo muitos terem declarado não participar da avaliação porque também não participam das ações.

Na visão do Coordenador do NUPE – Campus IX, “*por enquanto, as ações não passam pela avaliação*”. Ele também destaca que “*os projetos são registrados num livro de registro de projetos, emitindo-se uma declaração deste registro para o coordenador do projeto. É feita a cobrança semestral dos relatórios dos bolsistas e dos relatórios anuais dos projetos aos coordenadores*”. Ao analisar essa questão, observamos que a avaliação das ações, conforme Regimento Geral da UNEB/2012, não são de competência exclusiva do NUPE, mas de responsabilidade da PROEX.

Art. 38. A Pró-Reitoria de extensão (PROEX) é órgão da Administração Superior da Universidade, responsável pelo gerenciamento, assessoramento, acompanhamento, controle e avaliação das ações relacionadas com as funções sociais, culturais e artísticas da natureza extensionista da Universidade, integrando o ensino, a pesquisa e a extensão. (Regimento Geral da UNEB/2012, p. 67)

Como bem define esse artigo, o assessoramento, acompanhamento e avaliação são de responsabilidade da PROEX, mas essa determinação não exclui a participação de todas as instâncias no processo avaliativo, uma vez que o controle e acompanhamento devem ser realizados pelos departamentos e Nupes.

Gráfico 10: Opinião dos professores e alunos do Campus IX – UNEB – Barreiras, acerca da participação no processo de avaliação da extensão



Fonte: Pesquisa no Campus IX – UNEB – Barreiras/2012.

Apesar dos esforços para ajustar e desenvolver as ações extensionistas no Campus IX da UNEB – Barreiras, ainda há limitações quanto ao processo de planejamento, informações e avaliação. As limitações pontuadas pelos professores e alunos, não constituem entraves, pois a recondução e os ajustes no processo não são específicos da extensão, uma vez que toda a instituição está em processo de implantação e consolidação das RGDs. Mesmo com as limitações elencadas pelo Coordenador do NUPE, professores e alunos reconheceram de uma forma ou de outra as contribuições da extensão para a formação acadêmica dos alunos.

Questões como falta de comunicação, recursos, tempo e espaço destinados ao planejamento e execução da extensão na instituição foram questões pontuadas. Alguns desses entraves podem ser superados e/ou minimizados pela instituição de forma mais direta, porém outras medidas necessitam de regulamentação e

institucionalização de forma mais ampla, o que compromete a agilidade do trabalho, tendo em vista a estrutura multicampi da UNEB.

3.3 Contribuições da Extensão para a formação acadêmica

A literatura consultada sinalizou, que em momentos e de formas distintas, a extensão sempre contribuiu com a construção e socialização do conhecimento científico, com a promoção e difusão da cultura, e, com a interação entre a universidade e a sociedade.

As contribuições identificadas na literatura, foram estruturadas a partir da sistematização das análises e estudos acerca da realidade apresentada em cada estágio que a extensão brasileira se apresentava. Os posicionamentos dos autores apresentaram entendimentos distintos acerca da extensão mas que não se constituem em contraposição. Pelo contrário, as posições apresentadas demonstraram que as contribuições da extensão universitária à formação acadêmica extrapola o papel social quando a Universidade se insere na comunidade por meio de ações diversas.

As reflexões apontam que, mais que intervenções, a extensão é processo educativo e assim como o ensino e a pesquisa contribui, a seu modo, para a formação dos sujeitos. Formação esta que deve ocorrer de forma integral.

Ao entender a extensão como processo aprendente, Síveres (2010) analisa as contribuições dessa atividade fim da universidade para a formação dos acadêmicos e sua futura atuação profissional. Assim, ao serem questionados sobre as possíveis contribuições da extensão para a vida, formação acadêmica e atuação profissional, professores e alunos pontuaram questões que abrangeram a necessidade da extensão para a formação e atuação profissional dos sujeitos

envolvidos até as contribuições para a construção da cidadania e as possíveis transformações sociais.

Quadro 08: Compreensão declarada dos professores pesquisados no Campus IX –UNEB – Barreiras, em relação às contribuições da extensão para a formação acadêmica

Professores	Compreensão declarada
A	Excelente contribuição no sentido de ampliar as trocas com a comunidade (interna e externa) , e ainda, propiciar a construção de novas perspectivas de atuação e transformação pessoal e social . Considero também, um complemento ao meu exercício em sala de aula.
B	A extensão é importante porque, além de possibilitar uma interação com a comunidade, o tempo e o espaço de aprendizagem, produção e socialização do saber é flexível , o que possibilita maior adequação aos anseios e necessidades dos sujeitos envolvidos .
C	Importante momento de construção e partilha do conhecimento e de integração entre a comunidade acadêmica e a sociedade .

Fonte: Pesquisa no Campus IX – UNEB – Barreiras/2012.

A compreensão declarada dos professores pesquisados demonstra, assim como a posição dos autores, que a extensão contribui para a formação dos (as) acadêmicos (as), mas estas são distintas. As respostas indicam um consenso em relação à interação entre Universidade e sociedade que, de certa forma, demonstra o reconhecimento do papel da extensão no processo formativo. A extensão passa a cumprir seu papel de instrumento articulador das relações entre a sociedade e a Universidade, pelo que realizará sua função social ao interagir com o contexto que se encontra inserido (SANTOS, 2001).

A posição apresentada pelos professores é referenciada por Pozzobon e Busato (2009), pois ao considerar o papel social da extensão, tem como uma de suas funções a socialização do conhecimento construído pela universidade, já que esse é um bem público.

Analisando a posição dos professores em relação à contribuição da extensão em relação ao tempo/espaço de aprendizagem, recorreremos a Síveres (2010) quando compreende a questão da extensão, em relação aos seus limites e

possibilidades, como um processo aprendente a ser vivenciado em espaços e situações distintas. Assim, contribui não só para a construção do conhecimento, mas para que esse tenha significado para os sujeitos que o construíram. Do mesmo modo, Neto (2005) considera que por meio da extensão os conhecimentos podem ser aprimorados, enquanto os sujeitos estiverem em contato com a realidade, pois a ênfase do autor está centrada no processo de interação do sujeito em relação com o outro e com o contexto que está inserido.

A aprendizagem dos alunos e seu processo de construção do conhecimento são apontados pelos professores como resultante da participação e do envolvimento nas ações extensionistas. O princípio integrador da extensão constitui ponto de destaque, pois é na coletividade e nas relações estabelecidas por meio dessas que ocorre a aprendizagem, a construção do conhecimento. A interação entre universidade e comunidade, e os sujeitos envolvidos nas ações extensionistas, converge para a questão que Sampaio e Freitas (2010) analisam quando explicam que a ação de “estender, ampliar e alargar” o conhecimento por meio da extensão só fará sentido para o próprio sujeito da ação, pois inserido no processo, em situações e contextos aplicáveis construirá um conhecimento significativo, vivo.

As posições corroboram com o que Bordenave (2005) define como integração do “Triângulo Educativo”, pois se apresenta como processo de aprendizagem resultante da interação entre as ações extensionistas desenvolvidas entre universidade e comunidade. A extensão desenvolvida sob essa ótica não se constitui em ação aleatória, mas que pretende oxigenar, de forma institucionalizada, as ações do ensino e da pesquisa. Assim, a extensão cumpre sua função institucional e educacional (SÍVERES, 2010).

O aspecto de complementaridade da extensão possibilita duas reflexões, a primeira apresenta a extensão como uma salvação para o ensino e a segunda apresenta-a como função indissociável ao ensino e à pesquisa. A idéia de salvação mostra a extensão como uma alternativa a ser usada pelos professores para dar conta do conteúdo que não foi esgotado durante o estudo nos componentes curriculares. Em contraposição, o princípio da indissociabilidade faz-nos reconhecer

que os conhecimentos construídos por meio do ensino e pesquisa sem a extensão, poderão não atingir seu papel e nem mesmo chegar à comunidade em geral.

Segundo Filho (2008), a universidade após a Modernidade voltou-se precipuamente para a construção do conhecimento sobre o mundo e a publicização desse conhecimento. Em função da necessidade de construção e publicização do conhecimento, a extensão seria o meio pelo qual os sujeitos em formação efetivariam o processo de maneira integral.

Outro aspecto que merece atenção é o fato de que a complementaridade da extensão está voltada para as ações de ensino, da sala de aula. Como no próprio PNEU/2001 e marcos regulatórios da UNEB determinam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, não podemos deixar de considerar que no fazer da universidade, essas atividades, podem ser entendidas e desenvolvidas de forma que se complementem de forma orgânica. A complementaridade não consiste, no nosso entendimento, em ações estanques, mas dimensões que de forma orgânica, interajam de maneira a apresentar suas fronteiras e possibilidades de atuação e não barreiras entre cada uma.

Nos documentos evidenciamos que a indissociabilidade é princípio basilar para o exercício das funções da universidade. Conforme o Estatuto da UNEB/2012, “Art. 3º As atividades indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão têm por objetivo, a formação do homem como ser integral e o desenvolvimento sócio-econômico, político, cultural, artístico e literário da região e do país” (p. 3). O princípio foi identificado no mesmo documento quando trata das atividades fins, da extensão e demais atribuições à universidade.

Os alunos sinalizaram contribuições similares às indicadas pelos professores no que se refere à aprendizagem, construção e interação dos conhecimentos, construção da cidadania e formação para o trabalho.

Quadro 09-A: Compreensão declarada dos alunos pesquisados do Campus IX – UNEB – Barreiras, em relação às contribuições da extensão para a formação acadêmica

Alunos	Compreensão declarada
A	É de suma importância, pois é algo a acrescentar na vida acadêmica lembrando que eu posso está em contato com vários outros conhecimentos sem ser dá área mais ao mesmo tempo agregando-o para o entendimento e necessidade de um melhor aprendizado .
B	Possibilita conhecermos novos saberes, juntar e aprofundar teoria e prática, e envolver a comunidade , corpo docentes, estudantes, para melhor aprendizagem e desenvolvimento educacional .
C	A Extensão Universitária é uma oportunidade que a universidade oferece aos acadêmicos e a sociedade para se manterem ativos na construção da cidadania crítica . É interessante nos mantermos em interação com o universo acadêmico em parceria com a comunidade em que vivemos.
D	É de fundamental importância para nossa vida e formação acadêmica, pois além de nos fazer crescer educacionalmente como indivíduos , nos ajudará a inserir na sociedade e no mercado de trabalho .

Fonte: Pesquisa no Campus IX – UNEB – Barreiras/2012.

As contribuições da extensão para a aprendizagem e construção do conhecimento, estão em consonância com o que Morin (2010) propõe enquanto superação da fragmentação do conhecimento para que possa haver uma formação integral do sujeito. A formação integral deve contribuir para uma atuação consciente no pensar, consistente no fazer e crítica no saber-fazer de cada sujeito.

Em relação à interação entre teoria e prática, a posição dos alunos apontou para o reconhecimento desta relação na extensão. Tal posicionamento contribui para a superação das práticas extensionistas desenvolvidas de forma voluntária, sem a devida sistematização, assumindo, portanto, um caráter de desarticulação com o ensino e a pesquisa, como explica Bordenave (2005).

Quadro 09-B: Compreensão declarada dos alunos pesquisados do Campus IX – UNEB – Barreiras, em relação às contribuições da extensão para a formação acadêmica

Alunos	Compreensão declarada
E	Penso que a Extensão Universitária pelo pouco que conheço e um grande aliado para a formação acadêmica e o exercício da profissão porque vem a ajudar a obter conhecimentos a mais, quando e de alguma forma não são oferecidos nas grades curriculares , dando oportunidade assim de se adquirir conhecimento de outras áreas , e de se estar atualizado de alguma forma de um modo geral.
F	Acredito que a extensão me deixou mais madura preparada para o mercado de trabalho , pois a prática faz com que se lide com os imprevistos de melhor maneira.
G	Aprimora os conhecimentos adquiridos no decorrer do curso acadêmico, mostrando como aplicáveis no meio profissional .

Fonte: Pesquisa no Campus IX – UNEB – Barreiras/2012.

O exercício da profissão é algo que causa certa ansiedade e expectativa nos alunos. A extensão é na compreensão declarada desses sujeitos mais um meio pelo qual poderiam praticar as habilidades desenvolvidas no processo formativo na realidade junto às comunidades. Essa posição direciona-se para o que Morin (2010) coloca como necessidade das universidades buscarem uma adaptação consciente em relação às necessidades contemporâneas e dessa forma, as respostas demonstraram que a extensão faz-se necessária no desenvolvimento profissional desses sujeitos.

A preparação para o mercado de trabalho é mais um entendimento que se encontra referenciado pelo Regimento Geral da UNEB/2012, pois quando define a natureza da extensão abordam também, de forma indireta, sua contribuição para o exercício da profissão, para o mercado de trabalho quanto elenca seu papel na “formação do profissional cidadão” (p. 7).

A extensão descrita pelos alunos apresenta caráter auxiliar no processo de construção de conhecimento, pois é interativo, possibilita a relação teoria e prática, contribui para o crescimento profissional e também beneficia a sociedade. Opiniões estas que reafirmam a extensão como prática acadêmica interligada à sociedade, possibilitando uma formação profissional mais significativa que tende à superação das desigualdades sociais (PNEU/2001).

As contribuições apresentadas pelos professores e alunos pesquisados corroboram com as idéias de Rocha (2001), pois ao estruturar um conceito para a extensão destaca seu papel em relação à troca dos saberes popular e científico. Os saberes resultantes dessa interação além de apresentar um caráter interdisciplinar, possibilitam o diálogo entre as áreas do conhecimento²⁸.

Quadro 09-C: Compreensão declarada dos alunos pesquisados do Campus IX – UNEB – Barreiras, em relação às contribuições da extensão para a formação acadêmica

Alunos	Compreensão declarada
H	Acredito ser muito importante, pois, é um instrumento auxiliar de conhecimento e experiência , bem como deve interagir a relação entre o meio acadêmico e a comunidade .
I	É de fundamental importância a extensão para a formação acadêmica em todas as áreas, no curso de Engenharia Agrônoma é inevitável, pois a prática e a relação com os agricultores possivelmente será uma área de atuação .
J	A Extensão Universitária é muito importante na vida do acadêmico, trás crescimento profissional e pessoal , pela experiência da prática, quer dizer uni a prática com a teoria . Sem contar com o benefício que a sociedade tem com esses projetos, é a universidade interagindo com a comunidade .

Fonte: Pesquisa no Campus IX – UNEB – Barreiras/2012.

Mesmo reconhecendo as contribuições da extensão para a formação acadêmica, os sujeitos registraram as maiores dificuldades em participar da extensão no Campus IX – UNEB – Barreiras. As opções referentes às dificuldades vivenciadas foram elaboradas e dispostas de forma diferente nos questionários, por estarem relacionadas às atribuições de cada sujeito –professores e alunos.

²⁸ Essa interdisciplinaridade não constitui nesse trabalho um conceito que remete à mistura de todos os saberes e muito menos a necessidade de todos saberem tudo. Apoiamo-nos nas idéias de Fazenda (1994, 1998, 2002) de que a interdisciplinaridade é muito mais uma questão de postura, atitude diante da construção do conhecimento do que da necessidade de saber tudo de tudo. Todos os sujeitos dotados dos saberes de sua área de atuação estabelecerão uma relação dialógica do conhecimento, que na visão de Morin (2006) apresenta-se como resultante de processo transdisciplinar, considerado como holográfico, dialógico e recursivo.

Tabela 07: Dificuldades apontadas pelos alunos pesquisados do Campus IX – UNEB – Barreiras em relação à participação na extensão

Dificuldades	Alunos
Falta de divulgação das ações aos alunos.	34%
Incompatibilidade entre os horários de realização das ações e das aulas.	19%
Incompatibilidade entre meus horários de estudo e trabalho e as ações desenvolvidas.	35%
Incompatibilidade entre as ações desenvolvidas e a minha formação.	6%
Outro.	3%
Não responderam.	3%

Fonte: Pesquisa no Campus IX – UNEB – Barreiras/2012.

Quanto à participação, os alunos indicaram como principais dificuldades a ausência de: i) informação/divulgação; ii) incompatibilidade entre os horários que as ações são desenvolvidas e os horários das aulas e de trabalho e iii) incompatibilidade entre as ações desenvolvidas e a área de formação e atuação profissional.

Os aspectos sinalizados pelos alunos encorpam as compreensões declaradas anteriormente em relação à falta de participação em algumas ações, por não terem conhecimento destas. Outro aspecto importante é que nesse processo os alunos também declararam não haver compatibilidade entre os horários de estudo, trabalho e as ações desenvolvidas. Se a Universidade pretende cumprir o seu papel de forma a promover o ensino, a pesquisa e a extensão, são necessárias possibilidades diversas para que esses alunos também vivenciem a extensão no seu processo formativo.

Ao passo que for havendo compatibilidade entre os horários de aula, trabalho e extensão, é imprescindível que as ações também façam parte da área de formação dos alunos, pois ampliaria o olhar, a interação e o diálogo com uma realidade social, profissional e dinâmica que os alunos estarão inseridos logo que terminem esse ciclo de formação.

Quando questionados a respeito das dificuldades encontradas no desenvolvimento da extensão na instituição, os professores pesquisados posicionaram-se a esse respeito declarando que é necessária uma coordenação mais efetiva para a extensão, divulgação e orientações mais efetiva aos professores e alunos, planejamento, acompanhamento e avaliação do processo, contratação de funcionários para os fins específicos da extensão e melhor qualificação dos sujeitos que estão envolvidos nas ações extensionistas. Assim, evidenciamos as contribuições significativas e percebemos que estas não abordam apenas uma dimensão da formação, constitui espaço de aprendizagem e ao mesmo tempo, possibilita troca e construção de saberes, interação com a sociedade e transformação da sociedade e dos próprios sujeitos em processo de formação.

A análise permitiu evidenciar as contribuições da extensão para formação acadêmica, sua abordagem em mais dimensões da formação, constituição de espaço de aprendizagem e ao mesmo tempo, meio que possibilita a troca e a construção de saberes, interação com a sociedade e transformação da sociedade e dos próprios sujeitos envolvidos das ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história ensina, como mestra da vida, que há progressos na humanidade, progressos técnicos e humanos. Estar alheio à abertura, em cada momento da história, é negar o próprio conhecimento.

Hamilton Werneck

O início do estudo da Extensão Universitária coincidiu com o início de minha trajetória acadêmica, primeiro como aluna e posteriormente como docente da Educação superior. Como o ensino é função primeira da Universidade, a pesquisa destina-se aos mestres e doutores enquanto a extensão fica relegada aos especialistas. Dessa forma, a extensão universitária, tratada como “o patinho feio”, “a prima pobre do ensino e da pesquisa”, como uma atividade a ser desenvolvida pelos professores “menos qualificados”, passou a constituir um foco de minha curiosidade e inquietações pessoais, acadêmicas e profissionais.

As inquietações geradas pelo envolvimento nas ações extensionistas, deram origem a reflexões sobre a extensão, sua natureza, formas de efetivação na prática e as contribuições para a formação acadêmica. Assim ocorreu a necessidade de ampliação dos conhecimentos sobre essa questão, para que em momentos posteriores tivesse condição de construir, no exercício da docência na Educação Superior, ações mais coerentes com o que propõe a Universidade.

A Universidade do Estado da Bahia – UNEB é uma instituição que está presente em regiões estratégicas do Estado e por desenvolver um trabalho de ensino, pesquisa e extensão em todos os *Campi*/Departamentos que compõem a instituição, possui a responsabilidade de contribuir com a “formação profissional do cidadão”, como bem define o Estatuto/2012 e o Regimento Gera/2012.

Em função da necessidade de estudos mais sistematizados, definimos como problema de pesquisa: “Como ocorre o funcionamento da Extensão Universitária no Departamento de Ciências Humanas, Campus IX da Universidade do Estado da

Bahia – UNEB – Barreiras/BA?”. Esse problema deu origem a questionamentos que contribuíram com os estudos mais aprofundados e focalizados na questão. Assim, iniciamos o estudo teórico a partir da evolução histórica da universidade no mundo e no Brasil e posteriormente estudamos a evolução histórica da Extensão Universitária no mundo e no Brasil.

Em função das inquietações e necessidade de estudo, definimos como objetivo geral: “Compreender o funcionamento da Extensão Universitária no Departamento de Ciências Humanas, Campus IX da Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Barreiras/BA”.

Para que esse objetivo pudesse ser alcançado elaboramos os objetivos específicos: i) analisar, nos documentos, entrevista e questionários, os conceitos, natureza e aspectos complementares que se referem à extensão no Campus IX da UNEB – Barreiras/BA; ii) descrever o funcionamento da extensão no Campus IX da UNEB – Barreiras/BA; e, iii) identificar as contribuições da extensão para a formação acadêmica segundo a ótica do Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Extensão – NUPE do referido departamento, dos professores e alunos.

A pesquisa foi de abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso e contou com etapas e fases que foram construídas e ajustadas durante o processo de investigação. O Estudo de caso compreendeu, preliminarmente, o estudo bibliográfico da literatura e posteriormente a análise documental e a investigação *in loco*.

O estudo bibliográfico permitiu a construção mais sistematizada sobre o objeto, pois a partir desse, elaboramos um referencial teórico que retratou o(s) conceito(s), características, funcionamento e contribuições da extensão para a formação acadêmica.

O conceito adotado nesse trabalho foi o estabelecido pelo PNEU/2001, mas analisamos a literatura para evidenciar a diversidade conceitual e das práticas que são desenvolvidas nas IES brasileiras. Durante a análise percebemos que apesar da diversidade conceitual, houve na trajetória da extensão universitária, tentativas que buscaram a promoção de uma unidade em todo o território nacional que pudesse

contemplar as ações nas IES brasileiras. Essa não foi e não é tarefa fácil dada a extensão territorial e diversidade institucional, mas constituiu um processo significativo de luta em prol da institucionalização da extensão ao lado do ensino e da pesquisa.

Após o estudo teórico, realizamos o planejamento da pesquisa que foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da UNEB (CEP-UNEB). A submissão da proposta de pesquisa ao comitê ocorreu após exame de qualificação. No processo, apresentamos o projeto, parte do referencial teórico construído com os estudos exploratórios e os instrumentos de coleta de dados que foram aplicados no início do presente ano.

A submissão do projeto ao comitê constituiu em um momento muito significativo para mim e para o próprio Campus IX, pois foi o primeiro projeto a ser submetido ao CEP-UNEB no referido departamento.

Enquanto o CEP-UNEB analisava o projeto, realizamos a análise documental. Os documentos que serviram de fonte para essa análise foram o Estatuto da UNEB/2012, o Regimento Geral da UNEB/2012, O Plano de Metas/2010, o Plano Estratégico/2007, o Plano Plurianual/2008, a Política de Extensão da UNEB/2011 e o Relatório da Gestão do Departamento de Ciências Humanas – Campus IX – Barreiras – 2005-2010, publicado no ano de 2011.

Realizada a análise documental, aplicados os questionários, e de posse dos dados, procedemos à organização, categorização e análise. A etapa de análise dos dados consistiu em uma tessitura construída e reconstruída de forma dinâmica, pois procuramos não perder de vista o objetivo da pesquisa.

Ao final da análise dos dados pudemos pontuar algumas questões, que são reflexivas, (in)conclusivas, mas não constituem generalizações ou questões fechadas. As questões foram estruturadas em três blocos, favorecendo a visualização dos resultados e das conclusões.

Por meio da análise dos dados foi possível inferir que:

i) havia a correspondência entre o referencial teórico, o conteúdo dos documentos e respostas dos questionários na medida em que possibilitaram a compreensão do conceito e características da extensão. No referencial teórico delimitamos o conceito de extensão norteador do trabalho, mas apresentamos também os demais conceitos construídos pelos autores. Ao analisar os conceitos da extensão no referencial teórico, nos documentos e nas respostas registradas nos questionários, identificamos os diversos entendimentos. Os conceitos identificados estavam voltados para a extensão como processo educativo, mas que por estar em articulação com o ensino e a pesquisa, possibilita também a construção dialógica do conhecimento, a interação entre universidade e comunidade e a socialização científica e cultural dos conhecimentos construídos na academia. Os documentos indicaram para uma autonomia acadêmica em relação ao desenvolvimento da extensão. O reconhecimento da importância e do papel da extensão foi identificado em todos os registros e estes apresentaram reconhecimento institucional da extensão quando garantem formalmente uma estrutura administrativa, pedagógica e financeira. O PNEU/2001 e a Política de Extensão da UNEB/2011, apresentaram consonância em relação ao conceito adotado, definição e explicação da natureza das ações, estabelecimento de áreas e eixos, acompanhamento, incentivo e promoção da extensão, além de avaliação a extensão e comunicar os resultados. O nível de conhecimento da Política de Extensão dos professores e alunos ainda não se constitui como totalidade. Mesmo havendo limitação em relação à comunicação das informações e tempo para participarem das ações extensionistas, tanto professores quanto alunos esclareceram que poderiam envolver-se mais. Mesmo reconhecendo a importância da extensão, evidenciamos algumas dificuldades elencadas pelos alunos referentes à participação. Quanto às parcerias entre Estado e Universidade, os professores indicaram que são válidas à medida que não interfiram na autonomia da universidade. Verificamos que mesmo não havendo unidade, as posições assumidas indicaram conhecimento da questão, participação e dificuldades encontradas no decorrer do processo.

ii) A análise da estrutura e funcionamento da extensão indicou por meio dos documentos, que há estrutura administrativa e instâncias destinadas especificamente à extensão. Órgãos e instâncias são previstos, mas ao aplicar os questionários, os professores indicaram que não há planejamento efetivo, financiamento e mesmo diálogo sobre a questão que possa trazer maiores esclarecimentos. A natureza e competência de cada órgão estão definidas nos documentos institucionais. O processo de planejamento e avaliação são previstos, mas não são efetivados da forma como o estabelecido nos marcos regulatórios. Concluímos que, mesmo estando garantida por meio dos documentos, a estrutura necessária ao funcionamento da extensão, esta ainda não se efetiva de maneira eficaz no Campus IX – UNEB – Barreiras, pois há necessidade de maior conhecimento sobre a questão, sobre os marcos regulatórios que definem as diretrizes e orientam o processo extensionista e sobre os limites e possibilidades de efetivação prática da extensão na universidade.

iii) As contribuições da extensão para a formação acadêmica são reconhecidas pelos professores e alunos, e compreendem o processo educativo, interação com a sociedade, instrumento transformador, possibilidade de estabelecer teoria e prática, preparação para o mercado de trabalho e formação profissional do cidadão. A análise das opiniões sobre as contribuições também abrangeram a construção do conhecimento de maneira interdisciplinar, envolvimento com a comunidade, aprendizagem significativa e possibilidade de aplicação práticas dos conhecimentos teóricos, construídos por meio do ensino e da pesquisa. O reconhecimento das contribuições da extensão para a formação acadêmica contribuiu para o fortalecimento da questão, mas evidenciamos que ainda é necessário informação, estudo e diálogo para que o trabalho seja melhor desenvolvido no Campus IX – UNEB – Barreiras.

Ao refletirmos sobre as questões pontuadas, foi possível inferir que mesmo havendo informações disponíveis, essas precisam ser mais bem divulgadas. É necessário que a divulgação consiga fomentar discussões e

reflexões sobre a extensão de forma a permitir ajustes, avaliação e recondução do processo. Reconhecer a extensão formalmente é imprescindível, mas é também necessário garantir que seu papel seja desempenhado de forma consistente e significativa.

As possíveis mudanças são decorrentes de estudos, pesquisas, análises da realidade, mas a efetiva mudança do paradigma conceitual extensionista só ocorrerá por meio da mudança cultural. A compreensão, o envolvimento, a participação e a postura com a qual nos dispomos a desenvolver a extensão na Universidade e na sociedade são condições primordiais para que ela realmente cumpra o seu papel. A discussão, a luta e a institucionalização são resultados que deverão ser viabilizados na prática por meio dos sujeitos conscientes de sua aprendizagem, formação e autonomia.

Ao destacarmos essas questões, acreditamos que esse estudo poderá contribuir com reflexões futuras e intervenções no local da pesquisa. Mesmo reconhecendo as contribuições dessa pesquisa, deixamos claro que não foram esgotadas as possibilidades de estudo. Em momento posterior acreditamos ser fundamental aprofundar as questões referentes às Políticas Extensionistas das Instituições públicas e privadas, às monitorias, aos impactos da extensão na comunidade e às transformações sociais resultantes dos trabalhos promovidos por meio da extensão.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli. Estudo de Caso: seu potencial na educação. Cad. Pesq., (49), maio 1984.

BELL, Judith. Projeto de Pesquisa. **Guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais**. 4ªed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BOAVENTURA, Edivaldo Machado. **A construção da Universidade Baiana**. Salvador: EDUFBA, 2009.

_____. **Universidade e Multiversidade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.

BORDENAVE, Juan Díaz. **A Formação Universitária Exige Integração e Equilíbrio nos Componentes do Triângulo Educativo**. In: ROLLEMBERG, Marcello (Org.) **Universidade: Formação e Transformação**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

BOTOMÉ, Silvio Paulo. **Pesquisa Alienada e Ensino Alienante. O equívoco da extensão universitária**. Petrópolis, RJ: Vozes 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil/1988**. 17. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

BRASIL. Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. Plano Nacional de Extensão Universitária. Brasília, 2001.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio e SAMPAIO, Helena (Org.) **Extensão Universitária. Ação Comunitária em Universidades Brasileiras**. São Paulo: Olho D'Água, 2002.

_____. Adolfo Ignacio.(Coordenador) **Educação Superior. Construindo a extensão universitária nas IES particulares**. São Paulo: Xamã, 2007.

CARNEIRO, Moaci Alves. **Extensão Universitária: versões e perversões**. São Paulo: Presença Edições, 1985.

CERVO, Amado L., BERVIAN, Pedro A. e DA SILVA, Roberto. **Metodologia Científica**. 6ªed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHAUÍ, Marilena. A Universidade Pública sob nova perspectiva. Revista Brasileira de Educação in.: www.scielo.br, 2003, acesso em dezembro de 2011.

CORTELA, Mário Sérgio. **Qual a sua obra? Inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética**. 8ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Conselho Nacional de Educação e a Gestão Democrática**. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Gestão Democrática da Educação. Desafios contemporâneos**. 8ªed. Petrópolis, RJ: VOZES, 2008.

ECO, Umberto. **Como se Faz Uma Tese**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Rer Paulo Freire à luz da autonomia na interdisciplinaridade**. In: LINHARES, Célia e TRINDADE, Maria Nazaret (Orgs.) **Compartilhando o Mundo com Paulo Freire**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

_____. **Interdisciplinaridade: um projeto em parceria**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

_____. **Didática e Interdisciplinaridade**. 13ªed. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

_____. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 13ªed. . Campinas, SP: Papyrus, 1994.

FILHO, Naomar de Almeida. **Universidade Nova: Textos Críticos e esperançosos**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; Salvador EDUFBA, 2007.

_____. **A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova**. Coimbra: Edições Almedina, 2008.

FRANTZ, Walter e SILVA, Enio Waldir da. **As Funções Sociais da Universidade. O Papel da Extensão e a Questão das Comunitárias**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 40ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GHIRALDELLI Jr., Paulo. **História da Educação Brasileira**. 2ªed. São Paulo: Cortez, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GUIMARÃES, Ana Maria de Mattos. **Extensão Universitária como reconfiguração de saberes**. In: LEITE, Denise B.C. e MOROSINI, Marília. **Universidade Futurante. Produção do Ensino e Inovação**. Campinas – SP: Papyrus, 1997.

JANTSCH, Ari Paulo e BIANCHETTI, Lucídio. (Org.) **Interdisciplinaridade. Para além da Filosofia do sujeito**. 8ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

KHUN. T. **A Estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2010.

LUCKESI, Cipriano, BARRETO, Elói, COSMA, José e BAPTISTA, Naidison. **Fazer Universidade: uma Proposta Metodológica**. 16. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARCONI, Maria de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 7º Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MACEDO, Arthur R., TREVISAN, Lígia M. V., TREVISAN, Péricles, MACEDO, Caio S. **Educação Superior no Século XXI e a Reforma Universitária Brasileira**. Ensaio: aval. Pol. Públ. Educ. Rio de Janeiro, v. 13, 2005.

MANACORDA, Mário Alighiero. **História da Educação da Antiguidade aos nossos dias**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 1996.

MAZZILLI, Sueli. **Ensino, Pesquisa e Extensão: reconfiguração da universidade brasileira em tempos de democratização do Estado**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. V. 27, n. 2, p. 205-221. maio/agosto, 2011.

MELO, Sylvia Leser. **A Universidade e o Futuro. Um caminho para Pensar a Formação de Jovens**. In: ROLLEMBERG, Marcello (Org.) **Universidade: Formação e Transformação**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

MELO NETO, José Francisco. **Extensão Universitária: bases ontológicas**. João Pessoa: Editora Universitária, 2005.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MICHELOTTO, Regina Maria. **A democratização na história da Universidade**. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto. (Org.) **A Gestão da Educação na sociedade municipalizada. Por uma nova cidadania**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MINAYO, Maria Cecília. **Avaliação por triangulação de métodos. Abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

MORIN, Edgar, CIURANA, Emílio-Roger e MOTTA, Raúl Domingo. **Educar na era planetária. O pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **A cabeça bem-feita. Repensar a reforma, reformar o pensamento**. 18ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. **Os sete saberes necessários à Educação do Futuro**. 4. Ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

MOROSINI, Marília Costa. **O Ensino Superior no Brasil**. In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Camara (Org.) **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Vol. III – Século XX. Petrópolis, Vozes, 2005.

NETO, João Clemente de Souza e ATIK, Maria Luiza Guarnieri. **Extensão Universitária: Construção de Solidariedade**. São Paulo: Expressão & Arte, 2005.

Centro de Cultura e Extensão, um território de construção do conhecimento e da solidariedade. In: NETO, João Clemente de Souza e ATIK, Maria Luiza Guarnieri. *Extensão Universitária: Construção de Solidariedade*. São Paulo: Expressão e Arte, 2005.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Extensão Universitária no Brasil: uma revisão conceitual**. In: FARIA, Dóris Santos. *Construção Conceitual da Extensão Univeritária na América Latina*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

Políticas de Extensão Universitária Brasileira. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Educação e Planejamento: a escola como núcleo gestor**. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade. *Gestão Democrática da Educação. Desafios contemporâneos*. 8ªed. Petrópolis, RJ: VOZES, 2008.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer Pesquisa Qualitativa**. Petrópolis, RJ: VOZES, 2007.

PENIN, Sonia Teresinha de Sousa. **Universidade e Formação de Profissionais**. In: ROLLEMBERG, Marcello (Org.) **Universidade: Formação e Transformação**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

PONCE, Aníbal. **Educação e Luta de Classes**. 16ªed. São Paulo: Cortez, 1998.

POZZOBON, Maria Elizete e BUSATO, Maria Assunta (Org.) **Extensão Universitária: Reflexão e ação**. Chapecó: Argos, 2009.

RENEX. Rede de Extensão Universitária. www.renex.org.br

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira. A organização escolar**. 19ªed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

RIBEIRO, Renato Janine. **Preparar os alunos para as Transformações do Mundo**. In: ROLLEMBERG, Marcello (org.) *Universidade. Formação e Transformação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

ROCHA, José Cláudio. **A reinvenção solidária e participativa da universidade. Um estudo sobre redes de extensão universitária no Brasil**. Salvador: EDUNEB, 2008.

ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. **A construção do conceito de extensão universitária na América Latina**. In: FARIA, Dóris Santos de (Org.) **Construção conceitual da Extensão Universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

SAMPAIO, Jorge Hamilton. **Extensão Universitária como um dos sentidos necessários para a articulação da indissociabilidade na construção do currículo**. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro e NAVES, Marisa Lomônaco de Paula.

(Org.) **Currículo e Avaliação na Educação Superior**. Araraquara: Junqueira e Marin, 2005.

SAMPAIO, Jorge Hamilton e FREITAS, Marta Helena de. **A Indissociabilidade ente Ensino, Pesquisa e Extensão – És tu a Universidade que estava por vir ou esperamos por outra?**. In: FREITAS, Lêda Gonçalves, MARIZ, Ricardo Spindola e FILHO, José Leão da Cunha. **Educação Superior: princípios, finalidades e formação continuada de professores**. Brasília: Universa: Líber Livro, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice. O social e o político na Pós-Modernidade**. 8ªed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____ **A Universidade no Século XXI. Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa e FILHO, Naomar de Almeida. **Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova**. Coimbra: Edições Almedina, 2008.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. Metodologia Científica. **A construção do conhecimento**. 7ªed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. **Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire**. BRASIL: INEP, 2007.

SERRANO, Rosana Maria Souto Maior. **Conceitos de Extensão Universitária: um diálogo com Paulo Freire**. In: www.scieloBrasil.br consulta em 20 de setembro de 2009.

SILVA, Alberto Carvalho da, FAGNANI, Eduardo, SOBRAL, Fernanda, NETO, Ivan Rocha e VELLOSO, Jacques (Org.) **Universidade Pública. Política, Desempenho, Perspectiva**. Campinas, SP: Papyrus, 1991.

SILVERMAN, David. **Interpretação de Dados Qualitativos. Métodos para Análise de Entrevistas, Textos e Interações**. 3ªed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **Tendências do Ensino Superior diante da atual reestruturação do processo produtivo no Brasil**. In: CATANI, Afrânio Mendes (Org.) **Universidade na América Latina: Tendências e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 1996.

SILVA Jr. João dos Reis e SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces da Educação superior no Brasil. Reforma do Estado e mudanças na produção**. 2ªed. São Paulo: Cortez; Bragança Paulista, SP: USF-IFAN, 2001.

SILVA, Maria Abádia e SILVA, Ronalda Barreto. **A idéia de universidade**. Brasília: Líber Livro Editora, 2006.

SÍVERES, Luiz. **A extensão como um processo aprendente**. in: FREITAS, Lêda Gonçalves, MARIZ, Ricardo Spindola e FILHO, José Leão da Cunha. (Org.) **Educação Superior: princípios, finalidades e formação continuada de professores**. Brasília: Universa: Líber Livro, 2010.

SOUSA, Ana Luiza Lima. **Concepção de Extensão Universitária: ainda precisamos de falar sobre isso?** In:FARIA, Dóris Santos. **Construção Conceitual da Extensão Univeritária na América Latina.** Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

SOUSA, Ana Luiza Lima. **A História da Extensão Universitária.** Campinas – SP: Editora Alínea, 2000.

TAVARES, Maria das Graças Medeiros. **Os múltiplos Conceitos de Extensão.** In: FARIA, Dóris Santos. **Construção Conceitual da Extensão Univeritária na América Latina.** Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

UNEB. **ESTATUTO.** SALVADOR, 2012.

UNEB. **Regimento Geral.** Salvador, 2012.

UNEB. **Plano de Metas.** Salvador, 2010.

UNEB. **Plano Estratégico.** Salvador, 2007.

UNEB. **Plano Plurianual.** Salvador, 2007.

UNEB. **Política de Extensão.** Salvador, 2011.

UNEB. Relatório da Gestão do Departamento de Ciências humanas – Campus IX – UNEB. Barreiras, 2011.

VIEIRA, Sônia. **Como escrever uma Tese.** 6ªed. São Paulo: Atlas, 2008.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **O que é Universidade.** São Paulo: Brasiliense, 2003.

WERNWCK, Hamilton. **Ousadia de Pensar.** 4ªed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

ANEXO - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – UNEB



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)
AUTORIZAÇÃO DECRETO Nº 92937/86 – RECONECIMENTO: PORTARIA Nº 909/95, DOU 01.08.95
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA EM SERES HUMANOS

PROCESSO NUMERO	0603110187404
------------------------	---------------

TÍTULO DO PROJETO	A EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA: UM ESTUDO ACERCA DOS MARCOS REGULATÓRIOS
RESPONSÁVEL	CHRISTIANE ANDRADE REGIS TAVARES

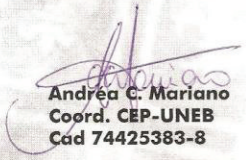
PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O presente projeto tem como objetivo descrever o funcionamento da Extensão Universitária no âmbito da Universidade do Estado da Bahia, a partir dos marcos regulatórios (documentos oficiais que traduzem os princípios e conduzem e regulamentam as ações). Metodologicamente caracteriza-se por uma abordagem qualitativa do tipo documental. A amostra será constituída de 431 sujeitos distribuídos da seguinte forma: 1 coordenador do NUPE, 30 docentes e 400 alunos de graduação. O dispositivo adotado pela pesquisa para levantamento de dados será o questionário semi estruturado.

PARECER FINAL

Informamos, após a análise com vista à resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, Ministério da Saúde do Brasil, de 10 de outubro de 1996 que o protocolo de pesquisa **A EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA: UM ESTUDO ACERCA DOS MARCOS REGULATÓRIOS** atende as exigências constantes na Resolução CNS n.º 196/96, e encontra-se **APROVADO** para a execução.

Salvador, 25 de janeiro de 2011.


André C. Mariano
Coord. CEP-UNEB
Cád 74425383-8

Rua Silveira Martins nº 2555 Cabula Salvador Bahia - Brasil - CEP 41.150-000
Tel. (71) 3117-2445 e-mail para contato: cepuneb@uneb.br

APÊNDICE I

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Titulo da pesquisa:

“A EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA: UM ESTUDO ACERCA DOS MARCOS REGULATÓRIOS”.

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo (a) a participar da pesquisa **“A Extensão na Universidade do Estado da Bahia: um estudo acerca dos marcos regulatórios”**, realizada na **“Universidade do Estado da Bahia – Campus IX”**. O objetivo da pesquisa é “descrever o funcionamento da Extensão Universitária no âmbito da Universidade do Estado da Bahia, a partir dos marcos regulatórios (documentos oficiais que traduzem os princípios e conduzem e regulam as ações)”, “identificar princípios, natureza e aspectos referentes à extensão na UNEB e “caracterizar a extensão na UNEB através de documentos (Regimento, regulamento, resoluções etc.) que regulamentam funções e atuação dos atores (Gestão, professores, alunos e membros da comunidade)”. A sua participação é muito importante e ela se daria da seguinte forma: responder ao questionário anexo que contém perguntas referentes à Extensão Universitária no Campus IX. Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar. Informamos ainda que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade.

Os benefícios esperados são de forma direta o conhecimento acerca da extensão universitária no âmbito da UNEB e de forma indireta criar a possibilidade de aprimoramento das ações extensionistas de forma que possamos intensificá-las na instituição. A presente investigação não apresenta riscos aos participantes,

conforme parecer nº 0603110187404 do CEP/UNEB, pois não é necessários identificação nos questionários para a garantia de sigilo e confidencialidade de todos que participarem.

Informamos que o(a) senhor(a) não pagará nem será remunerado por sua participação. Garantimos, no entanto, que não faremos uso indevido das informações dispostas no questionário e caso não haja cumprimento no uso adequado dos dados, procederemos à reparação através de nota pública. Caso você tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos pode nos contactar Christiane Andrade Regis Tavares, residente à rua principal, n. 389, CEP.: 47.800-000, Barreiras-Ba, no telefone (77) 9993-8887, ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade do Estado da Bahia. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você.

Barreiras, _____ de _____ de 2012.

Christiane Andrade Regis Tavares

Pesquisador Responsável

Aceite de Participação Voluntária

Eu, _____
(nome legível), declaro que fui informado dos objetivos da pesquisa acima, e concordo em participar voluntariamente da mesma. Sei que a qualquer momento posso revogar este Aceite e desistir de minha participação, sem a necessidade de prestar qualquer informação adicional. Declaro, também, que não recebi ou receberei qualquer tipo de pagamento por esta participação voluntária.

Pesquisador

Voluntário

APÊNDICE II

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR – UCSAL
MESTRADO EM POLÍTICAS SOCIAIS E CIDADANIA
PROFESSORA ORIENTADORA: Katia Siqueira de Freitas
MESTRANDA: Christiane Andrade Regis Tavares

Senhora Gerente de Extensão,

Esse instrumento de pesquisa objetiva contribuir para a investigação acerca da “Extensão Universitária no âmbito da Universidade do Estado da Bahia”. A investigação tem como foco analisar descritivamente o processo extensionista na instituição para posterior análise do processo extensionista no campus IX – Barreiras. Assim, seu entendimento e experiência irão contribuir com as análises a que nos propomos a realizar.

Obrigada pela colaboração!

ROTEIRO DA ENTREVISTA – GERENTE GEEEX

01) Idade: _____

02) Sexo: () Masculino () Feminino

03) Município que reside: _____

04) Formação:

a) Graduação: _____

b) Pós-Graduação: _____

c) Mestrado: _____

d) Doutorado: _____

05) Quando iniciou sua atuação junto à PROEX?

06) Ao assumir a função, houve alguma preparação acerca dos procedimentos específicos referentes à extensão universitária no âmbito da UNEB?

07) Antes de assumir a GEEX já havia desenvolvido alguma ação extensionista? Qual?

08) O que você entende por Extensão Universitária?

09) Qual a importância da Extensão Universitária na formação dos acadêmicos e no exercício da profissão?

10) Qual seu posicionamento em relação aos projetos e programas do Estado desenvolvidos em parceria com a UNEB, a exemplo do TOPA, do PROJOVEM e do PRONERA, dentre outros?

11) Quais as maiores dificuldades em desenvolver as ações extensionistas no âmbito da UNEB?

12) Das ações desenvolvidas, qual(is) você considera mais importante(s) para estreitar os laços com a comunidade? Justifique sua resposta.

13) O Plano Nacional de Extensão das Universidades Públicas dá diretrizes que contribuem de forma significativa para a realização da extensão nas universidades. De que maneira esse plano é implementado no âmbito da UNEB?

14) Como membro do corpo gestor da Pró-Reitoria de Extensão, o que você considera como aspectos relevantes a serem mencionados acerca dos trabalhos de extensão desenvolvidos na UNEB?

- 15) De que forma ocorre o planejamento das ações extensionistas no âmbito da UNEB?
- 16) Qual a relação entre o planejamento desenvolvido pela PROEX e o Planejamento Estratégico elaborado pela UNEB?
- 17) De que forma ocorre o registro, o controle e a avaliação das ações extensionistas?
- 18) De que forma são divulgadas as ações extensionistas na comunidade interna e externa?
- 19) De que forma são armazenados e catalogados os dados resultantes dos trabalhos desenvolvidos?
- 20) Sabemos que a partir da Rede de Gestão Departamental está se consolidando outra forma de gestão nos Departamentos que fazem parte desse processo em rede. De que maneira a extensão está sendo conduzida frente a essa nova forma de gestão?
- 21) Que outras informações você registraria como importantes para o desenvolvimento e a consolidação da Extensão Universitária na UNEB?

APÊNDICE III

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR – UCSAL
MESTRADO EM POLÍTICAS SOCIAIS E CIDADANIA
PROFESSORA ORIENTADORA: Katia Siqueira de Freitas
MESTRANDA: Christiane Andrade Regis Tavares

Senhor Coordenador do NUPE,

Esse instrumento de pesquisa objetiva contribuir para a investigação acerca da “Extensão Universitária no âmbito da Universidade do Estado da Bahia”. A investigação tem como foco analisar descritivamente o processo extensionista na instituição para posterior análise do processo extensionista no campus IX – Barreiras. Assim, seu entendimento e experiência irão contribuir com as análises a que nos propomos a realizar.

Obrigada pela colaboração!

QUESTIONÁRIO – Coordenador do NUPE

01) Idade: _____

02) Sexo: () Masculino () Feminino

03) Município que reside: _____

04) Formação:

e) Graduação: _____

f) Pós-Graduação: _____

g) Mestrado: _____

h) Doutorado: _____

05) Quando iniciou sua atuação junto à Coordenação do NUPE?

06) Ao assumir a função, houve alguma preparação acerca dos procedimentos específicos referentes à extensão universitária no âmbito da UNEB?

07) Antes de assumir a Coordenação do NUPE já havia desenvolvido alguma ação extensionista? Qual?

08) O que você entende por Extensão Universitária?

09) Qual a importância da Extensão Universitária na formação dos acadêmicos e no exercício da profissão desses acadêmicos após conclusão do curso de graduação?

10) Qual seu posicionamento em relação aos projetos e programas desenvolvidos em parceria entre Estado e UNEB, a exemplo do TOPA, do PROJOVEM e do PRONERA, dentre outros?

11) Quais as maiores dificuldades em desenvolver as ações extensionistas no âmbito da UNEB?

12) Das ações desenvolvidas, qual(is) você considera mais importante(s) para estreitar os laços com a comunidade? Justifique sua resposta.

13) O Plano Nacional de Extensão das Universidades Públicas dá diretrizes que contribuem de forma significativa para a realização da extensão nas universidades. De que maneira esse plano é implementado no âmbito da UNEB?

14) Recentemente a Política de Extensão foi reestruturada e divulgada no Campus, o que você pontua como avanço e o que você considera que ainda precisa ser revisto no documento para que possamos efetivar a política extensionista de forma mais coerente no Campus IX?

15) Como membro do corpo gestor do Departamento – Campus IX, o que você considera como aspectos relevantes a serem mencionados acerca dos trabalhos de extensão desenvolvidos na UNEB?

16) De que forma ocorre o planejamento das ações extensionistas no âmbito da UNEB-Campus IX?

17) Qual a relação entre o planejamento desenvolvido pela PROEX, o Planejamento Estratégico elaborado pela UNEB e o planejamento das ações desenvolvidas no Campus IX?

18) De que forma ocorre o registro, o controle e a avaliação das ações extensionistas no NUPE?

19) De que forma são divulgadas as ações extensionistas na comunidade interna e externa?

20) De que forma são armazenados e catalogados os dados resultantes dos trabalhos desenvolvidos?

21) Sabemos que a partir da Rede de Gestão Departamental está se consolidando outra forma de gestão nos Departamentos que fazem parte desse processo em rede. De que maneira a extensão está sendo conduzida frente a essa nova forma de gestão?

22) Que outras informações você registraria como importantes para o desenvolvimento e a consolidação da Extensão Universitária na UNEB–Campus IX?

APÊNDICE IV

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR – UCSAL
MESTRADO EM POLÍTICAS SOCIAIS E CIDADANIA
PROFESSORA ORIENTADORA: Katia Siqueira de Freitas
MESTRANDA: Christiane Andrade Regis Tavares

CAROS PROFESSORES,

A Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Departamento de Ciências Humanas – DCH, Campus IX, foi escolhido como *lócus* para a realização de minha pesquisa de campo do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador. A pesquisa realizada sob orientação da Prof^ª. Dra. Katia Siqueira de Freitas tem como foco a “**Extensão Universitária**” e propõe como objetivo compreender o funcionamento da Extensão na Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Campus IX.

Assim, solicito a sua colaboração para o preenchimento desse questionário, que constitui um dos instrumentos que possibilitará uma melhor investigação acerca do objeto de estudo aqui delimitado.

Obrigada pela colaboração.

Christiane Andrade Regis Tavares

Pesquisadora

I – Orientações para preenchimento:

- a) Não escreva seu nome no questionário;
- b) Use de toda a sinceridade ao responder às perguntas;
- c) Faça um X na resposta que você escolher;
- d) Caso a pergunta não corresponda à sua situação ou opinião, deixe-a em branco.

II – Dados pessoais:

01) Sexo:

() Feminino () Masculino

02) Idade:

() 22 à 26 anos () 27 à 31 anos () 32 à 36 anos
() 37 à 41 anos () 42 à 46 anos () 47 à 51 anos
() Acima de 51 anos

03) Curso(s) que atua:

() Pedagogia () Letras () Ciências Contábeis
() Engenharia Agrônômica () Ciências Biológicas () Matemática

04) **Ano de ingresso na instituição:** _____

05) Turno(s) de atuação:

() Matutino () Vespertino () Noturno

III – Caderno de perguntas:

06) Você conhece as atividades de extensão que foram, ou estão sendo desenvolvidas na UNEB?

- Sim Não
 Apenas algumas atividades.

07) De que forma você fica sabendo das ações de extensão desenvolvidas pelos demais colegas?

- Mural da instituição
 Site institucional da UNEB
 Blog do CAMPUS IX - NUPE
 Panfletos e cartazes afixados nos corredores da instituição ou distribuídos por monitores
 Divulgação de professores e monitores que desenvolvem as ações.
 Relatórios anuais disponíveis ao conhecimento de toda a comunidade acadêmica.
 E-mail institucional.
 Outros: _____

08) Você já desenvolveu alguma ação extensionista na UNEB, Campus IX ou outro Campus?

- Sim Não

09) Se a resposta anterior for positiva marque as ações das quais já tenha participado.

- Programas da UNEB.
 Programas desenvolvidos em parceria UNEB, Govrno do Estado, iniciativa privada etc.
 Projetos sociais (assistenciais)

() Projetos acadêmicos institucionais (Desenvolvidos por professores e ligados às áreas de atuação da Universidade)

() Cursos

() Prestação de serviços à comunidade

() Assistência diversa à comunidade.

() Produção e publicação

() Eventos (palestras, seminários)

() Outros: _____

10) Ao desenvolver ou participar de alguma ação extensionista você pôde avaliá-la de maneira escrita ou oral?

() Sim () Não () Algumas vezes

11) Das áreas abaixo, qual delas representa a maior parte das ações que você já participou de forma ativa desenvolvendo as ações?

() Comunicação () Cultura () Direitos Humanos

() Educação () Meio Ambiente () Saúde

() Tecnologia () Trabalho

() Outros: _____

12) Das áreas abaixo, qual delas representa a maior parte das ações que você já participou de forma indireta, como ouvinte ou de outras formas?

() Comunicação () Cultura () Direitos Humanos

() Educação () Meio Ambiente () Saúde

() Tecnologia () Trabalho

() Outros: _____

13) Das opções abaixo marque a que apresenta maior aproximação com o entendimento que você possui acerca da Extensão Universitária.

() Curso responsável pela divulgação dos conhecimentos científicos e culturais construídos na Universidade.

Prestação de serviços à comunidade local.

Processo complementar à formação acadêmica que também irá contribuir com a construção do conhecimento já reconhecidos através do ensino e da pesquisa.

Forma de compensação do déficit educacional que possuímos ao ingressar na Universidade.

Instrumento político-social que de forma interdisciplinar possibilita a construção do conhecimento teórico-prático que promove a mudança social.

Outro: _____

14) A partir do entendimento que você possui acerca da Extensão Universitária é possível considerar que na UNEB – CAMPUS IX:

a extensão é desenvolvida de maneira articulada ao ensino e à pesquisa.

a extensão contempla a interdisciplinaridade, pois congrega conhecimentos de todas as áreas de atuação do departamento.

a extensão é desenvolvida em parceria com a comunidade interna (Professores, funcionários e alunos) e a comunidade externa (membros da sociedade).

a extensão não é contemplada, pois não são desenvolvidas ações efetivas e de abrangência à comunidade interna e externa.

a extensão é contemplada parcialmente, pois não são desenvolvidas da mesma forma que o ensino e a pesquisa.

Outros: _____

15) De acordo com sua visão, a Extensão Universitária na UNEB, ao lado do ensino e da pesquisa, pode ser avaliada como:

Plenamente valorizada e reconhecida por gestores, docentes e alunos.

Parcialmente valorizada e reconhecida por gestores, docentes e alunos.

Plenamente desvalorizada e não reconhecida por gestores, docentes e alunos.

() Parcialmente desvalorizada e não reconhecida por gestores, docentes e alunos.

() Outros: _____

16) Em relação às ações de extensão na UNEB – CAMPUS IX, você considera que:

() Está relacionada aos conteúdos estudados nos componentes curriculares do curso (Disciplinas).

() Encontra-se parcialmente relacionada aos conteúdos estudados nos componentes curriculares do curso (Disciplinas).

() Não se encontra relacionada aos conteúdos estudados nos componentes curriculares do curso (Disciplinas).

() Outro: _____

17) As ações extensionistas desenvolvidas até o momento promovem o diálogo entre os saberes construídos na Universidade e os saberes populares?

() Sim () Não () Parcialmente

18) Marque a opção que demonstre a forma mais significativa que a Extensão Universitária pode contribuir para a formação acadêmica de nossos educandos.

() Possibilita a construção de um diálogo entre os conhecimentos construídos na Universidade e nas comunidades.

() Possibilita o aprofundamento teórico e prático a partir do momento em que envolvemo-nos nas ações junto às comunidades internas e externas.

() Possibilita o aprofundamento teórico e prático a partir do momento em que envolvemo-nos com os problemas sociais, anseios das comunidades e necessidade de transformações.

() Possibilita, mesmo através de ações desenvolvidas no interior da Universidade, o diálogo entre os diversos conhecimentos científicos das distintas áreas e aprofundamento dos estudos de forma a aproximar-se do ensino e da pesquisa.

() Possibilita a divulgação, na comunidade, dos conhecimentos construídos na Universidade, no âmbito do ensino e da pesquisa.

() Outro: _____

19) Como você avalia a quantidade de ações extensionistas desenvolvidas no CAMPUS IX?

- Excelente Muito Boa Boa
 Satisfatória Insatisfatória

20) Em relação à qualidade das ações extensionistas desenvolvidas no CAMPUS IX você considera que são:

- Excelente Muito Boa Boa
 Satisfatória Insatisfatória

21) Dos itens abaixo, qual deles representa sua opinião quanto às dificuldades em desenvolver a extensão na UNEB – Campus IX.

- Ausência de Planejamento institucional.
 Falta de recursos, alocados e repassados pelo Estado, específicos para as ações extensionistas.
 Falta de estrutura local (Campus IX) disponível para a realização das ações.
 Falta de interesse por parte da comunidade acadêmica em desenvolver as ações.
 Falta de carga horária docente para estruturar e desenvolver as ações
 Outros: _____

22) Se você já desenvolveu alguma ação extensionista na UNEB – Campus IX, destaque a opção que representa a maior dificuldade em desenvolvê-la.

- Ausência de esclarecimentos institucionais quanto ao funcionamento da extensão na UNEB.
 Impossibilidade de planejamento das ações, pois estas não encontram-se articuladas ao ensino e à pesquisa.
 Falta de recursos para o desenvolvimento das ações.

() Ausência de apoio institucional em relação ao esclarecimento acerca dos processos e procedimentos institucionais necessário ao desenvolvimento das ações.

() Outros: _____

23) De que forma as ações de extensão são planejadas no âmbito da UNEB – Campus IX?

() Por todos os membros da instituição, em reuniões para planejamento institucional e/ou planejamento estratégico

() Pelos colegiados de cada curso através de seus membros

() Pelo NUPE que após o planejamento apenas repassa as informações

() Pela PROEX que posteriormente repassa as informações e procedimentos a serem adotados

() Isoladamente por cada professor que é o responsável por todo o processo de planejamento, execução e avaliação das ações.

() Outro: _____

24) Programas e projetos do Estado (TOPA, Pronera, Projovem etc.) são desenvolvidos de forma intensa pelas universidades. Assim, além da extensão que já desenvolve, a universidade passa a ser também responsável pela execução dessas ações que estão estritamente ligadas às Políticas Públicas. Diante dessa situação, você:

() Concorda;

() Concorda parcialmente;

() Discorda;

() Discorda parcialmente;

() Outro: _____

25) Você já participou de reuniões, encontros e atividades sobre Extensão Universitária, promovidas pelo Campus IX para:

- () Estudos
 - () Planejamento
 - () Organização de ações extensionistas
 - () Avaliação das ações extensionistas
 - () Outro: _____
-

26) Você conhece a Política de Extensão da UNEB?

- () Sim () Não () Parcialmente

27) Diante de seu conhecimento você considera que há relação entre a Política Extensionista da UNEB e o Plano Nacional de Extensão:

- () Integralmente
 - () Parcialmente
 - () Não há relação
 - () Outro: _____
-
-
-

28) Você já concorreu a algum Edital específico para a Extensão Universitária, a exemplo do PROEXT?

- () Sim () Não

29) Caso você pudesse modificar acrescentando ou retirando algo nos procedimentos extensionistas na UNEB, o que modificaria? Justifique sua resposta.

30) Para finalizar, o que teria a registrar sobre a Extensão Universitária em relação à sua vida, formação acadêmica e exercício da profissão?

APÊNDICE V

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR – UCSAL
MESTRADO EM POLÍTICAS SOCIAIS E CIDADANIA
PROFESSORA ORIENTADORA: Katia Siqueira de Freitas
MESTRANDA: Christiane Andrade Regis Tavares

CAROS ALUNOS,

A Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Departamento de Ciências Humanas – DCH, Campus IX, foi o *lócus* escolhido para a efetivação de minha pesquisa de campo do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador. A pesquisa realizada sob orientação da Prof^ª. Dra. Katia Siqueira de Freitas tem como foco a “**Extensão Universitária**” e propõe como objetivo compreender o funcionamento da Extensão na Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Campus IX.

Assim, solicito a sua colaboração para o preenchimento desse questionário, que constitui um dos instrumentos que possibilitará uma melhor investigação acerca do objeto de estudo aqui delimitado.

Obrigada pela colaboração.

Christiane Andrade Regis Tavares

Pesquisadora

I – Orientações para preenchimento:

- e) Não escreva seu nome no questionário;
- f) Use de toda a sinceridade ao responder às perguntas;
- g) Faça um X na resposta que você escolher;
- h) Caso a pergunta não corresponda à sua situação ou opinião, deixe-a em branco.

II – Dados pessoais:

01) Sexo:

() Feminino () Masculino

02) Idade:

() 17 à 21 anos () 22 à 26 anos () 27 à 31 anos () 32 à 36 anos
() 37 à 41 anos () 42 à 46 anos () 47 à 51 anos () Acima de 51 anos

03) Curso:

() Pedagogia () Letras () Ciências Contábeis
() Engenharia Agrônômica () Ciências Biológicas () Matemática

04) **Ano de ingresso:** _____

05) Turno:

() Matutino () Vespertino () Noturno

III – Caderno de perguntas:

06) Você conhece as atividades de extensão que foram, ou estão sendo desenvolvidas na UNEB?

() Sim () Não

Apenas de algumas atividades.

07) De que forma você fica sabendo das ações de extensão?

Mural da instituição

Site institucional da UNEB

Blog do CAMPUS IX - NUPE

Panfletos e cartazes afixados nos corredores da instituição ou distribuídos por monitores

Divulgação de professores e monitores que desenvolvem as ações.

E-mail institucional

Outros: _____

08) Você já participou de alguma ação extensionista desenvolvida pela UNEB, Campus IX?

Sim Não

09) Se a resposta anterior for positiva marque as ações das quais já tenha participado.

Programas da UNEB

Programas desenvolvidos em parceria UNEB, Governo do Estado, iniciativa privada etc.

Projetos sociais (assistenciais)

Projetos acadêmicos institucionais (Desenvolvidos por professores e ligados às áreas de atuação da Universidade)

Cursos

Prestação de serviços à comunidade

Assistência diversa à comunidade.

Produção e publicação

Eventos (palestras, seminários)

Outros: _____

10) Ao participar de alguma ação extensionista você pode avaliá-la de maneira escrita ou oral?

Sim Não Algumas vezes

Quantas vezes: _____

11) Das áreas abaixo, qual delas representa a maior parte das ações que você já participou?

Comunicação Cultura Direitos Humanos
Educação

Meio Ambiente Saúde Tecnologia
Trabalho

Outros: _____

12) Das opções abaixo marque a que representa maior aproximação com o entendimento que você possui acerca da Extensão Universitária.

Curso responsável pela divulgação dos conhecimentos científicos e culturais construídos na Universidade.

Prestação de serviços à comunidade local.

Processo complementar à formação acadêmica que também irá contribuir com a construção do conhecimento já reconhecidos através do ensino e da pesquisa.

Forma de compensação do déficit educacional que possuímos ao ingressar na Universidade.

Instrumento político-social que de forma interdisciplinar possibilita a construção do conhecimento teórico-prático de forma que promove a mudança social.

Outro: _____

13) A partir do entendimento que você possui acerca da Extensão Universitária é possível considerar que na UNEB – CAMPUS IX:

a extensão é desenvolvida de maneira articulada ao ensino e à pesquisa.

() a extensão contempla a interdisciplinaridade, pois congrega conhecimentos de todas as áreas de atuação do departamento.

() a extensão é desenvolvida em parceria com a comunidade interna (Professores, funcionários e alunos) e a comunidade externa (membros da sociedade).

() a extensão não é contemplada, pois não são desenvolvidas ações efetivas e de abrangência à comunidade interna e externa.

() a extensão é contemplada parcialmente, pois não são desenvolvidas da mesma forma que o ensino e a pesquisa.

() Outro: _____

14) De acordo com sua visão, a Extensão Universitária na UNEB, ao lado do ensino e da pesquisa, pode ser avaliada como:

() Plenamente valorizada e reconhecida por gestores, docentes e alunos.

() Parcialmente valorizada e reconhecida por gestores, docentes e alunos.

() Plenamente desvalorizada e não reconhecida por gestores, docentes e alunos.

() Parcialmente desvalorizada e não reconhecida por gestores, docentes e alunos.

() Outros: _____

15) Em relação às ações de extensão na UNEB – CAMPUS IX, você considera que:

() Está relacionada aos conteúdos estudados nos componentes curriculares do curso (Disciplinas).

() Encontra-se parcialmente relacionada aos conteúdos estudados nos componentes curriculares do curso (Disciplinas).

() Não se encontra relacionada aos conteúdos estudados nos componentes curriculares do curso (Disciplinas).

() Outro: _____

16) As ações extensionistas promovem o diálogo entre os saberes construídos na Universidade e os saberes populares?

Sim Não Parcialmente

17) Marque a opção que demonstre a forma mais significativa que a Extensão Universitária pode contribuir para sua formação acadêmica.

Possibilita a construção de um diálogo entre os conhecimentos construídos na Universidade e nas comunidades.

Possibilita o aprofundamento teórico e prático a partir do momento em que envolvemo-nos nas ações junto às comunidades internas e externas.

Possibilita o aprofundamento teórico e prático a partir do momento em que envolvemo-nos com os problemas sociais, anseios das comunidades e necessidade de transformações.

Possibilita, mesmo através de ações desenvolvidas no interior da Universidade, o diálogo entre os diversos conhecimentos científicos das distintas áreas e aprofundamento dos estudos de forma a aproximar-se do ensino e da pesquisa.

Possibilita a divulgação dos conhecimentos construídos na Universidade, no âmbito do ensino e da pesquisa.

Outro: _____

18) Como você avalia a quantidade de ações extensionistas desenvolvidas no CAMPUS IX?

Excelente Muito Boa Boa

Satisfatória Insatisfatória

Justifique: _____

19) Em relação à qualidade das ações extensionistas desenvolvidas no CAMPUS IX você considera que são:

- Excelente Muito Boa Boa
 Satisfatória Insatisfatória

Justifique: _____

20) Dos itens abaixo, qual deles representa a maior dificuldade em participar das ações extensionistas na UNEB?

- Falta de divulgação das ações extensionistas aos alunos.
 Incompatibilidade de horários em relação ao período em que as atividades são, pois muitas vezes ocorrem concomitante ao horário de aula.
 Incompatibilidade entre meus horários de trabalho e estudo e as ações desenvolvidas.
 Incompatibilidade entre as ações desenvolvidas e minha área de formação.

Outro: _____

21) Você já participou de algum evento acadêmico (Seminário, Palestra, vídeo conferência etc.) que divulgou ou discutiu as Extensão Universitária na UNEB?

- Sim Não Parcialmente

22) Ao final de cada semestre você toma conhecimento das possibilidades (editais) de monitoria de extensão nos projetos que são desenvolvidos na UNEB?

- Sim, através dos murais institucionais.
 Sim, através dos murais do movimento estudantil.
 Sim, através da divulgação dos professores.

- () Sim, através do site institucional.
 - () Sim, através do Blog do NUPE.
 - () Não tenho conhecimento dos editais e seleção.
 - () Outro: _____
-
-
-

23) Você já foi monitor em algum projeto de extensão na UNEB?

- () Sim () Não

24) Você conhece a Política de Extensão da UNEB?

- () Sim () Não () Parcialmente

25) Se você pudesse participar mais ativamente das ações extensionistas na UNEB, qual atividade você participaria mais ativamente? Justifique sua resposta.

26) Se você pudesse modificar, acrescentando ou retirando algo nos procedimentos de divulgação, desenvolvimento e avaliação da extensão na UNEB, o que modificaria? Justifique sua resposta.

27) Para finalizar o que teria a registrar sobre a Extensão Universitária em relação à sua vida, formação acadêmica e exercício da profissão?
